

**TECENDO LIMITES NO ALTO
RIO JURUÁ**

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)

Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)

José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)

Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)

Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)

Marília Murata (UFPR - Brasil)

Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)

Ruben Sílvio Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)



© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba PR - 80050-270

+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

**TECENDO LIMITES
NO ALTO RIO JURUÁ**

Andréa Martini



BRAZIL PUBLISHING

Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Professor Doutor Fabrício R. L. Tomio (UFPR – Sociologia)
Professor Doutor Nilo Ribeiro Júnior (FAJE – Filosofia)
Professor Doutor Renee Volpato Viaro (PUC – Psicologia)
Professor Doutor Daniel Delgado Queissada (UniAGES – Serviço Social)
Professor Doutor Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA – Sociologia)
Professora Doutora Marlene Tamanini (UFPR – Sociologia)
Professora Doutora Luciana Ferreira (UFPR – Geografia)
Professora Doutora Marlucy Alves Paraíso (UFMG – Educação)
Professor Doutor Cezar Honorato (UFF – História)
Professor Doutor Clóvis Ecco (PUC-GO – Ciências da Religião)
Professor Doutor Fauston Negreiros (UFPI – Psicologia)
Professor Doutor Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel – Sociologia)
Professor Doutor Mario Jorge da Motta Bastos (UFF – História)
Professor Doutor Israel Kujawa (PPGP da IMED – Psicologia)
Professora Doutora Maria Paula Prates Machado (UFCSPA- Antropologia Social)

Editor Chefe: Sandra Heck
Diagramação e Projeto Gráfico: Brenner Silva
Capa: João Paulo Neto
Revisão de Texto: A autora
Revisão Editorial: Editora Brazil Publishing
DOI: 10.31012/tecendolimitesnoaltoriojuruá



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZZ, CRB9 / 626

M386t Martini, Andréa
Tecendo limites no Alto Rio Juruá / Andrea Martini – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
166p.: il.; 23cm

ISBN 978-65-5016-011-1

1. Solo – Uso – Acre (Estado). 2. Áreas de fronteira. 3. Etnografia. 4. Narrativa oral. 5. Alto Rio Juruá. I. Título.

CDD 338.98112 (22.ed)

CDU 338 (811.2)

Curitiba / Brasil
2019



Figura 1 – Rio Juruá



Figura 2 – Foz do Breu (I)



Ao marido, à filha.
À mãe e ao pai.
Aos avós de nós.



Figura 3 – Foz do Breu (II)



AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus estimados Rosemari Schmidt e Paulo Roberto Martini. Aos moradores e moradoras da Reserva Extrativista do Alto Juruá, REAJ, especialmente ao compadre Antônio Barbosa de Melo e a comadre Marinilda Lima da Silva.

À Editora e sua equipe pelo apoio na publicação da obra.

Aos professores Mauro de Almeida e Manuela Carneiro da Cunha pela oportunidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/IFCH/Unicamp);

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo oferecimento de bolsa em Iniciação Científica (1995);

Ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) pelo oferecimento de bolsa de Mestrado (1996-1998);

Agradecimento especial ao Siã, José Osair Sales e à Tamani Martini Sales Kaxinauwa pelo incentivo.



Da minha aldeia vejo quando da terra se pode ver no
[Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra
[qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para
[longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos
[olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Poemas de Alberto Caeiro (VII). Por Fernando Pessoa, 1993: 23



PREFÁCIO

Em 1994, Manuela Carneiro da Cunha, Keith S. Brown Jr. e eu, submetemos a um edital público da Fundação Mc Arthur um projeto com três metas principais: fazer um retrato em mosaico das formas de ocupação tradicional na recém-criada Reserva Extrativista do Alto Juruá, avaliar a diversidade biológica e elaborar uma súmula do conhecimento tradicional sobre a floresta. O título do projeto era a pergunta: “*Moradores Tradicionais São Capazes de Administrar Áreas de Conservação? Um Experimento na Reserva Extrativista do Alto Juruá.*”. Os resultados foram publicados na obra **Enciclopédia da Floresta** (CUNHA; ALMEIDA, 2002).

Mas essa publicação¹ contém apenas uma parte dos frutos da atividade que mobilizou um time memorável de cientistas e de moradores da floresta incorporados ao espírito da pesquisa. Um dos resultados foi um conjunto de atividades de pesquisa, feitos por estudantes de graduação, recrutados após um curso de um semestre dado por Manuela na Universidade de São Paulo e outro dado por mim na Universidade Estadual de Campinas. Os alunos foram informados que ao final do curso seriam escolhidos bolsistas que viajariam para o Acre para um longo período de pesquisa de campo.

Mas acho que nenhum daqueles alunos – Eliza Mara Lozano Costa, Gabriela Jahnel Araújo, Marisa Barbosa e Andréa Martini – acreditou que era para valer até embarcar no avião para Cruzeiro do Sul em 1994 para ficar no mínimo seis meses em campo, em diferentes locais do território de meio milhão de hectares. Dos alunos de Manuela vieram as estudantes de biologia Maira Smith e Daniela Vidalenc, e o estudante de economia Alexandre Goulart de Andrade. Mariana Pantoja veio do Rio de Janeiro, já com um título de mestre, com a função de assessorar a Associação de Moradores e de interligar os pesquisadores-estudantes.

1 Fotos: Andréa Martini, 1994-1995. Edição de fotografia: Valéria Mendonça, 2018. Créditos: Figura (9). Mapa da REAJ. Augusto Postigo, 2014; Alexandre G. de Andrade, Figura (4). Andréa e Antônio Roxo, 1994.

Havia também a equipe de zoólogos e botânicos, de agrônomos e geocientistas, com cronogramas próprios, sob a coordenação geral do professor Keith S. Brown Jr.

Por que alunos de graduação, e não estudantes de mestrado e de doutorado? Havia duas razões. A primeira delas é que queríamos gente com a disponibilidade pessoal e ousadia, junto com a disposição para compor uma equipe com um objetivo comum – isso seria muito difícil com projetos de mestrado e de doutorado já cristalizados e os calendários acadêmicos da pós-graduação. Por outro lado, havia aí um experimento no gênero de aprender a nadar nadando – os alunos iriam aprender a pesquisar pesquisando, tornando-se antropólogos sem saber que estavam fazendo isso.

Havia um batelão de pesquisa no qual os últimos preparativos e instruções foram dados, já no rio Juruá na altura da Foz do Tejo. Lá essa equipe foi separada, com grande surpresa da turma que esperava ficar unida durante a experiência. Lembro que subi o Juruá em uma canoa juntamente com Roxo – Antônio Barbosa de Melo – até a Foz do rio São João. Nessa canoa ia Andréa Martini, cujo destino era a colocação Depósito, rio adentro. A caminhada com carga até o Depósito levou cerca de doze horas pelo caminho da floresta – não há ramais nos seringais do Juruá, e o São João é raso demais no verão para permitir a subida por canoa. Andréa ficou com Roxo na colocação; umas poucas casas de palmeira *paxiúba* no meio da mata, e voltei para a margem. Roxo tinha a missão de cuidar da pesquisadora, com uma canoa e combustível na foz do igarapé e a atribuição de carrega-la para a margem em caso de necessidade.

Essa experiência de pesquisa coletiva e com o método da mão-na-massa deu certo contra as expectativas iniciais. Todos os participantes obtiveram bolsas de Iniciação Científica, e depois fizeram dissertações de mestrado e (a maioria) teses de doutorado seguindo temas e direções livremente escolhidos, mas com base na experiência de imersão etnográfica profunda na vida cotidiana dos seringueiros e agricultores da floresta.

Andréa Martini é hoje doutora e também professora da Universidade Federal do Acre no seu *Campus Floresta*, onde lidera uma

importante frente de pesquisa sobre populações indígenas, feita por pesquisadores indígenas do sudoeste Amazônico. E esse livro, que foi sua dissertação de mestrado, é também um marco de duas décadas – 1994 a 2014 – do projeto “Moradores da floresta são capazes de gerir Unidades de Conservação?”. E agora vamos ao conteúdo desse admirável trabalho.

É com muito orgulho que atendo ao pedido de Andréa Martini para escrever uma apresentação ao seu belo livro. O orgulho vem do fato de que tive um papel na iniciação de Andréa na atividade de antropóloga, sendo culpado do processo de iniciação à pesquisa que ela descreve como uma experiência drástica e quase assustadora – uma viagem de mais de uma semana que termina com uma caminhada de dois dias, ao final da qual ela é abandonada pelo professor e seus dois acompanhantes em plena floresta, longe de colegas e de cidades.

Mas havia um método nessa aparente loucura, e a etnografia que daí resultou é a prova disso. O método é no fundo o seguinte: aprende-se etnografia fazendo, assim como se aprende a nadar nadando, como disse anteriormente. E com isso passo a resumir minha própria visão atual do trabalho muito pessoal e original de Andréa Martini, uma narrativa múltipla sobre lugares invisíveis, sobre pontos anônimos nos mapas e sobre personagens desconhecidos da história nacional.

A história da chegada de Martini a esses locais remotos e invisíveis, diretamente de São Paulo, é a história de sua aprendizagem da etnografia. Esse nome significa: “registro do etnos”, o que quer dizer: o relato dos tipos humanos e dos seus tempos lugares. Geografia e história estão assim reunidas na etnografia, com duas importantes diferenças. A primeira diferença é que o método etnográfico opera intensivamente e não extensivamente: Andréa saiu dos bancos da faculdade em São Paulo para viver mais de seis meses em plena floresta, em rios e igarapés, em colocações da floresta, e na minúscula vila Foz do Breu; não houve enquete estatística. A segunda diferença é a ênfase na multiplicidade de fatos e de olhares: em cada um dos dois lugares contrastantes em que ela viveu é essa multiplicidade que é relevada.

Arrisco mais algumas palavras para justificar a imposição de seis meses de trabalho de campo ininterrupto com pedagogia antropológica.

Depois de uma semana, o turista enjoa da monotonia da floresta e dos rios barrentos; depois de duas, a pesquisadora pensa que já viu tudo e já perguntou tudo que havia para perguntar, e as respostas se repetem. Mas é depois de um mês, cansada e entediada, que a pesquisadora deixa de se perguntar quando vai voltar à vida civilizada e começa a relaxar porque não há outro jeito. É então que, se tudo der certo, começa o processo de transformação pessoal do qual emerge a antropóloga – quando ela começa a sentir e depois a compreender os aspectos imponderáveis da vida cotidiana (Bronislaw Malinowski), através do aprendizado forçado de modos de usar o corpo, de maneiras de se fazer entender, de etiquetas sutis, de hábitos reformados de higiene, das comidas e dos trabalhos, sob o ambiente de intimidade obrigatória, ou melhor, da falta total de privacidade.

Esse balanço esperado é minha justificativa para que o professor tenha dispersado as alunas em colocações distantes umas das outras, sob a guarda discreta de um seringueiro amigo, mas sem chance de escapar ao cansaço, ao tédio, à saudade e à fome recorrendo ao conforto das suas colegas ou da cidade mais próxima. Acho que não seria demais que a pedagogia de cursos médios e universitários, pedissem aos alunos um estágio na vida rural e florestal, nos bairros periféricos e nos rios – em suma, um período de distanciamento com a própria rotina, e de abertura do campo de visão para realidades alternativas. Isso teria talvez um bom efeito sobre a capacidade de checar o valor das teorias e técnicas aprendidas nos bancos da escola, e também sobre a competência para pensar ideias e soluções para os problemas do mundo.

Volto agora ao livro em si, que é um painel com duas janelas para micro lugares quase invisíveis. Assim, depois do primeiro capítulo sobre o tema da invisibilidade, os dois capítulos seguintes abrem janelas quer permitem ver o que é a vida social – na *colocação* do rio São João, na *vila* da fronteira. Não é apenas um registro, uma grafia de duas formas de vida humana “deserto oriental” do sudoeste amazônico, mas é também uma sutil interpretação do espaço e das redes de parentes, em que se destacam figuras femininas que nucleiam ambos. Etnografia é

também uma forma de teoria – e vemos no livro de Martini uma prova dessa verdade.

O mosaico resultante permite olhar a Reserva Extrativista do Alto Juruá em sua diversidade em meados da década de 1990, e olhar de novo para o que é hoje vinte anos depois. Havia centros e barrancos de rio; havia seringais e fazendas; havia colocações e havia vilas. A população era dispersa e Marechal Thaumaturgo era ainda uma vila recém-convertida em capital municipal; a Foz do Breu e Restauração começavam a crescer em tamanho.

Há aí uma lição de micro-história. Muitos livros registram narrativas dos primeiros encontros violentos entre seringueiros migrantes e índios de vários povos autóctones. O que o ouvido aguçado de Andréa mostra é a “multiplicidade de visões e versões” e os diferentes pontos de vista que elas expressam. Em que ora são índios as vítimas da brutalidade invasora, ora são os seringueiros que mostram a violência das “retaliações” indígenas. Dessa multiplicidade emerge uma imagem dos povos indígenas que foi tudo menos vítima passiva, e cujas reações incluíam tanto a fuga quanto casamentos e patronagem que geraram uma “rede de alianças entre novos e velhos ocupadores”.

A história do Juruá deixa de aparecer como uma “totalidade” no tempo, e aparece mais como a agregação de vários caminhos divergentes, que se agregam, mas não se excluem. A história não é linear, e isso é um começo de explicação para a variedade étnica do Juruá de hoje em dia, em que há filhos de seringueiros, mas também Kaxinawá, Ashaninka e Jaminawa, além dos Kuntanawa já assinalados no rio Tejo pelo padre Tastevin em 1914, e o povo recomposto com os sobreviventes Santarosinos (Piro ou Canelos), Chama (Konibo) e Arara reagrupados com o nome de Apolima-Arara no Rio Amônia.

Martini mostra que também o espaço não é uma totalidade: não há a “floresta amazônica”, mas multiplicidade de lugares que variam aos olhos locais segundo dimensões de tipos de vegetais, de forma do terreno, de água e umidade, de tempo de pousio, de drenagem e de orientação para jusante ou para montante. E mais uma vez, não há uma única grade de categorias que unifique essa classificação política.

Finalmente, essa multiplicidade é vista sob a ótica do “uso comum” unificado por regras de convivência e apoiado nas redes de trocas que são chamadas de “vizinhanças”.

Em suma, essa etnografia se transmuta em múltiplas histórias e em múltiplas geografias, em forma de narrativas que são vislumbres do profundo conhecimento intensivo que os habitantes têm dos lugares e de sua competência para administra-lo. É chocante que um dos mais sábios narradores de histórias e de paisagens, que é o Roxo, esteja, contudo, sem emprego na cidade essencialmente porque não tem diploma escolar.

O último capítulo leva o leitor para a vila Foz do Breu que é também o ponto em que o rio Juruá deixa de ser brasileiro para se tornar peruano. Aqui esperaríamos uma presença ostensiva do Estado nacional. Mas não é isso que vemos, porque como diz Martini “não há um posto de fronteira na região nem nas proximidades”.

Mas o foco principal desse capítulo é a vida social e familiar. Grupos domésticos, famílias amplas e redes de parentes são categorias que organizam a descrição analítica da organização das pessoas nessa sociedade que parece desorganizada para quem a vê de longe. Esses padrões não obstruem, contudo, a visão da atividade dos indivíduos e em particular de pessoas estruturantes como Ernestina e tantas outras mulheres velhas dessa época. Não se trata aqui de estruturas fixas, mas de formas sociais auto-organizadas, segundo caminhos associados à ação de agentes.

Com o pano de fundo dessa descrição de formas sociais, Martini conclui o livro com passagens antológicas sobre a vida, intimidade, temperadas por rapto e sexualidade. À medida que chegamos ao fim, acentua-se a aproximação do leitor com os “imponderáveis da vida cotidiana”, com detalhes sobre gênero e de idade que prenunciam o tema principal da tese de doutorado de Martini. A “moral do claro-escuro” é uma dessas passagens antológicas que desconstroem a imagem homogênea e bem-comportada que muitos urbanoídes têm das comunidades tradicionais.

O trabalho de Andréa Martini é, pois, exemplo de como o método pedagógico de aprender a ser antropólogo fazendo etnografia fun-

ciona. As tarefas atribuídas a ela incluíam a descrição do ambiente e das redes de parentesco. Mas durante seis meses de vida na floresta vive-se como um todo – vive-se no ambiente e no âmbito de relações sociais. Esses tópicos não são mais respostas de questionários, e nunca foram, e sim dimensões da vida social. E Andréa conheceu dois extremos da vida social na fronteira peruano-brasileira: a colocação com duas ou três casas no meio da floresta à beira de um igarapé, e a Vila com duas ou três dezenas de residências à margem do rio Juruá.

Uma coisa em comum nessas duas situações era a organização de laços entre pessoas na forma do que ela chamou de *teia*. Na época em que escreveu a dissertação, não estavam em moda as “redes sociais” como metodologia e como teoria social. A *teia* tinha assim o frescor de uma metáfora recente com muitas implicações. Uma teia, ou *web* em inglês, sugere uma aranha que a tece. Em francês – *toile* – sugere um tecido e uma tecelã. A importância de tecelãs do tecido social era assim destacada por Martini, e com muita razão, porque de fato mulheres têm uma posição destacada na organização da vida coletiva.

As mulheres mais velhas são gestoras do uso de praias e barancos nesse sistema de uso coletivo de recursos – onde, repito, não há títulos individuais de propriedade. Enquanto homens assumiam as funções principais na Associação, eram mulheres as líderes encobertas no dia-a-dia da sociedade. Os projetos de saúde, dos quais Andréa Martini teve participação direta e importante, evidenciaram essa importância diferencial, e não é à toa, pois, que sua tese de doutorado, já sob a orientação de Mariza Correa na Unicamp, tenha tido como foco questões de gênero, sem tirar o foco da Vila Breu.

Para finalizar essas considerações já excessivas, só resta dizer que essa publicação é uma importante contribuição à história, à geografia e à antropologia dos povos do sudoeste Amazônico, sendo também bela literatura.

Mauro William Barbosa de Almeida
Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp



ABSTRACT

The aim of this study is to provide a account of the occupation of the Brazilian-Peruvian border, keeping track of the life and activities of rubber tappers and family farmers in different locations of the Alto Juruá Extractive Reserve and highlighting the processes of space occupation and creation of social networks. The occupation of these territories, initially violent and ruthless, is narrated here by recounting the histories and memories of its inhabitants combined with the observation and reconstruction of events.



PALAVRAS-CHAVES

Item “Aportes e recortes”: Antropologia; método; etnografia; teoria; objeto (recorte).

No capítulo I. Da invisibilidade. E outras histórias. Ocupação; território, Reserva Extrativista, história oral; história oficial.

Capítulo II. Uma colocação na Reserva Extrativista. Descrição de uma colocação; unidades locais de paisagem; zonas de uso; vizinhança; organização social.

Capítulo III. A Vila Foz do Breu. Descrição de uma vila; parentesco; dívida; comércio; relações de poder.

Capítulo IV. Pessoas e seus casamentos. Redes sociais, afinidade; compadrio; noção de pessoa; moral local.

Segue Considerações e Bibliografia.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rio Juruá	5
Figura 2 – Foz do Breu (I)	5
Figura 3 – Foz do Breu (II)	7
Figura 4 – Andréa e Antônio <i>Roxo</i>	30
Figura 5 – Variação Rio Juruá	31
Figura 6 – Variação Igarapé Dourado	31
Figura 7 - Foz do Breu (III)	33
Figura 8 – Igarapé Acuriá, professor Océlio	36
Figura 9 – Mapa da Reserva Extrativista do Alto Juruá	41
Figura 10 - Fazenda Natal, Rio Juruá	42
Figura 11 - Colocação	51
Figura 12 - Foz do Igarapé Caipora	53
Figura 13 – Terreiro de colocação	66
Figura 14 – Porto no Rio Juruá.....	68
Figura 15 – Terreiro	69
Figura 16 - Fazenda.....	75
Figura 17 - Sede da Asareaj.....	77
Figura 18 - Torrar <i>massa</i>	77
Figura 19 – Bodó, cuiú e mandim	79
Figura 20 – Caçador <i>feliz</i> ou <i>marupiara</i>	84
Figura 21 –Agosto, Rio Juruá.....	94
Figura 22 - Vila Foz do Breu	98
Figura 23 - Campo na Foz do Breu	102
Figura 24 - Foz do Breu	118
Figura 25 – Campo na Foz do Breu	124
Figura 26 – Menino <i>pequeno-grande</i>	133
Figura 27 – Tirando goma da macaxeira.....	142
Figura 28 – Volta Grande, Rio Juruá.....	148



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO I – DA INVISIBILIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS	39
A HISTÓRIA OFICIAL	43
OUTRAS HISTÓRIAS (DE CABOCO, CARIÚ, ARIGÓ, PATRÃO)	49
CAPÍTULO II – UMA COLOCAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA.....	61
COLOCAÇÃO	65
DEPÓSITO DO SÃO JOÃO	73
VIZINHANÇA E CARNE DE CAÇA	80
GRUPOS DOMÉSTICOS NA COLOCAÇÃO DEPÓSITO (1994)	86
CASA UM	86
ROÇADOS	87
SERINGA	88
CASA DOIS.....	89
ROÇADOS	89
CASA TRÊS.....	89
CASA QUATRO	92
CASA CINCO	93
CASA SEIS	93
ROÇADOS	94
CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO COMUM	97
CAPÍTULO III – VILA FOZ DO BREU	101
SUBPREFEITURA, SUBDELEGACIA	104
PATRÕES E CORRERIAS NA FOZ DO BREU	107
ERNESTINA	110
ERNESTINA - PARTEIRA	113
PARENTESCO, COMÉRCIO E CACHAÇA	116
GRUPOS DOMÉSTICOS NA FOZ DO BREU	119
CASA 1.....	119
CASA 2.....	120
CASA 3.....	120
CASA 4.....	121
CASA 5.....	121
CASA 6.....	122
CASA 7.....	122
CASA 8.....	123
CASA 9.....	123
CASA 10.....	124
CASA 11.....	124

CASA 12.....	125
CASA 13.....	125
CASA 14.....	125
CASA 15.....	126
CASA 16.....	126
CASA 17.....	126
CASA 18.....	127
CASA 19.....	127
CASA 20.....	127
CAPÍTULO IV – PESSOAS E SEUS CASAMENTOS	131
MENINA E MENINO.....	132
A MOÇA	135
A MULHER FEITA	139
VELHA E VELHO.....	144
DE RAPAZ A HOMEM SOLTEIRO.....	149
O HOMEM FEITO	150
A MORAL DO CLARO-ESCURO	151
CASAMENTO.....	153
CONSIDERAÇÕES.....	157
REFERÊNCIAS	161
ÍNDICE REMISSIVO.....	163
SOBRE O AUTOR.....	165

INTRODUÇÃO

Esse livro resulta da dissertação de mestrado *Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil*. Sua publicação celebra 25 anos de pesquisa no Alto Rio Juruá². Pretendo lançar ainda em 2019 “A Idade da Terra”; audiovisual comemorativo à data.

O livro descreve a ocupação territorial na Reserva Extrativista do Alto Juruá. E, compara duas localidades: a vila Foz do Breu e a colocação Depósito. Localizadas, em dois afluentes do Alto Rio Juruá, na proximidade da fronteira Brasil-Peru, a saber, o Igarapé São João e o Rio Breu.

O Rio Breu passa despercebido para quem observa um mapa do Brasil. É o último afluente do Rio Juruá, em território brasileiro. E serve de limite físico, por linha d’água, entre os fronteiriços Brasil e Peru.

Imperceptível nos mapas cartográficos. Pouco citada na historiografia, a vila Foz do Breu parece “não existir”. E, o que dizemos então, da colocação Depósito no médio curso do igarapé São João do Breu?

Se a vila Foz do Breu é remota, a colocação Depósito é ainda mais remota – ainda menos visível. Trata-se de um *centro*; local distante da margem do rio com maior concentração de seringueiras. Já a Vila Foz do Breu fica na margem do Rio Juruá; na foz do Rio Breu.

Em 1994, durante meu terceiro ano de graduação em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fui convidada a integrar um projeto. Realizado através de convênio entre a Associação de Agricultores e Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Asareaj) e universidades brasileiras.

Permaneci 187 dias bem contados, em pesquisa de campo entre agosto de 1994 e fevereiro de 1995. Foram realizados, então, três estudos de caso, censo, diários de alimentação, caça e pesca. Pesquisa sobre histórias de vida, trajetórias. Conhecimento local em diferentes especialidades científicas. Além dos temas individuais, emergindo dos jovens pesquisadores envolvidos.

2 Obra original – Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281392>>; <https://www.academia.edu/36713934/Tecendo_Limites_na_Foz_do_Breu_Alto_Juru%C3%A1_Acre_Brasil_Martini_A_1998.pdf>. Acesso em 23 dez. 2018.



Figura 4 – Andréa e Antônio Roxo

Em 1994, nessa primeira viagem de sete meses realizo o seguinte roteiro. Permaneço um mês na colocação Depósito; um *centro* no igarapé São João do Breu. Os centros são áreas distantes das margens.

Nesse primeiro trecho fui acompanhada pelo professor Mauro de Almeida, o pesquisador e seringueiro Antônio Barbosa de Melo, *Roxo*, Francisco Moraes de Oliveira, *Biá*, na época Agente de Saúde na colocação Foz do Caipora e o piloto Nilson Pereira da Silva; residente na Foz do Tejo.

Para chegar ao Depósito, por exemplo, eu precisei de um dia e meio de caminhada. Pouco mais de dezesseis quilômetros a pé. Sendo que um homem adulto percorre o mesmo trecho em quatro horas. Perfaz pouco mais de quatro quilômetros por hora.

Volto, então, à margem do Rio Juruá onde resido mais um mês, nas localidades Volta Grande e Tapaúna. Depois, sigo para a Foz do Breu onde permaneço 40 dias. No retorno resido por outro mês na colocação Foz do Caipora. Todas localizadas na margem do Rio Juruá.



Figura 5 – Variação Rio Juruá

Permaneço ainda 30 dias em colocações do Rio Tejo e na Base de Pesquisa; localizada na colocação Cachoeira do Lago, Alto Rio Tejo. E colaboro na realização de um censo pelos Igarapés Dourado e São Francisco, Vila Restauração e imediações, juntamente com o mateiro *Zé do Lopes*, Sr. José Virgílio de Andrade; morador da colocação Cachoeira do Lago.



Figura 6 – Variação Igarapé Dourado

Cada pesquisador residia com uma família. Evitando permanecer nas proximidades uns dos outros. Tal instrução metodológica procura garantir que se permaneça na estrita companhia dos hospedeiros. Ou seja, do grupo doméstico que o acolhe.

Procurei manter aqui o texto original. No entanto, as notas de rodapé foram incorporadas. E a discussão teórica, retirada.

Realizei três revisões no texto. Uma preliminar, em novembro de 2013. A segunda entre agosto e setembro de 2014. E a terceira revisão finalizada em dezembro de 2018. Houve também uma revisão técnica por parte da presente Editora. Agradeço, especialmente, à equipe responsável.

O livro está, assim, organizado. Após a nota introdutória, o item “Aportes e recortes” contém uma sinalização teórica. No capítulo I. *Da invisibilidade e outras histórias*. A ocupação do território acreano é narrada da perspectiva da história oral. Em contraponto ao que chamo de “história oficial”.

Já as categorias e paisagens locais ampliam nossa percepção do espaço. E do(s) territórios(s) em questão. Trata-se do Capítulo II. *Uma colocação na Reserva Extrativista*. Onde descrevo a colocação Depósito; sua organização social e territorial.

No Capítulo III. *A Vila Foz do Breu*. Descreve-se a peculiar rede de parentesco, dívida e comércio da vila. No Capítulo IV. *Categorias de pessoa e casamento* conformam-se as redes sociais, através da afinidade e do compadrio. Pautadas na agência de pessoas e seus grupos doméstico-familiares.

Aos quatro capítulos são acrescentadas *Considerações e Bibliografia*. Faço a seguir uma breve discussão teórica. E para quem não se interessa, sugiro rumar imediatamente para o Capítulo I. *Da invisibilidade e outras histórias*, à frente.

APORTES E RECORTES

O recorte de um objeto etnográfico é um dos meios através dos quais o antropólogo confere sentido a sua etnografia. O recorte pode

ser percebido como um pacto de sentidos. Realizado entre pesquisador, observados – observadores e o leitor “de fora”. Pacto resultante de interpretações e linguagens compartilhadas ou contrapostas. Resultante de sensações e emoções.

Ao recortar, esta antropóloga pratica um ofício de duplos, múltiplos sentidos. É tarefa de objetivar e subjetivar. Reconstruir ferramentas de observação, no momento em que são utilizadas. Exercitar o ir e vir entre a objetivação e a subjetivação mediados por um referencial teórico. E fazer narrativas acerca do ato reflexo da observação³.

Preocupe-me em testar formas de olhar e tratar o espaço específico a que me refiro. Parece imprescindível, nesse ofício antropofágico, negociar os limites que constroem o “lugar falado” – o foco da análise – através das técnicas de recorte. Parto do princípio de que devo descrever a Foz do Breu, situando o leitor na “sociedade Breu” que ele nunca viu antes.

Quero dizer que o recorte utilizado, constrói o objeto de que trato. O recorte caracteriza os objetos de que tratamos. E eu, poderia fornecer uma Foz do Breu “clássica”; cujos limites são geograficamente formulados a partir de uma noção de estrutura - sistêmica social. De uma “pauta ideal” no dizer de Edmund Leach.



Figura 7 - Foz do Breu (III)

³ *El ideal del etnólogo consiste en estar lo suficientemente distanciado como para comprender el sistema en cuanto sistema y participar lo bastante como para vivir-lo en cuanto individuo (Augé 1996: 30).*

Exemplo disso é o recorte “colinas kashin” em **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. Leach agrupa diferentes etnias no recorte “colinas kashin”. Nesse recorte está implícito o modelo leachiano de estrutura social dinâmica. Antevemos os objetivos teóricos do autor desde o recorte efetuado (LEACH, 1976).

Há sempre estratégia ou objetivo por detrás do objeto recortado. Descrevê-lo é recontá-lo. E, creio, ao isolarmos um fato sedutor para reflexão, executamos um recorte particular da realidade. Tornada objetiva a partir de um procedimento subjetivo. Pelo qual nos tornamos responsáveis.

Para que tal procedimento adquira caráter científico é necessário que o recorte esteja fundamentado em conceitos. Que, mais ou menos aceitos e compartilhados, dão corpo ao velho caos inicial. Tais procedimentos: dar nome, separar e ordenar as coisas fundamentam nossas percepções e experiências do real.

Mas, não é sem temor que aprisionamos os objetos de pesquisa. Limitando-os, como quem separa joio do trigo. O temor advém da responsabilidade ética e moral de sermos criadores de sentido e fundadores de explicações. Responsáveis, de certo modo, pela ordenação do mundo.

Os sentidos que criamos têm efeito sobre pessoas e grupos inteiros. Os moradores da área aqui discutida, através de nossos estudos são objeto de ações e planejamento em níveis municipais, estaduais, federais. E até, internacionais.

Edmund Leach em uma conferência radiofônica, expressa tal ponto. Atribuem-se poderes quase divinos aos cientistas e cidadãos comuns. Por serem eles próprios, os idealizadores e executores de sua realidade cotidiana⁴.

Os métodos são, em grande medida, gerenciados pelos antropólogos para que suas teorias adquiram vida e fundamento. Os métodos permitem à etnografia adquirir prestígio de verdade.

Um sentido é construído e torna inteligível dada sociedade. A narrativa antropológica lança âncoras. O etnógrafo mapeia tesouros submersos, trazendo-os à tona.

⁴ *Si así lo deseáramos, podríamos participar en los procesos de la naturaleza de una manera sin precedentes y modelar un mundo que se acomoda a nuestras propias conveniencias* (LEACH, 1954, p. 11-15).

Os fatos podem ser apresentados, de forma perfeitamente organizada. Ou desconectados. Entretanto, a condução da narrativa etnográfica é mantida segura, entre os dedos do narrador. Esse fio condutor narrativo é composto por outros autores, conceitos e categorias compartilhados na linguagem disciplinar.

Os métodos servem, pois, fundamentalmente para estruturar concepções particulares. Que, mais ou menos plausíveis, criam genealogias teóricas; verdadeiros “mitos de criação” que legitimam o destaque da ciência moderna frente às outras formas de conhecimento e percepção.

Considerado pioneiro na ciência antropológica, Bronislaw Malinowski aconselha seus pares a fazer uso do que chama “sinceridade sistemática” no trato metodológico. Em sua opinião, os antropólogos não demonstram suas metodologias de maneira adequada (ZALUAR, 1990).

Seguindo sua orientação, tentarei demonstrar como os acontecimentos vividos e vistos por mim são “postos em ordem”. Fundamentando, esquemática e teoricamente, as formulações que defendo. Malinowski prescrevia uma severa demonstração dos métodos e resultados utilizados para o “aprisionamento” da alma nativa:

Considero que as únicas fontes etnográficas de valor científico são aquelas nas quais podemos claramente estabelecer uma distinção entre, de um lado, os resultados das observações diretas e das declarações e interpretações dos sujeitos e, de outro lado, as inferências do autor, baseadas no seu bom senso e percepção psicológica (ZALUAR, 1990, p. 40).

No entanto, antevia a questão da autoria e das particularidades do dever de escrever; o etnógrafo não se limita a narrar o que foi visto. Ele narra um encontro. O etnógrafo observa e descreve a vida que o envolve, infringindo um sentido próprio a ela.

Na etnografia, o autor é ao mesmo tempo seu próprio cronista e historiador, ao passo que suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também extremamente evasivas e complexas: não se encontram incorporadas em documentos escritos, materiais, mas, no comportamento e na memória de homens vivos. Na etnografia, há

frequentemente uma enorme distância entre o material informativo bruto, tal como é apresentado ao pesquisador em suas próprias observações, nas declarações dos sujeitos e no caleidoscópio da vida tribal - e a abalizada apresentação final dos resultados (ZALUAR, 1990, p. 40).

Sem ser uma contraposição radical entre dito, vivido e observado, apresento uma somatória de recortes e atores. Reúno os recursos que tenho disponíveis. Espero que através da narrativa, o leitor atente para os pontos “invisíveis” dos mapas cartográficos.



Figura 8 – Igarapé Acuriá, professor Océlio

Ouvindo corações cotidianos, em outros lugares “marginais”. As experiências vivas das pessoas preenchem o desconhecido de sentido. Nada de “desertos verdes [...] à margem da história”.

CAPÍTULO I



DA INVISIBILIDADE E OUTRAS HISTÓRIAS

Entretanto, como em todos os momentos das genealogias de clãs e de famílias, da história de indivíduos perpetuamente reencarnados, as histórias de cada família e de cada clã, de suas alianças, de suas vinganças, de suas migrações, estão, no fundo, suficientemente registradas, e comparando-se todas essas histórias, pode-se deduzir qualquer coisa do gênero do que o historiador reconstitui com a ajuda de documentos escritos. Pode-se deduzir ao menos uma parte, cem anos ou mais, da história jurídica, política

Marcel Mauss, 1979

Nos primórdios da organização sindical na floresta acreana, ao longo da década de 1980, moradores, assessores e lideranças observaram que suas reivindicações poderiam reverberar politicamente. Tanto nacional, como internacionalmente.

Verificou-se que a ocupação dita tradicional, em áreas de floresta tropical, era compatível com a conservação ambiental da biota. Esse argumento, o extrativismo como estratégia de conservação torna-se o suporte para a proposta de criação das Reservas Extrativistas.

A proposta de “Reserva Extrativista – A Reforma Agrária do Seringueiro” tratava de garantir o direito dos seringueiros ao usufruto da terra. Que já ocupavam e conservavam há cem anos. No entanto, os modelos de lotes do Estatuto da Terra entre 25 e 40 hectares não combinavam com os padrões locais de utilização (ALMEIDA, 1995).

O Decreto n. 98.863, de 23 de janeiro de 1990 regulariza a primeira Resex do Brasil: a Reserva Extrativista do Alto Juruá (BRASIL, 1990a). Que passa a ser cogerida pelos moradores, através da entidade jurídica Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Asareaj).

Já a criação das Reservas Extrativistas, sob a responsabilidade do Ibama, foi regulamentada pelo Decreto Lei n. 98.897, de 30 de janei-

ro de 1990 (BRASIL, 1990b; IBAMA/CNPT, 1995; IBAMA, 1994;). Na nova modalidade de uso e gestão combina-se propriedade pública, concessão de uso associativa e apropriação familiar (PANTOJA, 1996; ALMEIDA, 1992; 1990; ALLEGRETTI, 1990; 1989).

Resex são Unidades de Conservação de Uso Direto ou de Uso Sustentável (UCUD's). Em tais modalidades, deve haver a conservação das características naturais da biota. Sendo permitida a utilização e exploração de parte dos recursos disponíveis, através de manejo sustentável. Em tese, a gestão em tais UC's, deveria se basear integralmente nos sistemas locais de zoneamento e manejo. Através da realização de Planos de Uso, Gestão e/ou Manejo.

A Reaj tem uma área total de 506.186 hectares. Em 1994, lá viviam novecentas famílias, em um total de 6.000 pessoas. A densidade populacional da área era de 1,2 habitantes por km². Cerca de 560 hectares por família. As colocações tinham uma média de 3, 4 famílias (IBAMA, 1995):

Na área da Reaj, como veremos no mapa a seguir, localizam-se sete afluentes do Rio Juruá. Na margem direita à jusante e partindo da fronteira com o Peru: Rio Breu, Igarapés Caipora, São João do Breu, Acuriá e Rio Tejo. Abaixo do Rio Tejo, na margem esquerda, o igarapé Arara e o Rio Amônia.

As diferenças entre rio e igarapé são relativas à profundidade e ao volume de água. Um rio deve ser navegável ao longo do ano. Enquanto os igarapés são navegáveis, sazonalmente.

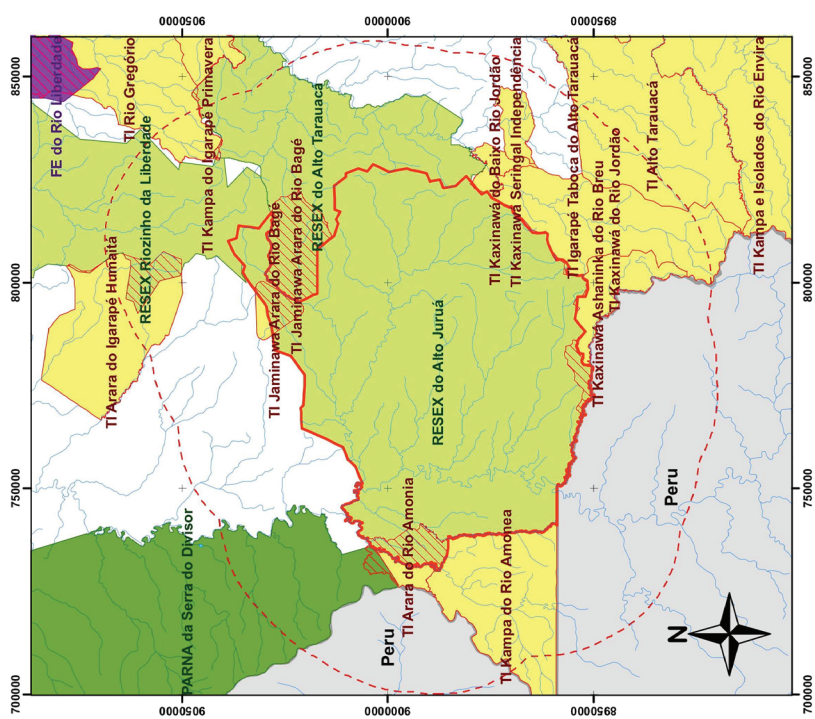


Figura 9 – Mapa da Reserva Extrativista do Alto Juruá

Historicamente, a região da foz ou *boca* de rios e igarapés era escolhida para construção de sedes, depósitos, *barracões* e entrepostos comerciais dos seringais. E também de fazendas, indenizadas paulatinamente, após a criação da Reaj. A localização deve-se às questões de logística e segurança.

Entre a Foz do Breu e o município de Marechal Thaumaturgo/AC, por exemplo, contavam-se cinco fazendas em 1994. Todas localizadas na foz de rios e igarapés. Fazenda Natal, na foz do Igarapé Caipora, Fazenda Bandeirantes na foz do Igarapé São João, Fazenda do Edmundo, abaixo da foz do São João, Fazenda do Manuel Patinho, na foz do Acuriá e Fazenda Jardim da Palma, acima da localidade Foz do Tejo. Os limites físicos de tais fazendas, por vezes, correspondem aos limites de antigos seringais.



Figura 10 - Fazenda Natal, Rio Juruá

O Rio Tejo até aquele momento, era o foco das pesquisas sociais, realizadas na região. Possivelmente pela concentração de estradas de seringa, seringueiros e suas famílias. Também tinha tradição e fama no movimento dos seringueiros, por ser palco das primeiras manifestações contrárias aos padrões de seringal no Alto Juruá.

Na Foz do Tejo localizou-se a sede da primeira Associação de trabalhadores extrativistas da região. Chamada Associação de Seringueiros do Rio Tejo (ASRT). E, posteriormente, foi sede da Asareaj.

Já no Rio Juruá só existe árvores de seringa ou *seringueiras* (*Hevea brasiliensis*), nos médios cursos de seus igarapés e afluentes. Em locais distantes das margens do rio principal. São colocações de *centro*.

Na margem do Juruá, no interior da Reaj, ocorrem seringueiras apenas em duas colocações: Belfort e Sacado. Ambas nas proximidades da foz do Igarapé São João.

Ainda nas margens do *rio-chefe*, o Juruá, a base da renda familiar é o produto agrícola. Principalmente, feijão e tabaco. Além da criação variada de porco, gado, caprinos e galinhas. Entre os trabalhadores extrativistas, na época, sempre em pequena escala.

Planta-se também para o consumo e para *produto* ou revenda, milho, amendoim, gergelim, batata-doce, cará, inhame, abóbora. Frutas como mamão, banana, ananás. Em roçados localizados nas *praias* dos rios, em áreas de terras-firme e várzea.

A história oficial

A região do Alto Juruá é historicamente área de ocupação e trânsito de diversas etnias indígenas. Oriundas de famílias linguísticas, hoje chamadas de Aruak ou Arawak, como Ashaninca e Mascho Piro. E da família Pano, como Huni Kuin ou Kaxinawa; Catuquina; Jaminawa; Amoaca ou Amahuaca.

Considerado território peruano, já no final do século XIX, o Brasil reivindica a região localizada acima do Rio Amônia até a Foz do Breu. Que se torna objeto do conflito e palco de negociações entre Peru e Brasil (TOCANTINS, 2001).

O conflito deriva da ocupação pela emergente empresa seringalista brasileira. E pelos trabalhadores migrantes, principalmente nordestinos que vêm a se tornar seringueiros. Em terras de índios e peruanos. Essa combinação étnica efervescente constitui, em parte, a população acreana atual.

No intuito de demarcar seringais, definir o desenho das estradas de seringa e abrir as *colocações*, os seringalistas promovem ataques

sucessivos contra as populações indígenas. Para debelar os grupos, aprisionar e exterminar.

São as *correria de caboclo*. Esse tipo de ação ocorria em ambos os lados da atual fronteira. No Brasil, eram comandadas e financiadas pelos seringalistas brasileiros. Tendo sido prática corriqueira também entre os caucheiros peruanos.

No Brasil, torna-se uma especialidade de mateiros *arigó*; nome dado aos nordestinos migrados, especialmente cearenses que, segundo o pessoal, *arribavam em bando*. Além das populações indígenas, armadas pelos patrões, para combaterem etnias que não se alinhavam ao processo.

Apenas fragmentos dessa história estão documentados pela escrita. E, mais das vezes, do ponto-de-vista dos ocupadores não indígenas. No entanto, a história oral resguarda certas passagens. Há também narrativas escritas que resguardam, com rigor científico e etnográfico, centelhas desse rico universo étnico-cultural da região (CASTELLO BRANCO, 1950).

Segundo o advogado e jornalista paraense Leandro Tocantins em **Formação Histórica do Acre**, “os índios do Juruá sempre reagiram contra a penetração do homem branco, provocando encontros sangrentos em diversas oportunidades” (TOCANTINS, 2001, p. 131).

Na história escrita, dá-se grande importância à exploração científica e comercial das bacias hidrográficas dos Rios Purus e Juruá. O mapeamento da extensão dos dois grandes rios. E a localização exata de suas *cabeceiras* ou nascentes. Tidas como marco histórico do “desbravamento” da região.

Pouco se fala da ocupação territorial, em termos populacionais. Segundo a maioria dos historiadores, a ocupação é predominantemente brasileira. E derivada, do extrativismo de *hevea brasiliensis*; a seringueira.

Para Tocantins há um interesse, essencialmente geográfico, nessas primeiras expedições. Que, posteriormente, com o aprimoramento da indústria gomífera e da empresa seringalista adquire caráter mercantil (TOCANTINS, 1982).

Segundo ele, já em 1852, o prático Romão José de Oliveira “que exercia nessas paragens a missão de atrair e pacificar os índios”

(TOCANTINS, 2001, p. 131) é pioneiro na navegação do Juruá, na primeira expedição oficial a mando do Presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha.

Em 1854, João da Cunha Correia, no cargo de Diretor de Índios, é novamente enviado para subir o Rio Juruá, pelo então Presidente do Amazonas, João Pedro Dias Vieira. Navegou o Juruá até seu afluente, o Juruá-Mirim. Subiu o Rio Tarauacá, tendo deste passado ao Rio Envira. Daí teria *varado*, atravessado a pé, as terras-de-divisão que separam as bacias hidrográficas do Juruá-Purus. Chegando então ao Rio Purus. Já nessa mesma empreita, e naquele mesmo período, estava Manoel Urbano da Encarnação, também percorrendo o Purus até as suas cabeceiras (TOCANTINS, 2001, p. 132).

Ambas as viagens se dão a mando do Presidente da Província do Amazonas. A primeira, a mando de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1851-1852). A segunda, por João Pedro Dias Vieira (1856-1857).

O autor também cita fontes que indicam expedições anteriores às bacias, entre 1847 e 1850. São realizadas por *regatões* brasileiros e portugueses; ambulantes embarcados que sobem e descem os rios. Vendendo mercadorias, comprando e trocando produtos regionais. São registros do frade espiritano Constantin Tastevin e do viajante francês Francis de Castelnau (TOCANTINS, 2001, p. 132).

Segundo Tocantins, Castelnau ao descer o Rio Solimões em 1847, registra um relato de Francisco Manoel da Cruz e Flores Nicolau José de Oliveira, em que subiam o Rio Juruá passando da foz do Rio Tarauacá (Tocantins, 2001, p. 132).

Ainda segundo Tocantins, o frade Constantin Tastevin também cita um “crioulo português” que em 1850, subia frequentemente o Rio Tarauacá. Promovendo a troca de produtos europeus com os índios, que lhe davam cacau, salsaparrilha, baunilha, óleo de copaíba (Tocantins, 2001, p. 132).

Para outro historiador, João Craveiro Costa, o povoamento do Purus e Juruá é tardio. E, posterior, ao Tratado de Ayacucho, entre Bolívia e Brasil, concluído em 1867.

Na opinião do autor deriva da exploração econômico-comercial de *drogas do sertão* como canela (*Cinnamomum verum*), pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), baunilha (*Vanillia spp.*), salsaparrilha (*Smilax sp.*), cacau (*Theobroma cacao*), copaíba (*Copaifera spp.*), quina-quina (*Cinchona sp.*), pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), urucum (*Bixa orellana*) e jenipapo (*Tocoyena sp.*). O caucho (*Castilloa asiatica*) e a borracha (*Hevea brasiliensis*). Seguida de expedições exploratórias e científicas.

A crônica escrita amazonense registra o nome de alguns desses exploradores. Considerados pioneiros na região. São figuras como João do Cametá. Que em 1847, por ordem do Governo Imperial segue até a confluência do Rio Ituxi com o Rio Purus.

Serafim Salgado que segue até a foz do Rio Arraia em 1857. Manoel Urbano da Encarnação (*sic* Incarnação) que em 1860, sobe por vinte dias, outro importante afluente do Purus, o Rio Acre (Costa, 1940, p. 96).

Da expedição de Manoel Urbano, derivam dois episódios importantes para a história regional. O início da navegação a vapor do Rio Purus em 1862. E a exploração de todo seu curso, em 1864, realizada pelo geógrafo inglês William Chandless (Costa, 1940, p. 98).

Chandless retorna em 1865. E sobe o Rio Acre; afluente da margem direita do Purus. Ele registra o movimento comercial na região, para o ano de 1861 quando são exportados: 793 arrobas de salsaparrilha, 9.936 arrobas de cacau e 16.777 arrobas de borracha. Partindo do Purus para a Europa (CHANDLESS apud COSTA, 1940, p. 96-97). A arroba é uma antiga unidade de medida de peso que equivale a 15 quilos.

Segundo os mesmos dados de Chandless, em 1864 são exportados 3.092 arrobas de salsaparrilha, 14.100 arrobas de cacau e 36.625 de borracha, provindas do Purus. As importações europeias chegam a vinte mil libras esterlinas. Com tamanha efervescência econômica, em 1869, tem início a navegação a vapor do Purus, através da Companhia Fluvial Paraense (COSTA, 1940, p. 96-97).

Já na bacia do Juruá há relato de certo “alferes Borges”. Que nos idos de 1864, já comercializava em seu curso, até as proximidades do Tarauacá, embarcado numa canoa (BASTOS apud COSTA, 1940, p. 97-98).

No entanto, a viagem de Chandless pelo Rio Juruá em 1866, permite ao geógrafo realizar um mapa sobre o curso do mesmo Rio finalizado em 1869.

Há também uma expedição dos viajantes Augusto Hilliges e Lopes Neto, até a foz do Rio Breu, em 1870. Seguidas pela expedição de Charles Broom, até o mesmo local, em 1874. Para Craveiro Costa, o estabelecimento de comerciantes brasileiros na foz do Breu, data de 1891. E o estabelecimento de peruanos na região, teria ocorrido após 1896 (COSTA, 1925, p. 167).

A foz do Rio Breu reaparece no livro *Reconhecimento do Rio Juruá* do então general, Belarmino Mendonça. Chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Rio Juruá, estabelecida através de *modus vivendi*.

Alvo de conflito de interesses, a região é declarada neutralizada, entre maio de 1904 e dezembro de 1905. O traçado fronteiro definitivo conclui-se em 1909. Para Mendonça, a colonização do Rio Juruá, entre os Rios Moa e Breu, teria se efetivado pelos brasileiros após 1894.

Na foz do Rio Breu, em 1900, segundo ele, há “homens solteiros” (MENDONÇA, 1989, p. 236):

caucheiros peruanos que exploram a região neutralizada no alto Juruá e habitam em três caserios situados na bocca do Breu. Na margem esquerda do Juruá, pouco acima do Breu, estão estabelecidos em agrupamentos independentes, os Comissariados administrativos e fiscaes, por parte do Brasil e do Peru [...]. Nas duas margens do Breu, procede-se a extracção da gomma elástica. Do Breu para cima é a hevea muito escassa e chega a desaparecer. Há, porém, um resto de caucho, que é objeto da exclusiva exploração dos peruanos (MENDONÇA, 1989, p. 140)

Desde sua boca até as cabeceiras, o Rio Juruá é “descoberto”. No entanto, a terra ainda deve ser conquistada, ao “gentio agressivo” (TOCANTINS, 1982, p. 11). Estabelecer comércio, conquistar territórios. Dos grupos indígenas, tanto como, dos peruanos.

Havia dezenas de populações indígenas no Alto Juruá. Conforme relatos em Castello Branco (1950). Como Ashaninca, da

família linguística Aruaque (Arwak; Arawak) descritos por Mendes (1991). Kaxinawa, da família linguística Pano, descritos por Aquino e Iglesias (1995). Houve dois períodos de auge na comercialização de látex ou borracha. O primeiro ciclo, posterior a 1870. E, o segundo ciclo que coincide com a entrada do Brasil no chamado “esforço de Guerra” (Cf. “Notas de fim de página”, número *v*).

Embora pouco citadas, na historiografia regional com exceções (CASTELLO BRANCO, 1950), as populações indígenas são lembradas nas narrativas orais. São histórias de violência sobre as *correria de caboclo*.

Os grupos hoje denominados Jaminawa; Huni Kuin (Kaxinawa); Ashaninca; Amoaca; Piro e Mascho Piro. Há também um grupo étnico denominado de Santa Rosina, por dona Ernestina citado mais à frente. Todos os grupos étnicos localizados na região são alvos de históricos e constantes ataques. Sempre que possível, os ataques são revidados.

As correrias de caboclo são expedições para atacar as malocas e desorganizá-las (RIBEIRO, 1970, p. 42-47). Realizadas por comerciantes, seringalistas, mateiros, seringueiros, caucheiros. Financiada pela empresa do caucho e ou seringalista.

Na região do Alto Juruá são impulsionadas pela primeira leva de seringueiros nordestinos migrados, a partir de 1870. Mas, mantêm-se noticiadas até 1950. Para não dizer, bem mais recentemente.

Em tais embates, sempre desiguais para os indígenas, principalmente em número de armas, munição e combatentes. Havia indígenas resguardados para tal trabalho. E aqueles, seletivamente, exterminados.

Idosos em geral, assim como, jovens e adultos do sexo masculino eram os primeiros a serem mortos. Acabava-se assim, com a memória, a reprodução e a força de trabalho do grupo. Os realizadores das correrias resguardavam jovens e crianças indígenas, do sexo feminino, para o trabalho doméstico. Para *amansar*.

No Alto Rio Juruá, no início do século XX, a mulher indígena era objeto de um intenso comércio. Principalmente, as crianças e mulheres indígenas aprisionadas através das correrias. Elas valiam o mesmo que o rifle Winchester *papo-amarelo*. Ou ainda, o mesmo que uma caixa de balas calibre 44. Eram muito disputadas.

Representavam ajuda nos serviços domésticos. E alguma possibilidade de afeto, aos milhares de trabalhadores migrantes arrebatados de suas terras-natais; recém-chegados ao Acre. Desse encontro, inusitado e violento, resulta parte da população acreana atual.

Mais raramente, resguardavam-se nas correrias, meninos e rapazes do sexo masculino, para o trabalho pesado e doméstico.

Amansar era o nome dado ao ato de aprisionar os indígenas capturados. E mantê-los prisioneiros com pouca ou nenhuma comida, até quarenta dias. Ou até que ficassem *mansos*. Nesse período, não lhes era permitido tomar banho ou conversar em língua indígena. Havia daqueles que rezavam para os indígenas aprisionados.

Sendo que os sequestradores lhes ofereciam vestimenta, nos moldes ocidentais. Os cabelos de todos eram cortados curtos. Por vezes, raspados com lâmina.

Os ataques às malocas eram realizados de madrugada. Com o lusco-fusco não se reconheciam os agressores. E também, com a surpresa, não se reagia, suficientemente rápido.

Segundo o interesse dos realizadores da correria, escolhiam-se aqueles que sobreviveriam. Poucos conseguiam fugir. Geralmente, crianças, jovens e os mais hábeis em deslocar-se na mata. Mas, há relatos de sobreviventes. Vamos acompanhar outras histórias sobre o tema.

Outras histórias (de caboco, cariú, arigó, patrão)

Seu João Amâncio nasceu em 1919. Tinha 75 anos em 1994, na data dessa conversa. Na época, ainda era um *curador* ativo. E seringueiro já aposentado, como Soldado da Borracha. No auge da II Guerra Mundial tinha 21 anos. E já cortava seringa no Igarapé São João. Onde ainda residia, na colocação Palheira, em 1994.

Ele, em breves palavras, conta a história do Brasil. De Pedro Álvares à Proclamação da República. O processo, em sua opinião, desrespeita os legítimos donos da terra:

No começo o Brasil só tinha caboco. Nem brasileiro tinha. O Brasil chamava-se “pau-brasa”. Por conta do pau-brasil. Os caboclos viviam por aí tudo. E os portugueses vieram em quantidade. Quando

eles viram os índios, gritaram: - Brasil! Brasil! Brasil! Até que Pedro Alvares fez a República. E colocaram todos os índios para o canto

Outra história. Agora na versão de Seu João Aranha, 40 anos. Morador da colocação Cafezal, Igarapé São João, em agosto de 1994. Ambos, Amâncio e Aranha, concordam que os indígenas foram despejados de seus próprios territórios.

João Aranha propõe até uma espécie de compensação:

Vou contar a história dos caboclo. Dos brasileiros legítimos que viviam por toda a terra. Do Acre e do Brasil. Os portugueses, quando chegavam, colocavam um monte de homens com armas para fazer correria. Um jeito de espantar índio com tiro. Matando em quantidade. Diz que muita gente acha errado os caboclos terem as suas Reservas. Eu acho muito é certo porque jogaram eles todos para as fronteiras do Peru. Tudo para os cantos. Para as beiras do Peru. Eu acho até que devia ser uma margem do Juruá para os caboclo. E outra margem para os acreanos. Os índios são pessoas espertas. E sabem coisas que ninguém sabe, de remédio, de mata e de outras coisas

Mas, se é verdade que “no princípio”, a terra brasileira só era habitada por indígenas, como se configura etnicamente a sociedade acreana? E o tipo humano que João Aranha chama de *brasileiro legítimo*, os indígenas?

A população feminina, nos primórdios dos seringais era diminuta. Havia também viúvos jovens, devido às duras condições. Pessoas eram então, negociadas. “Carregadas”. E adquiridas. Meninas e mulheres indígenas eram furtadas. Como dito acima, *amansadas* para os serviços domésticos, na casa de um seringueiro.

Ao se tornarem *moças*, tendo a primeira menstruação, juntavam-se. Sempre com um “pretendente” que fosse parente, amigo ou agregado de seu raptor/receptador. Quando não, o próprio.

Antônio Barbosa de Melo ou *Roxo*, morava na colocação Pilão no Rio Juruá. Foi meu acompanhante durante os dois primeiros meses em campo; entre agosto e outubro de 1994. Dizia ter 23 anos na época. Ele já realizava atividades de pesquisa com apoio e orientação do professor Mauro Almeida. Autodidata, aprendeu a escrever sozinho.



Figura 11 - Colocação

Roxo, nas horas vagas, contava histórias. Conforme as ouvia da mãe Esmeralda Barbosa. Que por sua vez ouvia da mãe, Julieta Barbosa. E do pai, Antônio *Toqueiro*; cujo nome não consta na certidão de Esmeralda.

Roxo conta que seu avô *Toqueiro* encontra a futura avó Julieta, perdida na mata. Em fuga. E a cria desde pequena. Posteriormente, quando ela fica moça, juntam-se. Uma das filhas do casal é Esmeralda.

Esmeralda, por sua vez, se junta com Francisco Souza de Melo. Seringueiro viúvo; vítima de uma retaliação de correria. Esmeralda e Francisco têm onze filhos. O caçula dos homens é Roxo. E é ele quem nos conta.

No tempo de antigamente se juntavam de cinquenta a trezentos homens. Eles entravam na mata para fazer correria na maloca dos caboclos. Era para acabar com as malocas. Esses arigó, esse pessoal de antigamente, eram chefes dessas correrias de caboclo. Os acreanos tomavam parte das correrias. Agora, os arigós eram os chefes porque sabiam de muita coisa. Sabiam de oração para entrarem nas malocas sem os caboclos verem eles. Desarmavam os caboclos e depois, chamavam o pessoal. Primeiro ia só o Chefe [...]. O velho *Toqueiro* podia se esconder atrás da lapiseira que ninguém via ele. Ele botava o chapéu na cabeça [...] O cabra podia pegar no revólver e encostar bala nele. Que a bala não varava seu couro e acabava no chapéu.

Diz minha mãe que um tempo quiseram matar ele à traição. Ele nem sabia. Aí, ouviu o tiro. Ouviu o tiro e tirou a bala do chapéu. Morreu de doença. Zeca, irmão da mina mãe, pegava o rastro dos caboclos cheirando as folhas. Seguia o rastro. Demorou dois meses e foi dar nas cabeceiras do Juruá. Lá encontrou outro rio largo que não sabia bem onde era. Procurou até encontrar um monte de rastro de bicho, de gado, de mulher e menino. A maloca era muito grande. Os chefes dessa correria eram Zeca mais Miguel de Brito que era arigó. Zeca entrou na maloca. Mas, o tuxaua, o cacique dessa maloca também era arigó. E sabia mais do que o Zeca. Bateu no ombro dele e falou para ele sair. Sair antes que ele falasse com os caboclos dele [...]. Os arigós ganhavam a mata. Do mesmo jeito que os índios se entregavam aos brancos, os arigós se entregavam aos índios. Viviam prisioneiros. Mas, se misturavam com eles.

Outra história de Roxo remete a caçadas de animais. Mas, são pessoas que estão sendo caçadas:

Deca e Dequinha foram caçar. E por lá toparam um bocado de caboclo. E de perversidade foram matar os caboclos. Mataram oito. E quando tentaram matar o derradeiro caboclo encontraram um bichão todo gordão; todo caboclo. Atiraram nele. Mas, ele não caiu. Batia com as mãos no peito e falava: - Iuxi, iuxi, iuxi. E, ele avançava: - Iuxi, iuxi, iuxi, dizia o caboclão. Cada tiro que o pessoal dava nele, ele dava uma passada no rumo da espingarda. Deram oito tiros. Até que o caboclo segurou no cano da espingarda. Aí o companheiro deu um tiro na cabeça dele. E o caboclo, aí morreu mesmo

A história narrada remete a uma caçada banal. Com notas sobrenaturais. *Iuxi* é palavra em diferentes línguas da família linguística Pano. Significa alma, espírito. E também o espírito de alguém que já morreu.

As correrias eram chefiadas por *arigós*. Trata-se dos migrantes nordestinos das primeiras levas que “chegavam aos bandos”. Segundo as narrativas, os arigós agiam com requintes de crueldade. Alguns tomavam ayahuasca e conheciam rezas poderosas que os tornavam invisíveis. E mesmo, invencíveis.



Figura 12 - Foz do Igarapé Caipora

Para Zé Rubens, morador na colocação Foz do Caipora:

Nesse tempo chamavam de arigó aqueles que vinham do Ceará. Eles chegavam aqui e eram arigó na mata. Matuto. Arigó mesmo. Hoje em dia ainda se chama de arigó quando vem um cearense. Ou quando vem um maranhense “de fora” para cá. Ao chegar aqui é arigó [...]. Zé de Barro era arigó. Uma vez vingando a morte de uma mulher foi atrás de Jaminawa para dentro do Igarapé Caipora. Matou nove caboclos em um tapiri de tocaia. Cortou as bagagens [pênis]. E pôs dentro da boca dos caboclos, de consolo para descansar. Os arigós que faziam correria jogavam os caboclinhos para cima, eles se rindo alegrinhos, e aí enterravam as peixeiras até o cabo

Outro seringueiro aposentado, Valdomiro Ferreira, o Seu *Dimiro*, lembra que o pessoal se iludia com o dinheiro fácil da seringa. Propagandeado pelos agenciadores de trabalhadores e agências governamentais. Principalmente, no caso dos chamados Soldados da Borracha. Valdomiro tinha 87 anos em 1994. E, morava na colocação Tapaúna, no Rio Juruá.

Diziam que aqui no Acre era muito bom. Vinha muito brabo para cá. Cortar seringa. Os patrões diziam que era muito bom, que se ganhava dinheiro com facilidade. No Ceará não tinha trabalho. Tinha a tal da

seca lá. No tempo da seca não havia nada. Muitos vinham para cá para escapar [...]. Eles eram brabo, os que vinham para o Acre, cortar seringa. O brabo não conhece o trabalho da seringa. Não sabia cortar seringa, não sabia fazer nada. Botavam as estopas às avessas para carregar o leite. Mas, eles vão aprendendo. Os mais mansos, àqueles que já conhecem o trabalho, vão ensinando aos outros

Ainda segundo Seu Valdomiro, as categorias de *brabo* e *manso* eram aplicadas aos migrantes nordestinos recém-chegados; aos brabos arigó. Tanto como para os mansos *cariú*; nome dado aos trabalhadores já estabelecidos em solo acreano. Mas, também serve para distinguir as populações indígenas, as macaxeiras e as fruteiras da mata daquelas que são cultivadas.

Sendo [índio] brabo o bicho é quadrado. Hoje está tudo civilizado. Já tem andado caboclo aqui, guarda livro, enfermeiro. Vinha o cearense para cá, os caboclos não queriam o cearense aqui. Eles abriam fogo e matavam os cariú. E o pessoal, matando caboclo pra morar aqui nesses altos. E tanto morreu cariú como morreu caboclo. Os caboclos carregavam machados e rifles. Tampavam o caminho com paus. Entornavam os vasos de leite. Aí, teve um dia em que amarraram dois paus com envira e deixaram no meio da estrada. Era um sinal de que eles me queriam, pra trabalhar mais eles. Eu tinha 14 anos [...]. Os caboclos vestiam jenipapo e envira enrolada no saco. Os Amoaca eram os mais brabos e valentes. Os Jaminawa eram valentes também. Já os Kaxinawa eram brabos, mas, calmos

Ainda segundo Seu Valdomiro, o cearense manso ou cariú já está acostumado com a lida na mata. Tendo se tornado, em suas palavras, o *acreano legítimo*. Mas, as populações indígenas os combatiam tenazmente. Principalmente, nas cabeceiras e terras-de-divisão entre os Rios Breu, Jordão, Envira, Tarauacá, Muru.

Para evitar aproximações indesejadas, ainda hoje em 2014, como em 1994, os moradores das cabeceiras dos Rios Jordão, Muru, Envira e Breu têm o costume de deixarem víveres, terçados e machados fora de suas casas. Para que os índios brabos os levem. Sem, no entanto, estabelecerem contato físico ou visual.

O cariú é o cearense manso. Já o arigó é o brabo que chega de canga e corda, mas, tem jeito para lutar. Os arigó não sabem de nada; tudo tem que ensinar. Só brocam com foice e nem sabiam brocar com terçado [facão]. Queriam fazer do jeito que eles tinham costume [...]. No Ceará, meu pai dizia que carregava água com três horas de viagem para lavar as coisas, botar comida no fogo. Plantavam algodão e fiavam para fazer roupa. Ele contava a história do juazeiro; o único pau do sertão que fica verde mesmo na maior das secas [...]. Tinha daqueles que trabalhavam aqui depois juntavam dinheiro para voltar para lá. Mas, muitos nunca voltaram. No começo o pessoal era tudo cearense

Os *arigós* são arregimentados para cortar seringa nas frentes de expansão na Amazônia. Mas, sem qualquer treinamento prévio ou apoio. Trata-se do “primeiro ciclo da borracha”, como dito. Cortar seringa era descrita como uma atividade fácil e rentável (BENCHIMOL, 1965).

Na propaganda de agenciadores, feita boca a boca nas cidades nordestinas, dizia-se: -”No Acre, se junta dinheiro com *gambito*”. O *gambito* ou *cambito* é uma forquilha de pau que facilita a colheita de feijão enramado.

Os aspirantes a seringueiros eram conduzidos para a Amazônia com promessas de enriquecimento. Entretanto, já partiam de sua terra natal, endividados pelo alto custo da passagem, da viagem.

Ao *colocar* um seringueiro para trabalhar em seu seringal, os *patrões* seringalistas deviam sua *assistência* aos trabalhadores. Monopolizavam a compra da borracha e a venda de mercadoria em seus seringais. Em troca, asseguravam apoio em caso de doença e falecimento, condições mínimas de produção como acesso às ferramentas e estiva (mercadorias e bens de consumo básicos). Além de transporte, em caso de necessidade.

No entanto, tudo era contabilizado com altos lucros pelo patrão. E dívidas que perduravam ao longo da vida de um seringueiro. E, por vezes, se estendendo ao seu grupo doméstico.

Assim, mantinha-se o seringueiro atrelado ao barracão através da dívida. Mais das vezes, impagável. Caso a dívida fosse paga, mantinha-se uma espécie de “dívida moral” entre o seringueiro, sua família e seu patrão. Tornavam-se compadres.

A produção de borracha e o valor obtido na comercialização dependiam do mercado internacional. As oscilações de preço e oferta em tais mercados estabeleciam o movimento de compra e venda de borracha natural nos seringais. Além do preço ofertado.

Das sucessivas alterações no volume de compra e venda da produção, ao endividamento de financiadores, empresas e trabalhadores sucedeu-se a derrocada da empresa seringueira. Some-se ao processo, o envio de 70.000 sementes de seringueira ou *Hevea brasiliensis* em 1876, por Henry Wickham para o Jardim Botânico de Kew. Lá as sementes foram tratadas e transferidas para formação dos seringais de cultivo nas colônias inglesas da Malásia. Em 1913, a borracha cultivada no Oriente já supera a produção amazônica.

É de notar-se que as primeiras gerações masculinas no Acre são, quase exclusivamente, oriundas dessas levas de trabalhadores migrantes. Provenientes de outros estados brasileiros. Principalmente do nordeste, do estado do Ceará. Migraram também maranhenses, paraenses, amazonenses, potiguares e gaúchos.

Na década de 1940, durante o chamado “esforço de guerra”, Zé Rubens Pinheiro tinha 14 anos. Morava no Alto São João. Para defender suas colocações, os seringueiros ainda faziam vigília noturna com suas famílias. De forma a evitar o ataque de índio brabo.

Os indígenas imitavam animais. Para se comunicarem. Confundindo e amedrontando os seringueiros. Usavam de camuflagem, armadilhas e ataques fulminantes. Zé Rubens narra um acontecido:

Quando eu era pequeno na colocação Purgatório, eu me lembro de estar com meu pai na porta da sala, minha irmã na porta dos fundos e minha mãe fumando na rede. Todos com as espingardas no colo, sem dormir. Os caboclo faziam cerco. Espionando o trabalho dos seringueiros. Arremedando [imitando] macaco prego e tucano [...]. A primeira esposa do Ginú Velho [Francisco Souza de Melo; pai do compadre Roxo] foi morta em casa e teve a barriga retalhada. O filho que estava para nascer, eles tinham saído para buscar a parteira, foi tirado e posto em seus braços, na escada da casa. E foi assim que a encontraram

Outro relato de retaliações é a história de Nova Olinda. Nova Olinda é uma colocação entre os igarapés Caipora e Machadinho. Lugar de peregrinação religiosa que atrai devotos até do Ceará.

A narrativa que segue é de Maria Garcia de Medeiros com 77 anos, em 1994. Dona “Liosa”, esposa de Seu Dimiro da colocação Tapaúna, explica:

A Nova Olinda tem no Ceará também. É uma colocação de dois rapazes cearenses que os caboclos mataram. Vicente e Francisco Barroso de Quixadá, Ceará. É um lugar santo. Lá foram trabalhar os dois irmãos. Estavam roçando a estrada, o primeiro entrou para o igarapé e deixou o outro sozinho, acima. Só veio quando ouviu o tiro dos caboclos, eles faziam muito roubo de arma para os centros. Ele foi e abarcou o irmão. E eles meteram fogo. Deu cinco dias e nada desses homens chegarem. Quando acharam, um deles ainda estava corado. O outro, o bicho já tinha comido. Diz o pessoal que o repiquete passa e não desmancha as covas. Que a água só passa de um lado para o outro e não desmancha as covas. O pessoal devoto trouxe do Ceará um cruzeiro de ferro. É daqueles penitentes que vieram pagar promessa. Os caboclos fazem promessa também. Fizeram caboclo de pano com o caboclinho nos braços

Ernestina Ferreira Batista, moradora da Foz do Breu, seringueira e, posteriormente, patroa de seringal, também tem sua história sobre Nova Olinda:

Os caboclos matavam. Em Nova Olinda mataram duas mulheres buchudas. Abriram a barriga, cortaram as cabeças e enfiaram as cabeças num pau. Assim mesmo, olhando para o varadouro, bem do lado em que os homens voltavam da estrada para casa. Vixe, eu tinha muito medo. Rezava todo dia para ir embora desse canto. E ainda deixei dois filhos meus lá; de impaludismo [malária]

Em uma guerra por espaço, os limites são criados através de alianças. E, também de conflitos estabelecidos entre ocupadores recentes e etnias indígenas consideradas inimigas. Já as etnias aliadas trocam serviços com o ocupador recente, como na prática das correrias. E de outros

serviços pesados. Trata-se de uma estratégia para assegurar a sobrevivência do grupo. Os novos ocupadores e as etnias “amigas” se alinham contra as etnias “inimigas”. As etnias que não se aliam são dizimadas.

Há um obscurecimento da presença indígena na história escrita regional. Já a memória oral local a reafirma. Ainda que, através de memória de guerra, vingança e violência. As narrativas, tanto como, parceiras e alianças também configuram estratégias de ocupação. Ao valorizar o protagonismo de determinados grupos e pessoas.

Há narrativas que legitimam o genocídio na ocupação violenta. Há versões religadas às pretensões de grupos familiares e/ou de indivíduos. Infelizmente, ainda não temos as versões indígenas da história. No entanto, nenhuma versão é absoluta e definitiva.

Cada narrador delimita seu objeto. Sempre atento às estimativas e expectativas particulares e também àquelas de seu grupo de origem. Há, pois, uma multiplicidade de visões e versões que se interpenetram. E que também dialogam, através do discurso perpetuado pela etnografia escrita. Ora realizada.

Mas, o conjunto das narrativas revela singularidades na ocupação da área. E ainda, a existência de padrões e diferenças nas estratégias de ocupação. Mesmo em uma “totalidade” como a Reserva Extrativista.

Em uma guerra por espaço, os limites territoriais são constituídos, através de redes de aliança entre novos e velhos ocupadores. O conhecimento adquirido e repassado sobre tal realidade é fundamental na ocupação do espaço.

Veremos agora, como o espaço é categorizado e organizado. De acordo com as práticas e conhecimentos dos moradores.

CAPÍTULO II



UMA COLOCAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA

Nesse item descrevo aspectos da paisagem da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Além da distribuição de zonas de uso, conforme a percepção dos seringueiros e agricultores que tive a oportunidade de entrevistar.

A categoria “paisagem” permite que não nos apressemos em criar um esquema classificatório “seringueiro”. Ou melhor, nos esquivamos de fazê-lo aqui, de forma superficial. O tema bem poderá resultar em artigo ou obra. Cito alguns exemplos.

São categorias locais reconhecidas pelos moradores, durante as entrevistas: mata bruta ou virgem; mata de terra-firme ou restinga; mata de baixo, baixio ou várzea; mata cerrada; tabocal; capoeira fina e grossa; várzea de pau fino e de pau grosso; praia; restinga; babocal; cipoal; mata de cumaru; mata de apuí; sororocal; mata de baixo; baixo de buriti; baixo de apuí; campo; campestre; campina. E ainda, diversidade de palmeirais ou palheirais como açaisal; jarinal; murmuruzal; jacizal; paxiubal, buri-tizal, piaçaval ou mata de piaçava.

Algumas categorias se referem ao termo “mata” acrescido de um qualificativo. Os qualificativos referem-se ou a tipos de vegetação (bruta ou virgem, cerrada ou restinga, fina ou grossa, capoeira, campo) e de árvore (açai, jarina, murmuru, jaci, paxiúba). Ou a relevo, solo e drenagem (terra firme, várzea, campina, baixo).

Nessa direção tenderíamos a enxergar um conhecimento muito próximo ao conhecimento da geomorfologia e botânica. Já que a análise estrutural tende a organizar as categorias de modo à pôr em relevo essas analogias.

Para efeito de compreensão da diferença entre como os moradores falam das paisagens e a classificação científica. Esclareço que um morador, ao ser inquirido sobre os tipos de mata que conhece não os explica por critérios homogêneos. Aqui a vegetação, em outro contexto o relevo. Em outro tipo de solo.

Nota-se que explicar uma qualidade de mata, significa observar e analisar diferentes tipos de barro, formações morfológicas, cursos d'águas, hábitos de animais e vegetação.

Para a descrição utilizo informações de três colaboradores. José Rubens Pinheiro, 68 anos; José Ida Ferreira Batista, 38 anos e Antônio Barbosa de Melo, “Roxo”, 24 anos.

Começo por uma entrevista realizada com José Ida Ferreira Batista em 26 de janeiro de 1996. Subprefeito da vila Foz do Breu, *Zé Ida* destaca a paisagem na circunvizinhança da vila.

Andréa: Zé, quais as qualidades de mata aqui na Foz do Breu?

Zé Ida: Do lado direito, pra quem desce o rio Juruá é capoeira mais mata virgem cerrada mais taboca mais restinga. Aqui atrás [indica os fundos de sua casa] tem muita capoeira; algumas com mais de vinte anos. Saindo da capoeira já tá na mata bruta, na mata cerrada. Da capoeira pra terra firme é quinze minutos. Passa da taboca já é uma restinga... Restinga é onde a taboca já morreu. A restinga já é uma mata limpa, né. Então, ao chegar à mata que tem taboca, passa da taboca e aí é só restinga. Com uma hora de pés, mata dentro dá na restinga. É no rumo do nascente

Inúmeras informações se inter cruzam em sua explicação. As paisagens são categorias relacionais. E difusas. Há também outros aspectos: primeiro, os tipos são dispostos ao longo do rio (“quem desce o rio Juruá”). Ou ainda, ao longo de um caminho imaginado, da margem do rio para seu interior. O narrador fala “da capoeira para a terra firme”, “aqui atrás”, “o rumo do nascente”.

As noções são relacionadas à contagem e memória do tempo. A disposição dos espaços coincide com áreas de uso. Descritas em termos de ações e processos.

Já Antônio Barbosa de Melo Roxo descreve uma estrutura. E ao mesmo tempo os processos que dão forma a ela. Em vez de uma taxonomia estática na forma de uma lista de “tipos” de mata.

Restinga é uma mata aberta onde não tem taboca. A mata do Rio Tejo é uma mata dessas. A mata do Tejo é uma mata muito bonita

de se andar. Muito, muito bonita. Tem muita terra firme. Ninguém vê baboca nela [mato cerrado em igapó; onde a água da cheia entra, mas, não sai]. É uma mata limpa. Não tem baixo, sabe, a gente anda despreocupado, subindo as terras. Quando o cara não quer subir as terras, a gente anda por cima das terras; pela quebrada das terras e beira dos igarapés. Já os paus que tem são tudo árvore alta. Tem também palha [palmeiras para cobertura de casa] e sororoca. E tem canto que tem taboca e tem canto que não tem. É limpa

Há outros aspectos da descrição que ganham relevo na fala de Roxo. Primeiro, ele associa imediatamente um tipo (“restinga”) a uma “mata” concreta que o exemplifica. Além disso, há um juízo de excelência e de beleza (“é uma mata muito bonita de se andar, muito, muito bonita”). O uso humano é constantemente indicado (“a gente anda despreocupado”).

Ora, no caso trata-se do relevo, um traço morfológico que torna a mata “bonita de se andar”. Por quê? Porque é uma “terra firme” sem áreas inundadas. Porque tem colinas (“terras”). Mas, quando não se quer subir e descer essas colinas, pode-se caminhar acompanhando o cume delas. Isto é, seguindo divisores de água (“a gente anda por cima das terras, pela quebrada das terras”). Uma mata limpa, boa para andar.

Roxo, o narrador continua sua história:

Nessa mata anda todo tipo de bicho. Anda porco. Anda veado. Anda cotia. Anda tatu. Anda tucano. Anda muita guariba. E anda todo o tipo de macaco e quatipuru que também anda muito. Anda mais embiara, nambu. Também anda muita caça. Mas, não anda caça assim como anda na mata cerrada que tem igapó, baboca. Porque na mata limpa é mais fácil da gente ver a caça. Eles, os animais não andam na mata limpa, como nós chamamos aqui. Já na mata cerrada é uma mata que além de ser pequena, tem canto pros animais se esconderem. A gente passa por cima deles e não os vê. E quando a gente espanta algum, não foi por falta de ver. Porque quando chega esse meio de mato cerrado, o bicho corre, vai embora. A mata da colocação vizinha [chamada] Mato Grosso é um pouco cerrada também. Agora é mais difícil de embiara. E tem muito cipó e taboca. Muita moita. Tem mais pouca árvore alta. É uma mata que as pesso-

as andam mais abaixadas no meio da taboca e dos cipós. É uma mata que é muito, mas, muito ruim de andar caçando, a pessoa

Hábitos alimentares e de moradia dos animais são lembrados. Caracterizam e facilitam a compreensão de quem escuta e aprende. As categorias ganham especificidade quando adentramos à discussão detalhada de cada paisagem. A mata é uma estrutura difusa em processo. Pois, uma categoria se funde na outra.

Agora, as matas são distinguidas como locais para os animais andarem: como local de caça. Quando Roxo diz que a mata é “muito bonita”, ele faz um juízo apreciativo sobre a beleza de uma mata que, logo adiante, diz não ser ideal para caça grande, e sim para embiara.

Em outras palavras, a visão de Roxo não é reflexo apenas de sua necessidade de caçar. Ela aponta para o prazer de andar na mata caçando. Embora nem haja muita caça nela. Já a mata “ruim” é mesmo “muito ruim de andar caçando, a pessoa”.

Outra descrição bastante detalhada é a de José Rubens Pinheiro. Em entrevista na colocação Foz do Caipora, em outubro de 1994:

Quando a restinga mistura com taboca e cipoal, a gente diz que está trameado. Quando a taboca adquire dez anos começa a crescer e invadir. Após florar, morre e cai. E das sementes, cobre a terra de taboquinhas. Normalmente a partir das sementes nasce um monte de taboquinhas de até um metro, meio metro. Quando os cipós nascem queimam a taboquinha e fica só uma ou outra. Com mais de quinze metros de distância. Mesmo quando o tabocal falhado flora, a taboquinha nasce e morre porque não tem luz suficiente. Mas, permanece uma ou outra. Após uns dez anos a taboquinha dá brolha, dá um fio que nem arroz. Com cinco anos, já tem cinco a dez pés ao redor. E com dez anos já tem um rebolado aqui outro acolá. O que representa o tabocal falhado. A partir de quinze anos, o tabocal começa a juntar formando o tabocal verdadeiro. Tabocal é um lugar frio. Quando morre chama balseiro ou bamburral. Nasce cipó, ingazeira, pente-de-macaco, jurubeba e melica

As conversas de Seu Zé Rubens me surpreendiam sempre. Nessa descrição, as categorias aparecem no modo difuso (“restinga mis-

tura com taboca e cipoal, a gente diz trameado”). E são como peças de um processo de longo prazo (“quinze anos”). O tabocal tem um ciclo longo. E seu ciclo é marcado por detalhes.

Cabe notar que essa descrição evidencia uma atenta observação. Sobre uma vegetação aparentemente sem aplicação. Pois, os moradores raramente se utilizam da taboca. Nem para venda nem para uso direto. E sua presença torna a caminhada difícil. No tabocal há ainda minúsculos carrapatos brancos que aderem à pele. São difíceis de serem retirados e causam febre.

A descrição do tabocal poderia estar, facilmente, numa publicação científica. Ela também evoca um estilo de ciência recente. Como a visão da terra como Gaia. Um organismo vivo e integrado. A morte de um tabocal ocorre a intervalos de trinta anos. Tal ciclo também é usado na demarcação do tempo.

É fundamental que os moradores da mata ou floresta conheçam intimamente a realidade que os circunda. Como procurei demonstrar utilizando do conhecimento de nossos entrevistados. A ocupação do espaço, seu manejo e zoneamento dependem da experiência e conhecimento dos moradores sobre a natureza e a paisagem. E de sua organização sobre a paisagem disponível.

Nem sempre sistemas de conhecimento e categorias locais são considerados, no aprimoramento da gestão pública. Ou, em ações e programas governamentais.

Entretanto, no processo de criação das Reservas Extrativistas, tais sistemas de uso foram reconhecidos. É assim também, no caso das colocações.

COLOCAÇÃO

A *colocação* é a unidade habitacional e produtiva dos seringueiros. Sua composição como um grupo de pessoas, seu tamanho e sua localização espacial refletem estratégias de grande importância econômica. Segundo Almeida (1990; 1992, p. 178), no tempo dos patrões, as colocações serviam como unidade de produção e de controle sobre

a produção. O trabalhador era obrigado a pagar *renda*, uma espécie de aluguel, sobre cada estrada de seringa por ele utilizada. Ou ainda, utilizada por filhos seringueiros, solteiros ou casados que ainda residissem na casa dos pais.

Um seringal poderia, então, chegar ao tamanho ideal de 400 hectares. Com dezenas de estradas de seringa e inúmeras *colocações*. Cada colocação continha até duas dezenas de casas, ligadas por laços de parentesco e/ou afinidade.

Em 1994, após três anos de criação da Resex Alto Juruá (Reaj), os recursos florestais me pareciam bem distribuídos, entre as colocações que eu visitava. Dou um exemplo. Caso uma colocação só tivesse uma estrada-de-seringa, só haveria um chefe de família residindo nela. Ou, apenas um responsável *cortando* essa estrada.

O morador mais antigo regulava o acesso e a distribuição das estradas de seringa. Assim, como a entrada de novos moradores na colocação. Além de designar os locais para os roçados de cada grupo doméstico e/ou casa, pertencente a uma dada colocação.

Como dito, uma colocação contém um número variável de casas. As casas estão envoltas pelos terreiros, áreas de mata e suas zonas de uso. Cada casa, e seu (sua) respectivo (a) chefe de família, detém o uso sobre uma ou mais estradas de seringa disponíveis na colocação.



Figura 13 – Terreiro de colocação

Os limites da colocação correspondem à área percorrida pelas estradas de seringa, territórios de roçados e piques de caça. Muitas vezes, tais limites são ampliados e negociados através das relações de vizinhança. Redes sociais baseadas em compadrio, casamento e parentescos de modalidades diversos.

Os moradores arranjam e distribuem, entre si, os recursos disponíveis. De maneira que todos tenham acesso aos bens naturais existentes. A quantidade de recursos disponíveis é que orienta sua apropriação. E também, a ocupação do espaço.

Há meu ver, existe um uso compartilhado, combinado, dos recursos disponíveis. São esquemas que permitem o uso individual e coletivo com regras relativas ao zelo, distribuição e utilização dos recursos. Um exemplo é a vizinhança de carne de caça que veremos mais à frente. Esquemas de propriedade e posse compartilhadas, que se sobrepõem ou se justapõem no espaço.

A complexidade dos arranjos entre colocações é digna de nota. Pois cada recurso ambiental e sua zona de dispersão disponível possui um sistema de manejo, utilização e ou usufruto. Seja um campo, roçado, lago ou estrada-de-seringa. Porto de rio, açcaizal. Essas diversas fórmulas de usufruto, ainda não registradas em códigos escritos, tornaram-se posteriormente, a base para formulação de Plano de Uso e Gestão das Resex's.



Figura 14 – Porto no Rio Jurua

Sua variância é considerada na disposição das casas. E no tamanho da área disponível para cada colocação, bem como, na divisão dos recursos entre os grupos domésticos. E ainda, na distribuição de recursos provenientes do seu usufruto, entre vizinhos.

A posse sobre estradas de seringa é outro exemplo. Após a criação da Reaj, a estrada de seringa é usufruída por aquele que a zela. Por aquele que efetivamente a utiliza. Mais, raramente, por quem abriu a estrada. Para garantir sua manutenção e seu uso por um dado chefe de família é necessário mantê-la limpa. Zelada.

Cada colocação comporta, pois, um número variável de casas e de chefes-de-famílias. A quantidade de chefes-de-família residente numa colocação é geralmente equivalente à disponibilidade de estradas-de-seringa. Que deve ser em número igual ou superior ao número de chefes-seringueiros residentes.

As estradas-de-seringa definem, pois, o tamanho de uma colocação. E também, a quantidade de grupos domésticos que dali retira seu sustento. Cada chefe deve utilizar, pelo menos, uma estrada-de-seringa. A menos que esteja aposentado. Ou que não tenha filhos residindo nas proximidades. Filhos capazes de assumir o corte das estradas.

Caso haja poucas estradas disponíveis, pode haver *questão* ou conflito. Mas, primeiramente haverá negociação referente ao uso das estradas. Ou negociações sobre estradas *vadiando*; que não estão sendo cortadas. Ou ainda, a divisão de estradas com muitas madeiras. Em último caso, o morador que não tem estradas, pode ir para outra colocação vizinha que as tenha. Em quantidade suficiente.



Figura 15 – Terreiro

As colocações, portanto, têm limites dados pelo uso dos recursos ambientais disponíveis. Não são limites físico-geográficos na forma de fronteiras autônomas e estáticas. Antes, sinalizam a propriedade derivada da ocupação e do uso. No entanto, se houver imposição de limites impraticáveis para os moradores vizinhos, provavelmente ocorrerão conflitos.

As colocações distribuem-se ao longo de margens de cursos d'água. Há também, *colocações de centro*, localizadas à distância das margens de rios grandes. Nos médios igarapés.

As zonas de uso referentes a uma colocação podem abranger áreas, em ambos os lados de um curso d'água. Também não se vê cerca, separando vizinhos. Apenas quando há criação de gado ou caprinos.

As colocações atravessam ciclos de crescimento. Podem abrigar diversos tipos de grupos doméstico-familiares, ao longo do tempo. Convive-se em casas diferentes. No entanto, há uma unidade domiciliar entre as casas. Veremos isso acontecer na colocação Depósito. À frente nesse mesmo capítulo.

Isso significa que ao longo dos ciclos de crescimento, as colocações podem ocupar territórios móveis, em expansão. São arranjadas de tal forma que todos os chefes de família usufruam dos recursos disponíveis. Equitativamente. E cada chefe é responsável por sua casa e as áreas que, por ventura, utilize.

Classificando-as de acordo com seu uso e utilizando os termos locais para nomeá-las, temos as seguintes modalidades de uso:

1. Roçados. São áreas *brocadas* ou roçadas do mato miúdo com facão ou *terçado*. Onde se cultiva feijão, macaxeira, cana-de-açúcar, arroz, milho, tabaco, banana, mamão, batata-doce, inhame, cará, jerimum e amendoim. Os roçados podem ser individuais ou coletivos. Roçados coletivos são comuns entre chefes de família que são também mães, viúvas ou separadas e seus filhos que coabitam áreas contíguas ou avizinhas;
2. Praias são faixas férteis de areia e terra. Formadas na beira de rios e igarapés, durante o período de seca ou *verão* entre abril e outubro. As praias também são chamadas de *roçado de mulher*. Costuma ser plantada pelos moradores mais antigos de uma colocação; pelos moradores veteranos. Ou, pela casa mais próxima a ela. Esse regime de apropriação privado-familiar causa conflitos, principalmente, em colocações que dispõem de poucas praias. Para diminuir a tensão, a mulher ou a família que se considera “dona da praia” deve convidar as vizinhas e os vizinhos

“sem praia” para plantarem-na coletivamente. Divide-se a produção e/ou o terreno praiano em *meias*, *terças* ou *quartas* partes; de acordo com a quantidade de agricultores interessados nesse plantio. Planta-se melancia, variedades de feijão-de-praia, como feijão branco e manteiguinha, jerimum, batata doce, milho, gergelim, feijão-em-rama e *mudubinho* ou amendoim.

3. Zonas piscosas para *marisco* são formadas por rios, igarapés, lagos, igapós e *remansos*; as partes profundas dos cursos d’água. Essas zonas particularmente piscosas estão sujeitas a arranjos sazonais. Que podem ser organizadas pelos moradores veteranos. Eles podem restringir o uso de um lago, por exemplo, apenas aos grupos domésticos que residem nas imediações. Ou, àqueles que o limpam ou o *descerraram*. E ainda, *empatar* ou proibir o uso daqueles que não zelam adequadamente pelo recurso lacustre;
4. Estrada-de-seringa é um caminho, aberto pelo seringueiro que segue os *paus* ou *madeiras de seringa* no interior da mata. A quantidade de chefes-de-família deve ser equivalente ao número de estradas-de-seringa disponível para corte. Elas são, pois, atribuídas individualmente aos chefes-de-família de cada grupo doméstico ou casa. Ou a homens solteiros que também cortam. Como dito, cada chefe de família deve possuir ao menos uma estrada-de-seringa para seu uso na colocação de morada. Caso contrário, podem ocorrer questões ou conflitos entre as casas e seus respectivos chefes;
5. Piques-de-caça são caminhos na floresta utilizados para caçar. Mais cerrados do que os caminhos para andar que são chamados de *varadouros*. Se uma pessoa abre um pique é o dono dele. Entretanto, o pique pode ser usado por outros caçadores. Mesmo sem permissão formal daquele que o abriu, embora seja de bom-tom pedir licença para usá-los;
6. Campo é um terreno onde foi derrubada a mata bruta, brocado o mato miúdo e plantado pasto. É de propriedade individual. O campo, geralmente, pertence àquele que *forma o pasto*. E, aos seus filhos e netos, desde que o mantenham ao longo do tempo.

- Pode ser usado por grupos de casas bem relacionados entre si. Pode ser arrendado, emprestado e alugado. E conta como benfeitoria em processo indenizatório;
7. Palheirais e outras zonas de concentração de uma modalidade de recurso extrativo. Açazal, buritizal, pupunhal, goiabal, jacizal, cacauá. Palheiras ou palmeiras servem na construção e cobertura de casas e também como recurso alimentar, para artes e utensílios. Os palheirais são de uso coletivo. No entanto, é considerado adequado *vizinhar* ou repartir/distribuir entre os vizinhos, o produto extrativo ou o vinho *obtido* em um *palheiral*. A colheita e preparação de cocos e ou frutos das palheiras exige experiência. Aqueles que trabalham têm direito de receber uma parte do que foi colhido ou preparado coletivamente. Geralmente, todos findam se alimentando conjuntamente. Ou, quando a quantidade for suficiente, todos podem levar seu quinhão para casa. Os palheirais também são locais bons para caçar. Utilizando-se, principalmente, das técnicas de *tocaia*, emboscada ou *de espera*. Momento em que um caçador aguarda a caça em seu local de alimentação ou em *barreiros*; locais úmidos onde os animais reviram lama em busca de sais minerais.

A apropriação desses recursos e seu uso pelos moradores, como já indicado, obedecem a diferentes regras. Não há escassez de terra para roçados ou campos. Nem de floresta para caçar. E, de modo geral, não há escassez de colocações para a população atual. Todavia, a ocupação efetiva cria direitos baseados no uso cotidiano. Assim, quem abriu um campo ou pasto é seu dono. O que vale também para piques-de-caça e capoeiras utilizadas no plantio de novos roçados.

No caso de praias e lagos, o sistema de posse e usufruto comum é bastante complexo. Já que os usuários não residem, necessariamente, em uma área contígua. Acessar um lago ou praia pode então, depender das (boas) relações de parentesco estabelecidas com aqueles que se consideram donos ou donas da praia ou lago.

Daqueles que limpam o lago, permitindo o acesso de outras pessoas a ele. Daqueles que mantiveram o lago limpo ao longo do tempo.

Antes de 1991, o acesso às estradas de seringa era regulado pelo patrão. E, em 1994, tal processo ainda gerava conflitos. As colocações

devem organizar sua produção com apoio da Asareaj. Mas, nem um planejamento, ou mesmo, um cronograma de transporte e compra de borracha é realizado pela entidade, seus representantes e associados.

Um sistema de *cantinas*, para compra de borracha e venda de mercadorias, funciona com extrema dificuldade. Mais das vezes transforma-se na cantina da família do gerente que a administra.

As colocações são produtivas. Mas, os valores localmente obtidos pela produção agroextrativista são irrisórios. E o preço das mercadorias; impraticável. Tanto como, o exagerado lucro de quem as comercializa. Praticamente não há mercadorias disponíveis para à venda. Apenas sabão, óleo comestível, açúcar, sal, espoleta, chumbo e pólvora. A entidade representativa dos trabalhadores locais não parece se preocupar com tal situação.

Veremos agora uma colocação em seu pleno desenvolvimento. Trata-se da Colocação Depósito, no Igarapé São João do Breu, Rio Juruá.

DEPÓSITO DO SÃO JOÃO

Andando sem carga e numa marcha rápida, um homem adulto leva doze horas para percorrer a pé, o Igarapé São João do Breu. Da primeira à última de suas quinze colocações habitadas. O homem perfaz uma média de quatro quilômetros por hora.

Subindo o igarapé da foz às cabeceiras, em setembro de 1994, ele passaria pelas seguintes colocações. Ao lado do nome da colocação está o nome do (a) respectivo (a) chefe de família. É como segue:

1. *Barraca Velha*: (1) Bidunga e o genro Bibi (2). Seu Bidunga, muito conversador, foi quem me informou;
2. Colocação recente, ainda sem nome: (3) Dinho da Albertina;
3. *Açaizal*: (4) Sebastiana da Valda e Donato (5), irmão da Valda;
4. *Vai-quem-quer*: (6) Luiz de França;

5. *Seringueirinha*: (7) Antônio e Tonho de França (8);
6. *Águas Belas*: (9) Raimundo Lúcio Lima, (10) Carlos e André Melado (11);
7. *Limeira*: (12) Raimundo e Francisco Cordeiro (13);
8. *Depósito*: (14) Raimundo, (15) Manuel e (16) Mazília Alves, (17) Lucíola Barbosa da Silva e Raimundo Lima (18);
9. *Cafezal*: (19) Domitílio, (20) Francisco Alves, João Aranha (21);
10. *Palheira*: (22) Claudionor Alves, (23) Antônio Alves, (24) João Amâncio, (25) Raimundo Potoro, (26) Dinho, Altemir (27);
11. *Cachoeira dos Guimarães*: (28) Seu Balbino e Fernando (29);
12. *Fernandes*: (30) Floriano;
13. *Boa Vista*: (31) José Ceará e Francisca Gomes (32);
14. *Duas Bocas*: (33) Valdemar Maximiliano;
15. *Boa Sorte*: (34) João Bolda.

O igarapé contava, portanto, com 34 chefes-de-família. E 31 casas ao todo. Havia jovens chefes recém-casados ainda coabitando a casa de seus pais. Havia também 55 crianças em idade escolar ou *boas de escola*; como diz o pessoal. Acima dos sete anos.

Permaneci na colocação Depósito por trinta dias. Entre agosto e setembro de 1994. Foi um verdadeiro choque e um enorme desafio pra mim, e creio, para todos os estudantes envolvidos, acostumados com um cotidiano citadino, permanecer mais de seis meses na região do Alto Juruá.

Para chegar até essa colocação já se vencera grande distância. Para se ter uma ideia, naqueles idos, havia um único voo comercial diário entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo/SP e o Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC. O voo perfazia as seguintes escalas: Cuiabá, Campo Grande, Porto Velho, Manaus, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Após a chegada em Cruzeiro do Sul, onde dormimos uma noite, fomos para o porto do rio Juruá, logo cedo. Era agosto, auge do verão acreano. Embarcados, gastamos então, seis dias de *batelão*; barco de passageiros de três toneladas, entre os municípios de Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo/AC.



Figura 16 - Fazenda

Depois da vila de Marechal Thaumaturgo, atual município, foram necessárias 12 horas de canoa com motor até a foz do Igarapé São João. E o percurso ainda continua.

Da foz do São João, na casa de dona Sebastiana Pinheiro, saía uma *varaço*; espécie de caminho que atalha as voltas de rios e igarapés, encurtando distâncias. Para chegarmos até a colocação Depósito foram necessários ainda dois dias de caminhada. Pouco mais de 16 horas a pé. Chegamos na colocação Depósito em 16 de agosto de 1994. Fomos embora, eu e Roxo, dia 11 de setembro do mesmo ano.

Eu e Roxo, fomos entregues pelo professor Mauro de Almeida, aos cuidados da então Secretária da Asareaj, Margarida Linhares e sua generosa família. Sem nunca nos ter visto antes, o esposo dela, Raimundo Alves da Costa, mandou-nos subir. E por lá ficamos aquele tempo. Eu, particularmente, feliz em ter chego a algum lugar depois de muitos dias ininterruptos de viagem e caminhadas.

O Igarapé São João é importante afluente do Rio Juruá. Localiza-se em sua margem direita a jusante, ou seja, no sentido da foz. O São João é, por sua vez, formado por dois igarapés menores chamados de Rossega e Boa Sorte. Ambos eram bastante povoados “na época em que a seringa dava dinheiro”, como diziam meus interlocutores.

O Seringal São João foi dos maiores produtores e exportadores de borracha do Alto Juruá. Nos últimos anos, vinha sendo gerenciado pela família do ex-patrão Calilah Sarah. Até sua completa inoperância e, posterior indenização pelas benfeitorias realizadas, após a criação da Reaj.

A colocação Depósito localiza-se, pois, no médio igarapé São João. À jusante, ou seja, no sentido da foz, sua margem esquerda é predominantemente área de restinga. Para meu hospedeiro, Seu Raimundo, restinga é uma “mata aberta que não tem taboca”.

Já em sua margem direita, ainda segundo Raimundo: “dá muito tabocal. Até as cabeceiras do igarapé”. Há também capoeiras de idades variadas, nos dois lados do igarapé.

Predomina uma área de capoeiras grossas atrás da casa de Lucíola Barbosa que reside na margem oposta à ocupação de Mazília Alves e seus filhos Manoel e Raimundo. Veremos isso, no item *Grupos Domésticos* à frente. Há também *palheirais* na colocação. Agrupamentos de jaci, ouricuri, açai, buriti, bacaba e patoá.

A colocação Depósito é passagem obrigatória para dezoito grupos domésticos que vivem igarapé acima. Nas colocações Cafezal, Palheira, Cachoeira dos Guimarães, Boa Vista e Duas Bocas.

Em 1994, o Posto de Saúde localizava-se na colocação Palheira, cerca de quatro horas a pé da colocação Depósito. Lá residia Altemir, Agente de Saúde do igarapé à época. Exercia suas funções sem qualquer remuneração. Apenas, em troca de formação e oferta esporádica de medicamentos, através do Projeto de Saúde realizado numa parceria entre a Asareaj e a Associação Saúde Sem Limites (SSL).



Figura 17 - Sede da Asareaj

O movimento de moradores subindo e descendo o igarapé São João é intenso. Seja para buscar um remédio, visitar conhecidos. Caçadas ou festas. Andar de canoa pelo igarapé, só no período do inverno. Quando há água suficiente para navegá-lo.

Muitos moradores, abaixo e acima no igarapé, visitam a Colocação Depósito para utilizarem sua casa-de-farinha comunitária. Ela tem o aviamento completo. Motor, a *bola* ou *caititu* para *cevar* ou ralar a macaxeira até formar uma *massa*. A prensa para retirar a *manicuera* ou o líquido oriundo da massa espremida. As peneiras e cochos. O forno e sua caixa para torrar a *massa*.



Figura 18 - Torrar *massa*

São benfeitorias oriundas de trocas por votações expressivas entre os eleitores do igarapé, candidatos e partidos políticos.

A casa-de-farinha atende, diretamente, as colocações Depósito, Cafezal, Palheira, Cachoeira dos Guimarães, Águas Belas e Limeira. Os moradores de colocações distantes andam até cinco horas para emprestar o motor.

Para evitar tamanho trabalho, subindo e descendo o igarapé com o motor nas costas, os moradores brocam roçados conjuntos de *roça* ou macaxeira. Na região do Depósito, mas, também em áreas das vizinhas colocações, Águas Belas e Limeira.

Geralmente, os roçados de roça são realizados em *adjunto* ou mutirão. Que agregam amigos e parentes residentes nas imediações. Há também casos, em que filhos de viúvas e de mulheres separadas, re-realizam roçados conjuntamente com suas mães. Isso acontece entre os moradores da colocação Depósito. Veremos a frente.

Os roçados de feijão e de tabaco são a principal fonte de renda no Depósito. Assim como, em outras colocações do Rio Juruá e também na vila Foz do Breu.

Em 1994, o quilo do feijão era comercializado pelos regatões por R\$ 0,25 reais.

Geralmente, a venda era feita *a troco de mercadoria*. Ou seja, trocava-se o feijão, limpo ou sujo, diretamente pela mercadoria almejada. Adotado esse sistema, o preço obtido pela venda do feijão subia para R\$ 0,30 reais, o quilo. Já em 1997, o quilo do feijão era comercializado por R\$ 0,60 reais, sendo venda a troco de mercadoria.

Nem sempre vender a produção, no início ou final da colheita, altera o valor obtido. Seguir até Cruzeiro do Sul para vendê-la também não ajuda. Tendo em vista, o alto custo regional de fretes e combustível. Ou mesmo, do valor necessário para adquirir passagem em embarcação. Nada contribuía para a melhoria do preço. Sempre alguém das variadas necessidades do produtor.

Segundo os moradores, nos últimos anos, a caça e a pesca têm rendido pouco. Para matarem caça grande andam-se muitas horas. O marisco é realizado até quatro vezes por semana. Mata-se surubim, bode, curimatã. Dia em que se matam 20 mandis é bom.



Figura 19 – Bodó, cuiú e mandim

Os moradores indicam algumas referências espaciais que servem como limites da colocação Depósito. O Igarapé Piaba, ao Sul, o Igarapé Quatorze ao Norte. No entanto, tais limites físicos não restringem a ocupação humana e familiar. Nem o efetivo uso dos recursos dispostos em zonas. Nas colocações, ou mesmo, entre elas.

As fronteiras físicas são definidas pelas áreas efetivamente utilizadas. Através da dinâmica de uso de roçados, capoeiras velhas e novas, estradas de seringa, piques de caça, pomares, portos e áreas piscosas.

Dou exemplo. Em localidades com poucas capoeiras, os roçados podem adentrar áreas circunvizinhas. Isso acontece entre as colocações Depósito, Águas Belas, Cafezal e Limeira no igarapé São João. As áreas ocupadas por roçados, mesmo que distantes da casa de seus donos são consideradas pertencentes àquele chefe de família e seu grupo doméstico.

Os roçados da colocação Depósito se estendem por cinco voltas acima da colocação. Extremando, então, com os Igarapés Piaba e Felipe. O que coincide com a ideia de limite baseado no uso. O igarapé Felipe era tido como limítrofe, já da colocação Cafezal. Abaixo do Depósito, os roçados se estendem por duas voltas abaixo do igarapé Quatorze até o igarapé Araçá; limítrofe da colocação Limeira.

As migrações no interior da Reaj são frequentes. Já a migração para as cidades de referência na região é recente. E, cada vez mais, constante.

Em dezembro de 1994, dois grupos domésticos saíram do igarapé: a de João *Bolda* e de André *Melado*. Eles se mudaram para os municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves/AC, respectivamente. O primeiro ficou viúvo e o segundo, enfrentava uma doença e precisava de tratamento regular. Outros dois chefes abandonaram suas famílias, esposas e casas. E, ainda outros dois chefes residiam temporariamente em casas de terceiros, por estarem refazendo suas próprias casas.

Outros três moradores migraram recentemente. Valdemar Maximiliano foi para a margem do Juruá. Enquanto, Carlos e Valda estabeleceram-se próximos à foz do São João e à margem do Rio Juruá.

A colocação de Valdemar era a última, ainda ocupada, no Alto São João. Chamava-se colocação Duas Bocas. Por localizar-se no encontro do Rossega com o Boa Sorte; os dois igarapés formadores do São João.

Valdemar e a esposa Raimundinha sentem falta do sossego de sua colocação de *centro*. No entanto, a indisponibilidade de mercadoria e o baixo valor obtido pelos produtos agroextrativistas contribuem para a mudança.

Chegada a velhice, acharam por bem viver na margem do Juruá. Nos centros o transporte é precário. No caso de moradores idosos, como Valdemar e Valda, o acesso facilitado ao município é o principal fator motivador de deslocarem-se para a margem. Bem como, as tentativas para obterem aposentadoria como trabalhadores rurais. Alterações na composição familiar ou problemas de saúde.

Na cidade, eles recebem sua aposentadoria pelo Funrural. Ou, como Soldado da Borracha, no caso de Valdemar.

VIZINHANÇA E CARNE DE CAÇA

Na colocação Depósito havia seis casas em agosto de 1994. Para quem desce o igarapé ou à jusante, no sentido da foz, há cinco casas na margem esquerda. E uma casa na margem direita. São filhos e genros de Mazília Alves da Costa, viúva e Lucíola Barbosa da Silva, separada.

As casas estão ligadas por laços de parentesco, vizinhança e compadrio. Além de relações de trabalho e sociabilidade. Cada casa possui um(a) chefe de família. Responsável por seu grupo doméstico e pelo planejamento das atividades. Ele ou ela, podem se considerar “donos” dos recursos agroextrativistas produzidos pela casa e pelo grupo doméstico que a habita.

Como os roçados que forem abertos. Capoeiras reaproveitadas. Uso de praias que estejam *vadiando*, ou que não estejam sendo utilizadas. A produção da estrada-de-seringa que os membros da casa estiverem *cortando*. A produção agrícola nos roçados.

O(a) chefe de família tem liberdade de caçar e pescar nas redondezas de sua colocação. Utilizar campo ou pasto que já esteja formado. Desde que sem espatifar; estragar. Se for o responsável pela abertura de um pique-de-caça, pode dar seu próprio nome ao pique, mas, mesmo assim, não é considerado seu dono. Pois, qualquer caçador pode vir a utilizá-lo.

O chefe mais velho ou aquele que mora há mais tempo é chamado de *veterano* e intermedia e permite (ou não) a entrada de novos moradores. Representa e aconselha seu grupo doméstico. E também os grupos domésticos circunvizinhos. Resolve questões através, mais comumente, estabelecendo diálogo e negociações entre as partes.

Cada casa compõe um arranjo doméstico. Tais arranjos são temporários. Há diversos “tipos” de família coabitando as casas. Família conjugal, extensa, mono parental. Famílias de homens e mulheres solteiros com filhos. Casais com filhos de criação e agregados. Avós que criam netos.

Entendo por família conjugal aquela constituída por um casal e seus filhos. Coabitando a mesma casa ou domicílio. E por família extensa, uma casa onde mora uma família conjugal, progenitores dos conjugues, possíveis agregados e empregados.

Há também redes sociais que agregam inúmeras casas, pertencentes a diferentes colocações. São redes constituídas por relações de convivência e reciprocidade. Entre parentes, afins e vizinhos.

Tais redes aliam um número variável de pessoas e casas que trocam favores e serviços. Grupos domésticos, mesmo habitando colocações ou casas distantes, podem manter relações cotidianas de serviço.

Já as relações de compadrio, considerado uma forma do parentesco simbólico, reforçam laços entre moradores que não têm vínculo por parentesco formal. Ou por afinidade-casamento. Amigos, compadres, parentes, demonstram interesse mútuo em estabelecer ligações positivas. Para si e para os seus e, ainda, na circunvizinhança.

Na colocação Depósito não há relações de compadrio por batismo entre os moradores das casas. Os batismos são acordados com políticos ou comerciantes da cidade. Ou pessoas “de fora”, como pesquisadores, por exemplo. De acordo com as regras locais, as pessoas escolhidas tornam-se responsáveis pelos afilhados. Geralmente, pagam as despesas oficiais do batismo; como a paga pela certidão. Podendo se tornar responsáveis pelo afilhado, na sua educação formal. E também, no caso de falecimento de pais ou avós.

Há outros tipos de parentesco simbólico. E, talvez o mais importante seja o compadrio *de fogueira*. E também, aquele que reúne a parteira, *madrinha-de-umbigo* ou *mãe velha*, e seu *afilhado de umbigo*. Ao cortar o cordão umbilical do rebento.

As parteiras e mães de umbigo tornam-se comadres da parturiente. E madrinhas do *bebê*, logo após a realização do parto. Dona Lucíola e Dona Mazília são as parteiras da colocação Depósito.

Já Dona Nazaré, moradora da colocação Palheira, é considerada uma parteira *fina*. Ou seja, a parteira que detém maior experiência. No entanto, é chamada apenas em casos complicados. Muitas avós tornam-se madrinha-de-umbigo dos netos, ao realizarem seus partos. E assim, também são comadres das próprias filhas.

Há também o compadrio de fogueira realizado durante os folguedos juninos. Uma madrinha de fogueira escolhe, ou é escolhida, pelos seus futuros afilhados. Madrinha e afilhado (a) pulam a fogueira. Vale também resguardar um tição que sobrou de fogueiras juninas. Esse é o ato de *passar fogo*.

Ao arrodar a fogueira de mãos dadas, deve-se falar, pausadamente, três vezes. Uma reza apropriada para a ocasião – *São Pedro disse e Santo Antônio confirmou: essa é minha comadre que São João mandou!* Após as três voltas necessárias ao redor da fogueira, o compadrio consuma-se. E é por toda a vida.

As relações de compadrio parecem estar diretamente associadas às finalidades práticas e interesses mútuos de futuros compadres e comadres.

Na colocação Depósito, Margarida é madrinha-de-fogueira da filha de Luciola de apelido “Xéo”. Dona Zila é madrinha-de-fogueira da nora Teresinha. Há a categoria de madrinha e afilhado (a). Compadres e comadres. E até cunhados e genros *de fogueira* passaram a existir. Não há relato, ainda, sobre padrinho-de-fogueira.

Outra forma de se estabelecerem redes de relação positivas entre as casas é a *vizinhança* de carne de caça. No Depósito, assim como em outras colocações, a carne de caça é repartida entre as casas pelas esposas dos caçadores. Ou, pela mulher mais velha, geralmente avó, numa colocação geralmente constituída por parentes consanguíneos e afins.

A vizinhança é comum em toda a Reaj. A quantidade de carne *vizinhada* varia conforme o grau de parentesco. Ou da situação socioeconômica das casas que a recebem ou enviam. Ou do volume de carne fresca disponível.

No Depósito, a viúva Zila recebe carne proveniente da casa de dois filhos. Que moram em casas circunvizinhas. No entanto, ela raramente devolve em espécie. Pois, o filho com quem reside não é *feliz na caça*. Ou seja, ele não mata nada. Mesmo assim, os filhos vizinhos mantêm a provisão de carne da mãe em dia. Sempre que possível.

Ter-se um bom caçador ou *marupiara* em casa, influi diretamente na capacidade daquela casa em vizinhar. Ao redistribuir carne entre os seus, o caçador garante retorno futuro de carne, para sua própria casa. Já que está sempre provendo os vizinhos. E, por eles, deverá ser provido. Mas, isso entre certos pares.



Figura 20 – Caçador *feliz* ou *marupiará*

A reciprocidade envolvendo carne é vital para que não haja excedente ou miséria entre as casas. De fato, parece que as casas estão sempre em “dívida”; umas com as outras.

Durante a vizinhança, os animais são repartidos de diferentes formas. Conforme seu tipo e tamanho. Em *bandas* ou pela metade. Em *quartos*, sendo quadrúpedes. Prevê-se também, nesse cálculo, o tamanho do grupo doméstico que irá receber a carne. Quantas pessoas se têm para alimentar. Com quantas casa se pretende vizinhar. ou, se vizinha mais frequentemente. Pode-se parar de vizinhar caso não se receba nada em troca.

Os animais mais procurados pelos caçadores do Depósito eram os *macacos*, preto, cairara, guariba. *Animais de pena*, como o jacu, a nambu, o mutum. *Animais de casco*, como o tracajá e o jaboti. As *caças* como veado, anta, queixada, caititu e capivara. E as *embiaras*; animais de pequeno porte como pacas, cotias, quatipurús e pequenos roedores. As *embiaras* podem ser vizinhadas inteiras, em quartos ou bandas.

Na colocação Depósito, os chefes vizinham carne entre irmãos, entre genros e com suas respectivas mães. No entanto, entre as famílias das duas matriarcas residentes, Lucíola e Mazília, não há vizinhança.

O caçador mais feliz na colocação é Manuel Alves da Costa; filho de Mazília. Manuel vizinha carne de caça *de quarto* com a casa do irmão Raimundo. E também da mãe Zila. Raimundo, por sua vez, só retribui com caça grande. De quarto, para o irmão e para a mãe. Embiara *de banda* ou inteira, só para a mãe.

Entre a casa de Raimundo e a casa de sua mãe há uma vizinhança cotidiana e regular. De pequenas porções de carne. Talvez, por ser o primogênito e o único filho na vizinhança a ter netos, a responsabilidade no sustento da mãe seja maior. Em troca, Mazília sempre resguarda, especialmente para Raimundo e sua família, um pouco de café e açúcar. Ovos. Uma lata de *combustol* ou querosene.

No entanto, o irmão Manuel é mais feliz como caçador. E, mesmo não tendo filhos, traz menor quantidade de carne para a mãe. Na hora de retribuir, dona Zila devolve em carne obtida por Adão, o filho caçula que ainda reside com ela. Sempre que possível, na mesma medida em que recebe. Caça grande de quarto com o filho do meio Manuel. Caça grande de quarto, embiara inteira ou de banda, com o primogênito Raimundo.

Entre os grupos domésticos aliados de dona Lucíola há dois caçadores. Zamundo, seu genro e José, seu filho. Eles só vizinham caça grande com a mãe-sogra. Já entre a casa dos caçadores-cunhados, se vizinha caça grande e embiara. Mas, ambos não são *feliz na caça* e assim, não mantêm uma oferta de carne regular para a sogra-mãe.

Isto, talvez se deva ao fato, de não haver caçador na residência de Lucíola. Portanto a casa só recebe e não retorna vizinhança de carne. Dependendo dos vizinhos que são genro e filho.

Há ainda, outro sistema de contraprestação de serviços entre casas. Entre os moradores, se pode *dar* ou *trocar dia de trabalho*. Em roçados, derrubada e outros serviços pesados. A filha de Lucíola, esposa de Zamundo, dá e recebe dia da mãe-sogra Lucíola.

É uma ajuda mútua. E há certa obrigação em retribuir. Vale também trocar dia em serviços diferentes. Na fala de Maria Concebida, filha de Lucíola, o dia dado “é pra dar mesmo”.

Um exemplo. Zamundo trabalha dois dias colhendo feijão com o cunhado. Este lhe deve a mesma quantidade de dias. Que serão utilizadas na construção da futura casa de Zamundo.

Na vizinhança da colocação Depósito. Todos *trocam dia* com um senhor de apelido *Mundinho*. Bom vizinho e bom parente, residente na colocação vizinha Limeira; igarapé São João abaixo. Ele é sobrinho legítimo de José Cordeiro, ex-marido de Lucíola. Sendo então, primo legítimo dos filhos da tia Lucíola.

Mundinho também é genro de Mazília Alves. Cunhado dos irmãos Raimundo, Manuel, Adão e Francisco que reside na colocação acima, Cafezal. Mundinho é casado Maria Lúcia; primogênita das filhas mulheres de Mazília. Mundinho é muito solicitado por todos. Por ser parente forte e disposto para o trabalho. Ele apoia as duas viúvas, tia e sogra, em todo o trabalho pesado necessário. “Mundinho não tem preguiça”, é o que dizem.

No próximo item, vamos descrever a composição dos grupos domésticos. E sua organização interna. Além das principais atividades produtivas realizadas casa a casa.

GRUPOS DOMÉSTICOS NA COLOCAÇÃO DEPÓSITO (1994)

CASA UM

Chefe: *Zila*, Mazília Alves da Costa.

Moradores: Adão e Maria, seus filhos e dois netos.

Cinco pessoas.

Na casa de Dona Mazília Alves vivem: ela, o filho Adão (17 anos), a filha Maria (21 anos) e seus dois netos, filhos de Maria: Raimundo Nonato (5) e Raimunda Nonata (seis meses). Maria é considerada localmente uma *mulher solteira*. Segundo ela própria, já fora convidada a se casar. Mas, preferiu ficar perto da mãe. Nas casas do entorno vivem outros dois filhos casados de Mazília. Raimundo e Manuel. Na colocação abaixo, Águas Belas vive sua filha Maria Lúcia e o genro Mundinho. Na colocação acima, Palheira, vive o outro filho chamado Francisco. As duas noras

que residem no Depósito são também sua afilhadas de fogueira. São elas: Margarida, esposa de Raimundo. E Teresinha, esposa de Manuel. Dona Mazília é aposentada pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) há seis anos. Recebe um salário mínimo mensal no valor de R\$ 70,00 reais, em setembro de 1994. Com esse dinheiro, Mazília consegue comprar duas latas de óleo, dois litros de querosene, duas barras de sabão. Quando precisa, compra rede, coberta, chinela. Paga um galão de óleo diesel pela viagem. São cerca de 100 litros a R\$ 0,70 centavos o litro. Em 2018, o preço variava entre R\$6,00 e R\$ 10,00 reais nos altos rios. Como recebe bimensalmente, a metade da aposentadoria é gasta na passagem. Ainda divide essa pouca estiva com seus filhos-vizinhos e suas respectivas casas. Pode-se dizer que abastece de mercadoria três casas e seus treze habitantes. Mazília reclama que, por vezes, não traz nada. Porque o pessoal a engana em viagem. Como dito, a cada dois meses ela *baixa* para Cruzeiro do Sul para receber seu salário.

ROÇADOS

É agosto de 1994. Adão, filho caçula de Zila começa a brocar um roçado de roça. Vai plantar 1.500 *maniva* de roça; a muda ou *filho* de macaxeira. Para plantar, o agricultor derruba, com machado, os *paus grossos*. E *broca* com terçado (facão), os chamados *paus finos*. Depois a terra descansa três dias. Aí é que se toca fogo. Mil e quinhentas manivas, pelos cálculos de Adão, são suficientes para alimentar três adultos e duas crianças durante um ano. A roça escolhida é mulatinha. Pois, atura bem debaixo da terra. Dona Mazília explica como obtinha farinha. Antes de Adão conseguir brocar um roçado de médio porte.

A gente está usando a roça do Mundinho [seu genro] para fazer farinha. Até chegar a nossa roça nova, daqui a um ano. Adão ajudou o Mundinho a brocar, derrubar e plantar as manivas de roça. Maria [filha residente na sua casa] ajuda os dois para tirar a mandioca e fazer a farinha. Quando a gente faz a farinha reparte por litro. Trinta e seis litros dá um paneiro⁵. Na divisão, a nossa casa fica com três

5 Um paneiro equivale então a 32,4 litros de farinha. Sendo que, o litro usado para efetuar a

paneiros. Já milho a gente planta junto com a roça do Mundinho. No ano passado só deu para a criação mesmo. Guardei três litros de semente para plantar junto com a roça nova. Três litros plantados dão para um ano de comida da criação.

Ainda segundo ela, a situação de seus roçados naquele ano de 1994, era a seguinte. O roçado de feijão apanhado foi vendido na vagem. O feijão, segundo ela, se planta sempre no mesmo lugar. Porque o roçado fica descansando de um ano para o outro. Foram colhidos três sacos de cinquenta quilos. Uma base de 75 quilos de feijão limpo. Tudo vendido a troco de mercadoria, na Foz do São João, para um marreteiro chamado Jamil. Adão trouxe para casa, uma lata de óleo, 50 gramas de pólvora, um quilo de açúcar, três quilos de sal, meio quilo de chumbo, um litro de querosene para as lamparinas, cinco caixas de espoleta 50, um pacote de bolacha. E um saco de bombom ou balas.

SERINGA

A casa da velha Zila corta seringa no inverno, de outubro a maio. Adão corta, segundo a mãe, três dias na semana: geralmente, nas segundas, quintas e sábados. Ele não defuma o látex, utilizando casca da palmeira *cocão* (*Attalea tessmannii*) para formar uma *pêla* ou bola compacta. Adão guarda o leite em uma caixa de madeira. E quando o leite coalha, tira da caixa e põe no sol para enxugar. Quando corta, Adão colhe duas latas de leite por dia. Cada lata equivale a dois litros de látex líquido, cortando trinta seringueiras. O que resulta em 24 latas ou 48 litros de látex, por mês. A cada sete litros têm-se três quilos de borracha. Mensalmente, Adão colhe 20 quilos e meio de borracha. Um quilo, em agosto de 1994, equivalia a R\$ 0,54 centavos de real. O que dá R\$ 11,07 reais por mês, e aproximadamente, R\$ 132,00 reais por ano.

medida equivale a uma lata de óleo comestível. Ou seja, novecentos mililitros.

CASA DOIS

Chefe: Nêu, Manuel Alves da Costa.

Moradores: Nêu e a esposa *Morena*, Teresinha Gomes Soares.

Duas pessoas.

Manuel tem 16 anos. É filho de dona Zila e de seu falecido marido Antônio Alves. Manuel é irmão de Raimundo e de Adão, seus vizinhos. Em 1994, ele estava casado há dois anos com Morena de 16 anos. Os pais dela são Sebastião Gomes e Lucila Sales. Residem na boca do São João com outros oito filhos solteiros. Foi de lá que Morena fugiu com Manuel. Morena tem dois irmãos residindo nas proximidades: Domitílio e Ozélia. Ambos casados e moradores da colocação Cafezal, igarapé acima. Ozélia é também casada com outro irmão de Manuel chamado Francisco. Teresinha e Manuel não têm filhos.

ROÇADOS

Segundo Morena:

O Manuel brocou um roçado lá no Cafezal. Plantamos tabaco em maio e ainda estamos colhendo, agora em agosto de 1994. Deu para fazer uma arroba de 128 libras de tabaco. Plantamos mil e quinhentas covas de roça, mulatinha e roxa, em outubro passado, ano de 1993. Ela vai estar boa no começo do ano de 1995. A gente estava sem roça. Por isso, fizemos duas vezes farinha usando a roça do Raimundo. Nós tiramos a macaxeira, limpamos e fazemos a farinhada todos juntos.

CASA TRÊS

Chefe: Raimundo Alves da Costa.

Moradores: a esposa *Marga* ou Margarida (22) e três filhos, Silvane (7), Ediane (5) e Edivane (3).

Cinco pessoas.

Margarida tinha 22 anos, na época dessa entrevista. Um ano a mais do que eu. No entanto, me fazia sentir uma menina. Ela foi *carregada* ou raptada por Raimundo, durante uma festa no igarapé São João.

Tinha, na época, 15 anos e morava no Paranã dos Moura, já nas proximidades de Cruzeiro do Sul. Passaram a noite em uma casa-de-farinha juntamente com outro casal. Mesmo não tendo consumado o delito, segundo eles, logo na manhã seguinte, o casal foi ter com Dona Zila. E só saíram da casa dela após construírem sua casa própria. Marga é uma mulher emancipada, segundo os padrões da floresta. É associada e secretária da atual gestão da Diretoria da Asareaj. Sabe ler, escrever, fazer contas. Ela também era fiscal-colaboradora do Ibama; cargo que muitos homens se recusavam a exercer. E não conheci outra. Os fiscais-colaboradores são moradores que, voluntariamente, acompanham o cumprimento do Plano de Uso na área da Reaj. Na ausência de autoridade competente, representava o órgão em autuações, por exemplo. Sobre os roçados quem informa é Margarida:

A gente tem bem umas dez capoeiras de roçado. Depois de três anos descansando já dá de plantar roça de novo; na mesma capoeira; roça mais milho. Já plantamos roça, três anos seguidos no mesmo roçado. Agora para feijão é bom esperar três anos para usar o mesmo roçado

Já Raimundo é responsável pelo motor comunitário do igarapé; utilizado para fazer farinha. O motor foi obtido através de votos cedidos para o atual mandatário da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo. Sendo o responsável pelo motor, Raimundo se desloca pelo igarapé com o motor às costas. Ou delega a responsabilidade ao dono(a) da farinhada que pretende utilizá-lo. Raimundo é zeloso e considera importante acompanhar o motor comunitário; mesmo andando longe. Já Margarida, tem na memória, a vida econômica e social de sua família e colocação. É ela quem informa sobre parentesco, roçado, produção, idade dos filhos. Durante as entrevistas formais ou “de gravador”, Raimundo gosta de falar. Mas, a todo instante ele confirma ou pergunta informações a ela. Agora se o assunto é borracha, Raimundo sabe tudo na “ponta da língua”. Peço para que ele compare a situação atual e a situação anterior à criação da Reaj. Quem o ajuda na explicação é o vizinho Chico Cordeiro, da colocação Limeira. Chico é fiscal colaborador do Ibama como Margarida.

Raimundo: Hoje a agricultura vale mais à pena, o corte da seringa ficou em segundo. Eu cortava mais no tempo dos patrões. Eles queriam borracha, eu plantava para inteirar. O patrão brincava com o medo da gente. Quem tinha medo, ele abusava. Quem não tinha medo, ele adulava. Por brigar, o patrão perdia muito. Não podia entrar ninguém no seringal para vender mercadoria. O patrão mandava pra trás. O seringal era cheio de gente e dava questão. Um queria tomar a estrada-de-seringa do outro. Mesmo que o patrão roubasse, mas, o pessoal ficava aqui. Isso é por causa da mercadoria. Se existisse mais mercadoria ia ser bem melhor. E o pessoal não iria embora. Muitos foram embora porque se acabou a mercadoria. O pessoal diz: - Rapaz, ficar aí pra quê? Pra passar fome? Eu estranhei muito a mudança. Eu me alimentava melhor quando eu cortava seringa. Estranhei muito plantar porque antes eu me dava [...] Melhor. O trabalho na seringa é melhor que na agricultura. Eu comecei de pequeno mesmo. Cortei muita seringa. Trabalhava quatro dias por semana na seringa. E dois dias no roçado. Hoje eu faço o contrário.

Chico Cordeiro: Pegava mais dinheiro mesmo. Tinha uma situação melhor... A gente trabalhava na sombra o tempo todo.

Andréa: E a cooperativa?

Raimundo: O problema é que não tem aviamento [um adiantamento para iniciar o serviço]. Também não tem mais fiado: eu entrego o produto e pego a mercadoria. Não tem mais ajuda para começar o trabalho. Quando chego na cantina do Calilah Sarah, ele diz: - Isso aqui é tanto. E vira as costas. Ele sabe que o cara tem que comprar. Vai um seringueiro lá comprar uma mercadoria. E ele: - E na Associação, não tem mercadoria não? O Calilah está aqui há quarenta anos. Era “dono” do São João. Mandava prender, empatava a saída do pessoal.

Chico: Antigamente ele chegava e cortava a madeira que quisesse. E não é que eu me orgulhe, não, mas agora se ele cortar, eu empato ele. Agora, antigamente, todos eram mais bem alimentados. Tomávamos café, bebíamos leite e comíamos com óleo. Óleo hoje é raro. O leite nem se fala que não se vê. A criança antigamente era mais forte. Hoje pega qualquer tipo de doença e enfraquece logo.

CASA QUATRO

Chefe: Lucíola Barbosa da Silva, 58 anos.

Moradores: As filhas *Nenê*, Maria das Dores (12 anos), Maria Divina (21 anos), *Xéo*, Maria da Paz (13 anos) e uma neta-de-criação Marinízia. Cinco pessoas.

Dona Lucíola teve dez filhos. Amarízio, o mais velho, faleceu recentemente. Marinízia, sua filha passou a morar na casa da avó. A filha Maria Divina tem problemas mentais e de locomoção. Ela recebe uma aposentadoria no valor de R\$ 70,00 reais por mês. E também vive com a mãe. Os dois filhos seguintes, Francisco e Maria Santíssima faleceram jovens. Há ainda outro filho homem residindo na mesma colocação: José que tem 18 anos. Ele é chefe de família na Casa Cinco; vizinha à casa de sua mãe. Seguem-se Maria Aparecida que mora na margem do Juruá e Ronaldo, também casado que reside na colocação Remanso da Extrema, também no Juruá. A filha seguinte chama-se Maria Concebida e acaba de se juntar a Raimundo. Ela tem 15 anos. Ele, 17 anos. Maria da Paz, Maria das Dores e Maria Divina residem com a mãe, como dito. Dona Lucíola mantém sob sua autoridade, as casas vizinhas dos filhos José e Concebida. José e Zamundo, filho e genro respectivamente, são encarregados do trabalho pesado relativos aos três grupos domésticos inter-relacionados à casa de Lucíola. Em 1994, Lucíola tinha dois bananais com 400 e 1.500 covas de banana e um roçado novo de roça. Todos os roçados foram realizados por ela com o auxílio filho e do genro, mas, apenas durante a derrubada. Segundo ela:

Plantamos três mil manivas de roça com sete litros de milho. A roça vai estar pronta em outubro do ano que vem [1995]. Depois da roça, eu planto feijão. Assim, na capoeira de roça. Espero três anos para o mato crescer bem. Esse roçado de roça novo era capoeira de três anos. Eu esperei três anos para brocar, aí derrubei e não queimei. Plantei feijão, colhi e agora plantei outro roçado de roça em cima

Mas, a ajuda de filhos e genro, não é suficiente. E Lucíola trabalha muito. Precisa casar as filhas com homens trabalhadores que a

apoiem, em função das necessidades de seu grupo doméstico extenso. Exemplo disso é ter mantido a nora Francisca próxima a si; tratando de casá-la com seu único filho ainda solteiro. Mesmo sendo ela, recém-viúva do primogênito Amarízio. Legitimando um casamento tido como *imoral* para os padrões do seringal: o casamento entre cunhados. E ainda, sem a observação do período de luto adequado. Um ano.

CASA CINCO

Chefe: José Barbosa da Silva, 18 anos e sua esposa, Maria Francisca, 30 anos. Duas pessoas.

José é filho de Lucíola. Casou-se, recentemente com Maria Francisca de Lima; viúva de seu irmão mais velho. Amarízio faleceu jovem, por afogamento. A filha do falecido com Maria Francisca, Marinízia, é criada pela avó Lucíola. Maria Francisca também é meia-irmã de Zamundo que é *junto* ou *amancebado* com Maria Concebida; a irmã de José. Francisca ainda tem outra *menina de cunhado* criada por seu pai Raimundo Lúcio, morador da colocação abaixo Águas Belas. Lucíola e Raimundo Lúcio, praticamente sustentam a casa dos filhos-vizinhos.

CASA SEIS

Chefe: *Zamundo*. Raimundo Mariano Lima, 17 anos.

Moradores: Zamundo e Maria Concebida Barbosa da Silva, 15 anos.

Dois moradores.

Como seus irmãos, Concebida é filha de Lucíola Barbosa e José Cordeiro da Silva que foi vender *produto* agrícola na cidade e não voltou mais. Já os pais de Raimundo são Rosa, já falecida e Lúcio de Lima; viúvo e morador da vizinha colocação Águas Belas. Como dito acima, Raimundo é meio-irmão, por parte de mãe, de Maria Francisca. Já Maria Francisca é esposa de seu cunhado José; irmão de Concebida. Zamundo recebe atenção especial da sogra Lucíola por ter problemas de saúde decorrentes de sucessivas malárias. Lucíola abre roçados para ele. Ajuda-o a colher feijão. Além de dividir uma parte de sua produção

de farinha com a casa do genro-filha. Tanto a casa de Zamundo, como a de José, precisam da força de trabalho de Lucíola. Ela é quem orienta as atividades produtivas de sua família ampla; grupos de casas unidos por redes de prestações e contraprestações de serviço mútuo. Ao redor da casa de mães e pais e já veteranos.

ROÇADOS

O casal Raimundo-Concebida têm dois roçados antigos de feijão, colhidos em 1993. Cujas capoeiras serão reutilizadas nesse ano. Um roçado localiza-se acima da colocação, no Igarapé João Gomes. E o outro, em uma área de capoeiras atrás da casa de Lucíola. Ambos já foram brocados e, para plantá-los, só faltava queimar. Não sabem ainda o que vão plantar. Possivelmente, milho, roça, banana e cana. Ofereceram um dos roçados abertos para Lucíola plantar. Pretendem pedir a ela, em troca, um espaço para plantarem milho em seu roçado novo de macaxeira. Já em um roçado de seu pai, na colocação Águas Belas, Zamundo plantou cana. Plantaram também melancia numa praia próxima à casa de Lucíola. Mas, a criação de gado e porcos da sogra comeu todos os brotos assim que vingaram.



Figura 21 –Agosto, Rio Juruá

Zamundo: Tá dando problema é o gado, as ovelhas e os porcos comendo a roça e os roçados de um tanto de gente.

Concebida: O gado é da mamãe e do Raimundo. Mas, fica solto no pasto. A mamãe tem também duas ovelhas que juntam com as ovelhas da Chica do João Aranha e do Torota que moram acima... O Torota mesmo disse que vinha buscar as ovelhas [...]. O Zamundo e o Mundinho fizeram nossa casa juntos. O Zamundo trocou dia no roçado de feijão do Mundinho. E nós mudamos pra cá ontem [...]. Minha mãe dá dia de trabalho pra nós. E o Zamundo dá dia para ela. Por enquanto, nós comemos do roçado da mamãe. Nós e também o José. Pegamos farinha dela para comer. Ela tem três roçados de roça. Em dois, a roça já tá boa. Tem um roçado que fica rio acima, e tem um que fica do outro lado do rio. Tem outro roçado ainda que tá bom já no final do ano. Esse fica mais acima ainda; subindo o São João. O Zamundo ajuda nos roçados: pega a mandioca junto, faz a farinha junto. Então, pega dois ou três paneiros de farinha para nós. Eu ajudo a descascar a macaxeira, lavar, fazer beiju, farinha puba e tirar a goma. Temos também um roçado de banana que plantamos do outro lado. Tem banana maçã, grande e seda. É perto da roça da mamãe também.

Andréa: - E o Zamundo corta seringa?

Concebida: - Ele corta a perna de uma estrada pequena a cada dois dias. Dá um frasco de leite cheio. Daí fica sem cortar três dias. Num ano dá quatro ou cinco pranchas. Serve para comprar aquela esponja de aço e sabão.

Andréa: E vocês têm criação?

Concebida: Temos seis galinhas, dois galos, duas pintas e dois pintos. Quatro leitões grandes e um leitão.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO COMUM

Ainda que brevemente, é possível de notar-se na breve descrição acima que os serviços coletivos são variados. Para ter-se fartura é necessário trabalhar intensamente, de acordo com o calendário sazonal da floresta, principalmente no verão.

É necessário também agregar as forças produtivas entre os grupos domésticos de uma colocação. De forma a aliar os grupos de casas em frentes de trabalho comuns. Há também regras nas formas de apropriação do espaço e na territorialidade em andamento. No uso, coletivo e/ou individual que se faz dos recursos agrícolas e extrativos, dispostos na floresta, em zonas de uso observadas, divididas e preparadas pelos próprios moradores.

O percurso e a disponibilidade das estradas-de-seringa, assim como, a existência de locais agriculturáveis como capoeiras é que parecem delimitar, espacialmente, as colocações. Ou seja, é o uso que se faz do ambiente e a disponibilidade de recursos que orienta a ocupação humana. Dentro desses limites, os moradores colocam roçados, caçam e pescam.

Dou um exemplo das estradas de seringa. Na colocação Depósito, a distribuição de estradas de seringa é a seguinte: Casa (1): Néu corta a estrada Grande; Casa (2): Raimundo corta a estrada Catorze e a estrada “dos Oito”; Casa (3): Adão corta a estrada Píaba; Casa (6) Zamundo corta uma “perna” da estrada João Gomes. E a Casa (5), José corta a estrada João Gomes, a estrada da Manga e a estrada de Cima.

E ainda tem-se estrada-de-seringa vadiando. Ou seja, estrada que ninguém corta. Caso alguém tenha uma estrada vadiando, pode ceder-lá para um companheiro. Avisando é só ir lá e cortar. Além de outros serviços realizados para preparar a estrada-de-seringa para o corte: dar rumo à estrada escolhendo as árvores de seringa que serão utilizadas e definir um caminho entre elas. Limpar, roçar, carpir o caminho até o mesmo ficar transitável. Empauzar, ou seja, para subir nas árvores altas é necessária uma escada feita com *espeque* de palmeira ou madeira dura.

Note-se que o primogênito de Dona Zila corta duas estradas-de-seringa. O grupo doméstico ampliado de Zila, ou seja, sua casa e a casa de seus dois filhos contam com quatro estradas de seringa ao todo. Por sua vez, o grupo doméstico ampliado de Dona Lucíola possui três estradas de seringa. Seu filho vivo mais velho corta as três estradas. E, empresta, eventualmente, uma estrada-de-seringa para o cunhado Zamundo, cortar.

Essa diferença entre o número de estradas disponíveis entre as casas, talvez se deva ao fato de Dona Zila possuir três filhos em plena capacidade produtiva. Ao passo que Dona Lucíola tem apenas um filho cortando seringa. E um genro debilitado, por malárias sucessivas que ainda não consegue cortar uma estrada inteira.

Passo a descrever, então, a Vila Foz do Breu. Objeto de nossa comparação com a colocação Depósito.



Figura 22 - Vila Foz do Breu

CAPÍTULO III



VILA FOZ DO BREU

O Breu é considerado um rio pelos moradores. O que parece estar associado à sua navegabilidade, em boa parte do ano. Igarapés, mesmo considerados grandes, não são navegáveis no verão amazônico. Principalmente, entre maio e outubro. Também não comportam barcos de médio calado.

Os igarapés maiores, assim como os rios, possuem barrancos e praias. Em igarapés pequenos, tanto a praia como a calha ou *canal* são mais estreitos, e em menor quantidade do que em um rio. As praias, igarapés, curvas, remansos e poços de um curso d'água também são indicadores de posição e distância.

Em janeiro de 1995, subindo o Rio Breu, a localização das colocações era a seguinte: 1) Colocação pertencente à etnia Ashaninca, Sr. Manoel Kampa; 2) Pedra Branca; 3) Seringueira; 4) Alto do Bode; 5) Pau do Diabo; 6) Cara Preta; 7) Colocação do Sr. Edson; 8) Fazenda São Francisco e 9) Ofê.

Tendo boa água no Rio Breu, se gasta até dois dias de canoa, para percorrer o trecho citado acima. E, logo se chega à circunvizinha Terra Indígena Ashaninca/Kaxinawa do Rio Breu com 31.277 hectares. Localizada nos municípios de Marechal Thaumaturgo e Jordão.

Atravessando a terra-de-divisão entre o Rio Breu e o Rio Jordão chega-se à também limítrofe TI Kaxinawa do Rio Jordão com 87.293 hectares. Localizada no município de Jordão/AC.

O Rio Breu também faz a divisa atual, por linha-d'água, entre Peru e Brasil. À jusante, no sentido de sua foz, a margem esquerda do Rio Breu é território peruano. Moradores das imediações, em 1994, faziam acordos temporários e informais para plantarem feijão na margem peruana. A autorização provinha dos militares peruanos do Posto de Fronteira. Mas, desde que os roçados não fossem reutilizados, ano após ano. Em 1994, não havia moradores peruanos no Rio Breu.

A Vila Foz do Breu se localiza, exatamente, na foz do Rio Breu; como seu nome já diz. Tem como limite visualizável, um *campo* ou pasto

de cinco hectares, circundando as casas. Na margem direita à jusante do Breu, ou seja, no sentido de sua foz. Os moradores acham o campo bonito. Também apreciam colocar suas casas no campo.

Tal campo foi aberto pela família de Cândido Ferreira Batista. Ernestina, nora dele, considera o campo, parte da sua herança. “Esse campo é meu!”, diz ela, em sua entrevista. Quem abre e zela um campo é seu dono, também aprendo na oportunidade. E, pelas benfeitorias realizadas, pretende vir a ser indenizada.

Em outubro de 1994, quando visitei a Vila Foz do Breu pela primeira vez, ela tinha treze casas. Dois anos depois, em 1996, já são 20 casas e 100 moradores. Já as colocações vizinhas à Vila Foz do Breu, Vista Alegre, abaixo e Seringueira, acima, tinham três casas cada. Eram, pois, 19 casas na área da circunscrição da vila.



Figura 23 - Campo na Foz do Breu

Passando da colocação Seringueira, com dez minutos de motor, se chega ao posto fronteiriço da *Policia Nacional del Peru*. Após duas horas, se chega ao posto militar chamado Tipixca; já em território peruano.

Sabia-se, através da bibliografia que a Foz do Breu era habitada, por comerciantes ditos brasileiros, desde fins do século XIX. Mas, o mapa feito no laboratório do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), hoje Instituto Socioambiental (ISA), sob a coordenação do prof. Mauro de Almeida e de Alícia Rolla, continha

apenas o número de casas da vila; à época quinze. E nenhuma outra informação adicional.

A origem desse mapa foi o processo de cadastramento de moradores, realizado em 1991. O técnico responsável pela vila Foz do Breu foi Raimundo Cardoso; ligado na época ao Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Segundo o técnico, os moradores haviam se negado a dar informações. Muitos fugiram levando sacos de milho, feijão e paneiros de farinha. Arrastando filhos, porcos e galinhas para a mata. Outros ainda, se recusaram, terminantemente, a fazer o cadastro. Apenas uma moradora contribui com os dados requeridos. É a senhora Ernestina.

Para Cardoso, havia a contra informação, de que o cadastro serviria para a desapropriação das famílias moradoras. Informação disseminada por antigos patrões, inimigos da criação da Reserva Extrativista.

Talvez, os responsáveis não tenham levado o tempo necessário na cansativa tarefa da pesquisa prévia. O pessoal era avesso a oferecer informações. No entanto, em nenhuma outra das nove zonas em que foi realizado, ocorreu um nível tão baixo de cadastramento. O fato é que, de uma forma ou de outra, os moradores da Foz do Breu se excluíram do cadastramento. E do primeiro mapa da região.

O campo em que se localizam as casas da Vila está circundado por quinze hectares de *capoeiras de roçado*, segundo cálculo dos moradores. São áreas de antigos roçados, onde a mata está se recuperando. O que as torna mais fáceis de manejar e brocar. Sem necessidade de derrubar ou tocar fogo. Já a mata bruta exige, em sua abertura, o trabalho de muitos homens. Machados e fogo.

Embora a área de capoeiras seja extensa, há áreas utilizáveis apenas, para mais dois anos. Depois, novamente, terão de abrir roçados na mata bruta. Principalmente, para macaxeira e feijão. As capoeiras recém-utilizadas têm mais de vinte anos. Há ainda uma área de capoeiras grossas, defronte à vila, na margem oposta do Juruá. Em novembro de 1994, acabo por me hospedar na casa de um dos filhos de Dona Ernestina. Como vimos anteriormente, ela foi a única cadastrada na Foz do Breu por Cardoso em 1991.

Naqueles primeiros dias de vila chamaram minha atenção – a *assistência* – nas relações de trabalho que envolvia indígenas, além de outros moradores. A reciprocidade nos serviços, garantida através da assistência. Além da laboriosidade de certas personagens. Conforme o trecho abaixo, retirado de um caderno de campo. Os nomes são fictícios:

16.10.94 Primeiro dia no Rio Breu. Fronteira Peru e Brasil [...]. Fui à tarde para dentro do Breu. Pegar macaxeira e mamão para uma casa. Acompanhou-me seu Olegário; primo legítimo do chefe de família. Olegário é funcionário da Subprefeitura. Trata-se de um faz-tudo para a vila. Mas, parece funcionário dessa dita casa. Até a lenha da casa, ele é quem racha [...]. O roçado fica atrás da casa de Seu Manoel Kampa. Lá vivem seu Manoel, a esposa, o pai dele e mais quatro ou cinco crianças. Manoel Kampa trabalha para eles, botando e zelando roçados de roça, banana e mamão. Ajudando nos roçados de feijão. Recebe em roupas usadas, um pouco de estiva: chumbo, espoleta e pólvora. Vi o pessoal anotando os dias de trabalho do Seu Manoel, em um caderninho. O caderno serve também como registro dos “gastos” que têm com ele e sua família. Em troca, a casa tem um homem adulto a seu serviço. O dia de trabalho é trocado diretamente pela mercadoria. O lucro é alto para o comerciante. Seu Manoel Kampa que ainda vive devendo dia pra ele [...]. 17.10.94 Foz do Breu! Como eu disse: - O fim do Brasil! Aqui se dá o puro “Bye Bye Brasil”. Ou será o faroeste caboclo? Políticos curraleiros [...]. O exército peruano morrendo de fome no Posto de Fronteira. Os soldados atravessando o rio para mendigar macaxeira. As pessoas do lugar usam camisetas do exército, botas, cintos. Fruto das trocas por comida e cachaça com os peruanos

Subprefeitura, subdelegacia

A área de responsabilidade da Subprefeitura na Vila Foz do Breu segue da colocação Pedra Pintada, abaixo no Rio Juruá até a “casa da Dona Carmina”, na colocação Seringueira; próxima ao Posto de Fronteira, no Rio Juruá.

Entre a colocação Pedra Pintada e a Foz do Breu existia também um campo de pouso para aviões pequenos e helicópteros do

Exército. Que deveria ser zelado pela Subprefeitura com apoio dos militares brasileiros. Mas, está *cerrado* pela mata.

Os encargos da Subprefeitura incluem recepção e hospedagem, de visitantes e convidados. Organização de festas, dias comemorativos e comícios. Apoio em atividades do serviço público, como em períodos de vacinação e eleição.

Além disso, o Subprefeito, no período José Ida é quem providencia reparos às benfeitorias comunitárias. Como geradores, motores e aviamento de casa-de-farinha. A Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo fornece o óleo diesel e peças de reposição. Mas, é o subprefeito quem deve ir buscá-los no município. E organizar a logística em água e solo.

Em 1997, os moradores da Foz do Breu receberam uma embarcação do tipo *baleeira*, da Prefeitura, para transporte de produtos agrícolas e passageiros.

Na Vila, assim como em outras localidades, a votação é previamente combinada entre a comunidade e seus candidatos. O que garante o acesso, ainda que restrito, aos benefícios básicos que seriam obrigação do eleito-empossado. Além de benfeitorias, benesses e cargos, que funcionam como moeda de troca após pleitos bem-sucedidos.

Além de Subprefeitura, a vila é também sede da Subdelegacia da Foz do Breu. Cujo delegado responsável foi, por muitos anos, Renato Mota. Entre 1994-1995, José Ida assume temporariamente o posto de delegado, no lugar de Seu Renato, para que o mesmo procedesse com sua aposentadoria.

A área de atuação da subdelegacia da vila Foz do Breu tem como limites, acima, a fronteira com o Peru. E, abaixo, a foz do Igarapé São João, na fazenda de Pedro Paraguá. O trabalho do delegado consiste em apurar crimes ou infrações nessa área.

Entretanto, não há um Posto de Fronteira brasileiro na região. Nem nas proximidades. O passaporte é mencionado, mais das vezes, pelo próprio *patrício* ou viajante que resolve se apresentar em terra, solicitando permissão para entrar na Vila Foz do Breu e no Brasil. Canoas e passageiros não são convidados a se apresentar. Ou a apresentar documentos de qualquer espécie, ao transitarem entre os dois países.

Já do lado peruano, existe um Posto de Fronteira. Mas, também não há controle de entrada e saída. Pelo menos, nas vezes em que o visitei, juntamente com outros moradores da Foz do Breu que vão até lá cortar o cabelo e jogar bola. É comum que peruanos, brasileiros, viajantes de procedência indefinida como eu, circulem livremente. Há, hoje, moradores da Foz do Breu vivendo e trabalhando no Tipixca, em Pucallpa e Lima no Peru.

Até 1995, a vila não possuía Agente de Saúde. Quem atendia era Seu Renato que além de delegado, exercia inúmeras funções. Médico e dentista leigo, comerciante, sertanista e paleontólogo.

Em 1996, Rosenildo Matias da Silva, “Papéu”, rezador, foi contratado temporariamente como Agente de Saúde. Outra referência em saúde era a *parteira fina* Ernestina. E sua ajudante, Maria “do Maurício”. Essa equipe, mesmo sem qualquer apoio financeiro, material ou de formação, resolvia boa parte dos problemas em saúde nas imediações.

Também a base militar do Tipixca, em território peruano, sempre foi referência em saúde para a região. Para obtenção de remédios. E serviços odontológicos, de saúde reprodutiva e saúde da mulher; muito difíceis de acessar. Remédios, serviços e mercadorias trazidos pelos peruanos ou *patrícios* são também retribuídos.

Na Foz do Breu, todos recebem os peruanos de passagem. Vendem ou trocam entre si farinha, macaxeira, banana. Vizinhos e negociam carne de caça. Fazem festas e todos bebem cachaça, *pisco*, aguardente peruana feita de uva e *kaissuma*; fermentado de macaxeira indígena. E dançam à peruana, ou seja, sozinhos. Mas, também em pares, como é costume no seringal.

Trocas, amizades, namoros e negócios variados são realizados. Os moradores do Breu apreciam as mochilas, canivetes, botas, fardas, bonés, cinturões e cantis da Polícia Nacional Peruana. E as utilizam em seu cotidiano.

Os moradores da vila e do município de Marechal Thaumaturgo entram no Rio Breu e também no Peru para caçar com cachorro. Prática pretensamente abolida através do Plano de Utilização da Reaj. Formulado e votado em Assembleias da Asareaj.

Os caçadores entram pelo igarapé Béu (sic. Bel); afluente do Juruá entre o Rio Breu e a Base militar do Tipixca no Peru. Lá residem populações indígenas Jaminawa. O pessoal diz que é tanta fartura que chegam a matar “várias antas num só dia”. Os caçadores brasileiros em seu retorno entregam parte da carne obtida aos militares do Posto fronteiriço peruano. Ouvi dizer que alguns brasileiros enganam os peruanos. Matam uma capivara que é salgada e repassada como carne de anta. Essa atitude tem causado desconforto entre os vizinhos.

A floresta inabitada no país vizinho e nas cabeceiras do Rio Breu é um imenso refúgio de caça. Áreas onde os animais vão descansar e procriar. Mas, a falta de fiscalização, o estabelecimento de redes de contraprestação de serviços e a troca de favores estabelece o uso que se dá ao recurso disponível.

Além disso, são áreas de trânsito e moradia de grupos indígenas sem contato, como os já citados Jaminawa do Igarapé Béu.

Patrões e correrias na Foz do Breu

Seu José Rubens Pinheiro, embora fosse morador da colocação Foz do Caipora, apreciava contar histórias sobre o “desbravamento” da região. Segundo ele, contava “de ouvir falar”.

Gostava, especialmente, de narrar correrias. Ressaltando atos de bravura de seringueiros e indígenas. Especialista em detalhes que demonstram o âmago do processo. Na narrativa a seguir, Zé Rubens explica diferentes sistemas de aprisionamento, abuso e trabalhos forçados, utilizados regionalmente. E, durante décadas, na própria Foz do Breu.

Os patrões que eu conheci da Foz do Breu foram o Thaumaturgo Ferreira, Cândido “Ferreirão” e Julio Perez que era um peruano. O Ferreirão só trabalhava com índio Kampa. Os Kampa matavam os Amoaca. Mas, quando os Amoaca matavam, o Thaumaturgo Ferreira que era filho do Cândido velho, mandava os Kampa fazerem correria. Felizardo Cerqueira era gerente do Thaumaturgo Ferreira. Esse Felizardo fazia correria para o Alto Juruá, para o Alto Breu e Jordão.

Para todo o canto, junto com um bocado de Kampa. Felizardo matava índio, mariscava, caçava [...]. Para amansar, pegavam os caboclos braços e amarravam. Aí, faziam passar tempo preso dentro de um quarto, até amansar. Os que não amansavam, eles matavam. Nas cabeceiras do Breu, na colocação Busnã tem buraco velho cheio de osso dentro. Depois de amansar, eles botavam para trabalhar. Os caboclos tinham medo de fugir porque o Thaumaturgo mandava ir atrás [...]. Quando eles caçavam pra cima do Breu traziam muita cabocla. Traziam mulheres para eles mesmos. E vendiam por rifle; trocavam por caixa de bala e por rifle. O Felizardo dava os caboclos de presente pros outros companheiros. Espalhou muita cabocla para dentro do Tejo, pelos seringais. Nesse tempo era difícil mulher, né! Quando eles traziam mulher eles vendiam para os seringueiros mesmo

José Rubens cita uma personagem notória: Felizardo Cerqueira. Chefe-de-correria, gerente de barracão e de seringal, polícia de fronteira. Exerceu inúmeras funções no período em que se permaneceu na região. Mantinha redes de extenso comércio estabelecendo vínculos diversos com as populações indígenas locais. Os indígenas, por ele amansados, recebiam tatuagens com suas iniciais: FC.

Por volta de 1919, Felizardo estava no Igarapé Aliança, afluente do Alto Rio Envira (AQUINO; IGLESIAS, 1995, p. 12). Foi convidado por proprietários de seringais no Alto Tarauacá para defendê-los da etnia Papavô; ainda *braba*. Tendo passado a residir com “seus indígenas” nas margens do Formoso e posteriormente, no Rio Jordão, ambos afluentes do Alto Tarauacá. Hoje Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão.

Segundo José Rubens, Felizardo Cerqueira conhecia a etnia indígena pelo cheiro que deixavam no rastro. Ou, pelo cheiro da urina de uma única pessoa. Era fluente em diversas línguas indígenas. Bom rastejador; de gente e de bicho.

Conhecia as *varações*, atalhos na floresta. Teve esposas, filhos, afilhados, agregados, compadres e empregados indígenas; especialmente, Huni Kuin ou Kaxinawa (AQUINO; IGLESIAS, 1995, p. 13).

Ainda segundo Zé Rubens, diz-se que Felizardo mantinha hábitos e costumes indígenas. Como o uso da *ayahuasca*. Era também espe-

cialista no processo de *amansar* indígenas. E, sua estratégia consistia em aprisioná-los em casas de teto baixo e em grande número. Casas com pouca ventilação e nenhuma claridade. Fornecendo-lhes comida e trajes ocidentais aos poucos. Para José Rubens, “Eles ficavam presos até amansar”.

Uma estratégia de sobrevivência, utilizada pelos grupos indígenas durante as correrias, era se deixar amansar. E combater conjuntamente o inimigo indígena de seu novo patrão. Aliar-se também ao ocupador através de relações de cooperação no trabalho. Ou ainda, através de relações de casamento e compadrio.

Segue uma narrativa de Ernestina Ferreira Batista, nora do patrão local à época Cândido Ferreirão e cunhada de Thaumaturgo. Nela, a narradora define quem são os índios *brabos* que ela tem por inimigos. No caso, os Amoaca e Jaminawa, em que há referência a uma situação de guerra interétnica.

Já os *mansos* são considerados possíveis aliados. Trata-se de populações Huni Kuin, Ashaninca, certos indígenas Piro e Santa Rosina que segundo ela, falavam língua *quéchua*. E residiam nas proximidades da colocação Pedra Pintada, rio abaixo três voltas. Tendo sido extintos em uma epidemia de sarampo.

Em sua história percebemos um discurso civilizador que sustenta a lógica de extermínio. Parece haver também estratégias contrárias à submissão, mesmo entre etnias que resolvem se alinhar. No caso da etnia Piro, Ernestina menciona que evitavam o consumo de carne de caça e banha. Possivelmente, para evitar o estabelecimento de relações de reciprocidade. Mas, simbolicamente, convertem-se à disciplina religiosa.

Vamos à narrativa de Ernestina:

Amoaca não é gente. Eles são brabo. Ninguém podia entrar no [rio] Breu... Eles faziam um buraco na sacupemba [raiz tubular] dos paus para ver quem chegava. As malocas amoaca eram fechadas com palha de murmuru e peito de jaboti para não varar bala. Os Amoaca envenenavam espeque e punham no caminho dos seringueiros. Mas, eles tinham medo dos brasileiros. Eles iam até o marco [geográfico] do Brasil, batiam nele com um pau e saíam correndo. Já os Kampa amansavam Amoaca. Os Kampa eram guerreiros valentes. E tra-

tavam de prender os Amoaca; eles trabalhavam para os cariú. Os Kampa também tinham os chefes, os patrões deles que são chamados curaca. Eu ouvi falar de muitos deles: Maricoxo, Sebastião, Gregório, Maianingo, Panguiriri [...]. Eu ainda me lembro, dos índios Kampa cantando benditos em espanhol com a mulher do Thaumaturgo. Voz grossa com voz fina. De noite, se juntava aquela Kamparia toda, a mulher do Thaumaturgo no violão, bandolim ou na sanfona e eles cantando: Jesus! Jesus! Jesus! [...] Na Pedra Pintada [uma colocação vizinha] viviam os caboclos Santa Rosina. Eram uns caboclos bonitos, bem alvos. Tinha também os caboclos Piro que faziam muitas obras de barro. Caboclos muito bonito e adventista. Não aceitavam comida de nós, não comiam caça nem banha. As mulheres deles comiam 'do nosso', escondidas. Mandavam que a gente tampasse a cozinha com lona, para que os maridos não as vissem comendo quando voltassem da mata. Que era para elas não levarem peia

Aproveitando da fala de velha Ernestina, vamos apresentar sua trajetória como parte da história da Vila. Mas, ressalto que fiz uma única entrevista com ela. A entrevista foi escrita à mão, pois, ela não permitiu que eu a gravasse. E também nada de fotos.

Também nunca chequei as informações repassadas nessa oportunidade, com outro colaborador(a).

Ernestina

Ernestina. Em solteira, Ernestina Rodrigues da Silva. Tornase Ferreira Batista após seu casamento com Dulcílio Ferreira Batista. Dulcílio é, por sua vez, filho de Cândido Ferreira Batista.

Em 1994, Ernestina tinha 76 anos. Nasce, então, por volta de 1920. E falece, em 2001 com 83 anos. Vítima de diabete.

Filha do seringueiro João Rodrigues da Silva, de Aracati, Ceará. E de uma acreana legítima ou *cariú*: Ursulina Maria da Silva, cujo pai era, segundo Ernestina, caboclo. O ramo cearense da família nunca chegou a visitá-los no Acre. E nem seu pai retornou jamais ao Aracati. João e Ursulina tiveram seis filhos: Ildebrando, Raimundo, Ernestina, Roseno, Sebastião e Maria.

Ernestina chega à Foz do Breu para trabalhar, segundo meus cálculos, em 1940. O futuro cunhado Thaumaturgo Ferreira é quem a contrata, em Cruzeiro do Sul, como empregada para sua família na Foz do Breu.

Quando cheguei aqui quem morava era meu cunhado Thaumaturgo, a esposa e uma família de portugueses, a família Ruela; do cunhado de Thaumaturgo. Ele me iludiu, iludiu até que eu vim, pra cá trabalhar. O pai deles, dele e do Dulcílio, meu futuro marido, Seu Cândido, era patrão. O Cândido é que pelejava com toda essa gente... A caboclada. Eles trabalhavam em madeira, depois começaram a trabalhar em seringa. Então, abriram as estradas [de seringa] quando veio o tempo da borracha.

Andréa: A senhora sabe quem foram os primeiros patrões aqui?

Ernestina: Que eu sei o primeiro patrão aqui foi Bonifácio. E depois, teve meu sogro. Teve também Izabel, uma peruana

Empregada na casa de Thaumaturgo, conhece o irmão dele, Dulcílio com quem se casa, tendo 10 filhos. Dejanira, Cândido, Dulcília, Ernecília, Luzia, Vitória, Maria Amélia, Ilda e o caçulo José Ida.

Após a morte de Cândido, o filho mais velho, Thaumaturgo, segue à frente dos negócios da família. Mas, enfrenta dificuldades para manter o seringal. É o tempo da derrocada da borracha. Ernestina convida então, dois de seus irmãos para ajudarem na Foz do Breu: Raimundo e Roseno Rodrigues da Silva.

Eles, então, passam a residir na vila. E lá, constituíram também suas famílias.

Por volta de 1950, ela e o esposo Dulcílio cortam seringa no Alto Igarapé Caipora. Mesmo sendo filho de patrão, Dulcílio e sua esposa cortam seringa. Diz ela sobre o período:

A borracha deu dinheiro. Mas, deu dinheiro para o patrão e não para o seringueiro. O seringueiro era arriscado morrer com os caboclos

brabos. Em frente da nossa casa, no igarapé Caipora, assim, na outra margem, os caboclos plantaram uma carreira de banana baé [...] Eles quebravam as palhas, só para guardar eles e as flechas. E ficavam só cuidando o movimento. E mandavam flecha e os de cá, respondiam com bala. Os caboclos matavam pra roubar

Após o falecimento do esposo e do cunhado, parte da família passa a residir em Cruzeiro do Sul-AC. Ela e os irmãos, no entanto, permanecem na Foz do Breu. Zelando pelas benfeitorias.

Com o passar do tempo tornaram-se grupos domésticos aliados. Ernestina soube bem os agregar. Há variados casamentos entre primos, em distintos graus. Além de casamentos realizados entre membros de famílias circunvizinhas. Por serem veteranos, Ernestina, Roseno e Raimundo são convidados a opinar, quando ocorre qualquer mal-entendido. Principalmente, em relação ao usufruto do território e zonas de uso. Diz ela:

Eu fiz muito de graça aqui, eu fui pai e mãe de peruano, de brasileiro e de Kampa [Ashaninca]. Eu sempre toda vida trabalhei na mata. Roseno, meu irmão, queria repartir os meus filhos quando enviuei [...] Ninguém me via de dia. Trabalhava no roçado, na praia, criava porco, galinha, gado. Trabalhava no roçado. E negociava com os peruanos, vendia as coisas: tomate, ovos, mercadoria. Fazia comércio. E aindam costurava para a Kamparia

A história de vida de Ernestina, e também, a maneira como ela a relata, inspira grande autoridade. Há, porém, responsabilidades e deveres a cumprir enquanto liderança. Mesmo ela, já sendo idosa. No entanto, a história dela resguarda o futuro dos seus. Seu filho caçula, José Ida Ferreira Batista, mesmo não sendo mais um patrão, representa uma autoridade constituída localmente e assim, os interesse de seus grupos domésticos aliados.

Por ser exímia parteira, reconhecida como parteira fina, também era considerada madrinha de centenas de afilhados indígenas e cariús, espalhados pelas cabeceiras dos Rios Jordão, Juruá e Breu. Todos procuravam tomar sua benção, sempre que possível. Em sinal de respeito. E consideração.

Conto uma de suas passagens. Em que se demonstra a personalidade forte e a liderança que, seguramente, resguarda sua histórica autoridade. E sua posição, como veterana respeitada e chefe de extensíssima família na Foz do Breu.

Ernestina - parteira

Naqueles dias, precisamente, no dia 21 de outubro de 1994, Maria Jacira Rodrigues estava prestes a dar à luz. É seu décimo terceiro filho. E de parto normal. Ela chega à Foz do Breu, remando de canoa acompanhada de seu filho às 20h30min.

Vem do Rio Breu, onde reside na colocação Pedra Branca. Ela *sofria*; nome que é dado localmente ao trabalho de parto. E tinha contrações, desde a noite anterior.

No entanto, trabalhou bastante antes de sair de casa. Lavou roupa, varreu, passou pano. E ainda, arrumou suas coisinhas para ir até a vila Foz do Breu, onde reside Dona Ernestina que também é parteira.

Jacira trouxe seus próprios lençóis. Além de um corte de tecido parecido com napa, onde se vê um retângulo recortado em uma das bases. São seus *panos*. Parecem importantes na realização do parto. Devem estar bem limpos e lavados. Quarados ou imersos em solução de água sanitária. E, podem até serem reservados, exclusivamente para tais fins. Como os preferia Maria Jacira que trouxe seus próprios panos de casa.

Ela trouxe uma muda de roupa para ela e o bebê. Poucos *cueiros*; pano de algodão que é enrolado e/ou amarrado na cintura da criança. E também querosene para lamparina. Trouxe também tabaco *migado*, desmanchado e aquecido. Reservado em uma carteira com *papelim*; papel já preparado. E isqueiro de pedra.

Para apoiar o serviço trouxe manteiga, frango caipira já tratado, pimenta-do-reino, café, açúcar. E uma lata de leite em pó.

O local escolhido para o parto foi à casa de Íris de Fátima e José Ida; nora e filho de Ernestina. Jacira esquentou uma janta que ofereceu a todos. E a casa foi se enchendo de mulheres. Colocaram dois

colchões na sala, em que todas nós deitamos. Eram quatro expectadoras e duas ajudantes. Sendo eu, logo escolhida como uma delas.

As mulheres que permaneciam deitadas comentavam apenas casos de partos difíceis. Mortes de parturientes. Apenas situações difíceis. Uma forma de invocar para evitar o acometimento. Espantar a desgraça.

A parturiente, como se vê, não queria dar trabalho. Pensou em todo o necessário. Inclusive, panos extras. Só não trouxe tesoura e linha.

As parteiras responsáveis eram dona Ernestina de 74 anos. Cujas ajudantes são dona Maria “do Maurício” com 50 anos. A parteira menos experiente executa ordens e pedidos de Dona Ernestina. Já veterana em parto, mas, que não enxerga bem. E se locomove com dificuldade.

Dona Maria estende um lençol sobre a cama de casal. Aquele de material semelhante à napa com uma abertura no meio. Sobre tal pano arrumaram uma colcha. E dobraram um monte de panos, em forma de travesseiro. A parturiente de camisola, meias e sem calça [calcinha] é encorajada a andar por dona Ernestina. Ninguém a proíbe de beber café. Falar e fumar.

Dormi umas duas horas nos colchões coletivos. Acordo com ela em pleno trabalho de parto. No quarto preparado ao lado da sala. Mas, não escuto um único gemido.

Dona Ernestina me chama. Pede que eu faça um caldo com farinha de mandioca, água, manteiga e pimenta. Ela também fala: – Ninguém tem uma dose de cachaça pra dar a essa mulher? Eu, após atizar o fogo, ainda engrossava o caldo na cozinha quando ouvi um barulho: – *Ploft!* E, imediatamente, o choro de bebê. Corri para olhar. O quarto estava escuro. Mais do que uma penumbra.

Maria Jacira tinha o tal pano tampando seu púbis. Os panos já tinham sido recolhidos. O bebê já estava limpo. Apenas, a placenta demorava a sair. E todas continuavam calmas. Menos eu.

Dona Ernestina pôs a mão na cabeça de Jacira. Mandou-a repetir uma reza três vezes. A reza é para *desocupar*, ou seja, para que a placenta saia. Ernestina rezava e Jacira repetia: – “Minha Santa Margarida, não estou prenha nem estou parida, tirai essa carne podre da minha barriga”.

Depois de rezar, Ernestina puxa delicadamente a placenta para fora. Através do cordão umbilical. Um procedimento considerado de

risco. Só então, passa a tesoura para dona Maria, sua parteira assistente. Dando-lhe a honra de cortar o umbigo. O que a torna, *mãe-velha* ou *madrinha-de-umbigo* do recém-nascido.

Dona Maria faz uma determinada medida com a lateral dos dedos. E corta pedaços de barbante utilizando essa medida. Amarra o umbigo com três fios de barbante, de mais ou menos um palmo. No final se dá um laço.

Limparam o bebê e a mãe sem lavá-los. Apenas um *banho de gato* com pano embebido em água morna. E então, vestiram o bebê com touca, luvas e meinhas. Pegar a *frieza* da noite ou da madrugada; pegar *friagem*, não é bom. Nem para a mulher. Nem para o bebê.

Dona Ernestina rezou novamente. E os abençoou. Seguiu-se um estouro de fogos de artifício. Talvez, provindo da mala mágica de Jacira. E depois, dois tiros de espingarda dados para o alto. É um sinal de Íris, a dona da casa. Ela avisa ao marido distante, e a toda a comunidade que nascera um menino. Preparamo-nos para dormir.

Dona Ernestina faz uma comparação entre o parto das mulheres Ashaninca e os partos com as parteiras cariú, como ela:

As índias Kampa têm os filhos sós. E, às vezes, assistidas [com alguém junto]. Elas têm seus filhos na mata. Para isso, forram o chão com pano e palha. E ali dão à luz. Acocoradas. Enrola o umbigo. Aquece as mãos num fogo para esquentar o umbigo e a barriga da criança. O marido e a mulher cumprem resguardo. Só comem macaxeira assada. O marido não ajuda a mulher durante o parto. A criança bebe caissuma [fermentado de macaxeira] desde que nasce. E tem uma cuia só para ela. A mãe dá a caissuma no dedo. Hoje elas guardam resguardo do mesmo jeito que as brasileiras. Do que as acreanas

Mas, no decorrer da madrugada, Jacira me acordou porque o bebê não respirava. Havia muco em suas narinas. Eu suguei e esfreguei o nariz do bebê. E nada. Jacira me pede para chamar Ernestina.

Chovia e eu atravessei o campo rumo à casa da velha. Ela não gostou de ser acordada. E me disse: – Tanta gente com saúde... E você vem logo acordar uma mulher velha e doente?

Levantou-se. Fez um chá. De erva doce com *azeite doce* ou azeite de oliva. Para o bebê vomitar ou “*provocar* a baba do peito”. Quando retornei Jacira já tinha resolvido. Amassou um dente de alho e deu para o recém-nascido aspirar.

Ernestina ainda deve cuidar de Jacira. Até o momento em que ela se considere forte o suficiente para retornar para casa. E o tempo que for necessário. Deve orientá-la sobre a dieta depois do parto. Para ela e o bebê. E também, nos cuidados do resguardo. Período de quarenta dias após o parto, em que a mulher deve receber cuidados especiais.

Comer insosso ou com pouco sal. Tomar caldo de galinha e leite [em pó, localmente, é considerado um luxo porque é muito caro]. Comer pouca gordura e carne. Evitar comida reimosa, frieza, susto. Evitar pegar peso, trabalhar no sol quente. Evitar carregar água.

Quando a parturiente vem de longe, como Jacira, a parteira é responsável por acolhê-la em sua casa. Fazer seu caldo e seu pirão. Com pouco sal e manteiga à vontade. Coloca-se manteiga até no café. Quando é vizinha, a parteira pode visitar mãe e bebê todos os dias. E, principalmente, durante os sete primeiros dias após o parto.

Sendo parteira fina, Ernestina é madrinha-de-umbigo de centenas de pessoas. E comadre *de batismo* e/ou *de umbigo* de outra centena. Uma rede que somada aos grupos domésticos de sobrinhos e netos circunvizinhos, lhe concede certa predominância territorial naquela localidade. Veremos como isso se configura no item a seguir.

Parentesco, comércio e cachaça

Em outubro de 1994, fiz uma contagem da população da Vila. Havia, na ocasião, 16 casas e 86 moradores. Sendo que 46 eram parentes consanguíneos dos irmãos Ernestina, Roseno e Raimundo Rodrigues da Silva. Filhos, netos, bisnetos e sobrinhos legítimos. Outros nove moradores eram afins. Ou seja, mantinham uniões conjugais com a família ampla de dona Ernestina e seus irmãos.

Já em 1996, em outra visita, eram 20 casas e 100 moradores. Treze das casas pertenciam aos parentes consanguíneos dos três vete-

ranos, sendo nove casas pertencentes aos filhos legítimos. Observe-se que alguns dos filhos permanecem no entorno da casa dos pais. E os veteranos procuram os agregar; os agradar e assim, os garantir. Sejam eles parentes consanguíneos, afins ou simbólicos.

Intenciona-se sempre manter uma boa vizinhança. E, bons casamentos, nas proximidades. Os veteranos assim adquirem gradativamente, melhores condições de vida. Conforme seu grupo doméstico extenso se amplia.

Os pais idosos procuram manter as casas, e respectivos grupos domésticos de seus filhos, no entorno de suas próprias casas. Ou, como dito, nas proximidades e cercanias.

O casamento entre primos é bastante comum na Foz do Breu. Parece servir para fortalecer a unidade entre os grupos domésticos, e certa estabilidade territorial, numa região historicamente conflituosa. Isso garante também que os chefes-de-família vizinhos sejam parentes. Ou afins, como no caso de cunhados, noras e genros.

Tais redes de relações a tudo organizam. Tanto os limites territoriais em sua realização cotidiana. Como a gestão e usufruto dos recursos naturais entre colocações. Através de grupos domésticos aliados.

No entanto, tais redes de parentesco e de casamentos entre primos, não são suficientes para garantir a coesão na localidade. Na Foz do Breu, ao contrário da colocação Depósito, mantém-se a prática da *assistência*. Mas praticamente inexistem roçados coletivos. Os roçados são sempre individuais.

Os dias de trabalho, entre chefes-de-família, não são trocados. São vendidos a troco de mercadoria com os aposentados e outros *marreteiros locais*. A estiva dos velhos aposentados também não é redistribuída entre as casas dos filhos. O recurso financeiro da aposentadoria é reaplicado, na compra de mercadorias. Que serão revendidas *a troco* da produção agrícola dos moradores. Sendo eles parentes ou não.

Os aposentados, dentre outros marreteiros locais, *aviam* os próprios parentes e vizinhos. Adiantam mercadoria em troca da produção anual de feijão e tabaco. Caso não se produza o suficiente para saldar a dívida, esta é convertida em dias de trabalho devidos ao comerciante, assalariado ou aposentado que forneceu a mercadoria ao agricultor.

Em 1994, um dia de trabalho na Foz do Breu valia R\$ 3,00 reais. E, podia ser trocado, diretamente, por uma garrafa de cachaça. Ou ainda, três “dedos” de tabaco. Ambos os bens de consumo tinham o mesmo valor. Um dia de serviço no machado ou na colheita de feijão, tidos como muito desgastantes valiam, na época, R\$ 5,00 reais. Em 1996, o valor do dia de trabalho, sobe para R\$ 8,00 reais, dando-se o almoço. Já a garrafa de cachaça custa R\$ 4,00 reais. Um kit composto por um quilo de açúcar, uma pilha grande e um maço de cigarros peruanos custa R\$ 2,00 reais.

Um fazendeiro-marreteiro-regatão, comércio embarcado, conhecido como Antônio Garça, nome fictício, contou-me sua estratégia. Ele fazia suas compras na Rua 25 de Março, em São Paulo, capital; famosa pelo comércio popular. Afirmou comprar dez bermudas, “na baciada por quatro reais”. No entanto, revendia uma única bermuda proveniente da baciada, por R\$ 40,00 reais, no Alto Juruá.

Renovam-se, pois, as práticas de aviamento e assistência. Como decorrência, temos uma situação prejudicial. O abuso do álcool ocorre tanto no trabalho, como no cotidiano. E, só por isso talvez, se ouça dizer que na Foz do Breu, os moradores “fazem festa em dia de segunda-feira”. Abaixo mapa realizado pela antropóloga Maria Celina Pereira de Carvalho, em 2001, sobre desenho da Foz do Breu.



Figura 24 - Foz do Breu

Grupos domésticos na Foz do Breu

Falaremos agora sobre a constituição dos grupos domésticos. Além dos arranjos de parentesco entre as casas.

Possuo dados de dois anos diferentes, 1994 e 1996. Que vão reunidos na descrição. O primeiro nome é sempre do (a) chefe de família. Seguido do(a) nome do(a) esposo(a). E filhos, em ordem decrescente de idade. Todos os moradores da casa são contabilizados. A idade dos moradores refere-se à idade que tinham no ano de 1994. Há 25 anos atrás.

CASA 1

Chefe: Ernestina Ferreira Batista, 72 anos.

Moradores em 1994: cinco pessoas. A filha da sobrinha Francisca *Chica*, 23 anos, Hélio e José; filhos de Chica; *Roxo* de 14 anos; *neto de criação* de Ernestina. Entre 1996 e 1997, a casa esteve vazia.

Roxo é filho de criação de Maria Amélia Ferreira Batista (CASA 4). Amélia é a penúltima filha de Ernestina e Dulcílio. Roxo executa serviços de um jovem adulto. Racha lenha, pesca e faz farinha. Também ajuda nos roçados. Na opinião de Ernestina, ele é um *pequeno grande*. Já Chica, a outra moradora é considerada uma *mulher solteira* (Ver capítulo seguinte, IV. Categorias de pessoa e casamento). E tem dois filhos. Geralmente, as mulheres consideradas solteiras, vivem nas casas de seus próprios pais. Ou de parentes e amigos próximos à família. Mulheres solteiras têm filhos sem unirem-se conjugalmente. Chica troca seu trabalho como doméstica pela garantia de sustento e acomodações dados pela tia Ernestina; para ela e seus filhos. Em 1996, Ernestina vai para Cruzeiro do Sul, tratar da saúde. Ela possui casa própria na cidade. Já em, 1997, Ernestina viaja para o Peru para visitar duas filhas casadas em Pucallpa e Lima. Durante o período, a família de Grilo, CASA 13, fica residindo em sua casa.

CASA 2

Chefe: *Zé Ida*, José Ida Ferreira Batista, agricultor, 38 anos, subprefeito.

Moradores em 1994: cinco pessoas. Sua esposa Íris de Fátima, 31 anos, os filhos Uanderson, de seis anos e Andreza, de três anos. E a ajudante da família de dez anos. Entre 1996 e 1997: cinco e quatro pessoas, respectivamente.

A ajudante estuda na Vila, em troca de hospedagem, alimentação e roupas. Cuidava das crianças e ajudava nos serviços da casa. Ela deixa a localidade em 1995, sendo substituída por outra *moça* (ver à frente). Em 1997, Íris espera um bebê. Na época, o casal recebe dois salários mínimos. Um salário relativo ao cargo de Subprefeito. E outro, da Íris que é professor da rede municipal. Isso permite que comercializem mercadorias e aviem seus trabalhadores. Assim como, alguns aposentados e outros dois funcionários-assalariados na Foz do Breu.

CASA 3

Chefe: Renato Mota, delegado.

Moradores em 1994: 2 pessoas, Renato e sua empregada. Em 1996: três pessoas, ele e duas filhas. Em 1997: vazia.

Renato exerce variadas funções na vila: delegado, auxiliar de enfermagem, paleontólogo amador. *Arrancha* pessoas, ou seja, recebe quem está de passagem. Gosta de contar histórias e tem excelente memória. Em 1995, passa a residir em Marechal Thaumaturgo/AC. Onde também exerce o cargo de delegado no município até aposentar-se. A casa em que Renato residia na Foz do Breu, já foi escola. E também funciona como um posto de emergência. Abriga o gerador de luz e a antena parabólica cedida pela administração municipal. Com a saída de Renato, Rosenildo Matias assumiu os encargos de Agente de Saúde. E seu primo José Ida que já era subprefeito, os encargos da Subdelegacia.

CASA 4

Chefe: Maria Amélia Ferreira Batista, 41 anos, agricultora.

Moradores entre 1994 e 1997: duas pessoas. Amélia e seu esposo *Bichão*; preferiu não declarar seu nome próprio.

Amélia é irmã e também vizinha de José Ida. É *junta* com Bichão; um senhor indígena que penso ser Huni Kuin (Kaxinawa). Não obtive maiores informações. Antes dele, Amélia foi junta com um patrão no Rio Jordão que arrendou o Seringal Revisão. Hoje essa área pertence à Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão. Lá, eles trabalhavam com mão-de-obra indígena. Separada do primeiro marido, voltou para a Foz do Breu, junto com seu filho de criação Roxo. Construiu uma casa com ajuda do irmão Zé Ida e de outros moradores. Quando a conheci em 1994 estava sem marido há dois anos. E, recentemente, juntara-se a Bichão. Como a casa é de Amélia; ela é considerada a chefe de família. Portanto, o convite para morarem juntos partiu dela. Amélia tem as feições de sua mãe, Ernestina. Como a casa da velha, sua casa está sempre aberta. Ela também, frequentemente, ajuda a mãe com hóspedes. E inúmeros afazeres. Amélia diz ter dezenas de afilhados indígenas. E outras tantas compadres e comadres. Espalhados nas cabeceiras dos Rios Breu e Jordão. Sabe fazer comida com qualquer ingrediente, em quaisquer condições. Noto que utiliza muita banana verde em suas receitas; hábito considerado absolutamente indígena. E que não observei, cotidianamente, em outras localidades da Reaj.

CASA 5

Chefe: Zélia Tavares, 35 anos, agricultora.

Em 1994: uma pessoa. Entre 1996-1997 = vazia.

Zélia foi esposa de Duca (CASA 6). Mas, separaram-se. Ela passou a viver numa casa que pertence à Amélia (CASA 4); vizinha a ela e Bichão. No entanto, fazia suas refeições na casa do ex-marido. Duca permaneceu com os filhos do casal, até rumar para Cruzeiro do Sul, em 1996. Zélia tem uma irmã que reside e trabalha em Tipixca, no

Peru. Chama-se Mariquinha. Ambas são irmãs de Maurício Rodrigues; primo legítimo de Ernestina que reside na colocação vizinha, abaixo no Juruá, chamada Vista Alegre.

CASA 6

Chefe: *Duca*, Manuel Tavares da Silva, 67 anos, Soldado da Borracha e agricultor. Em 1994: Sete pessoas. Everaldo, 24 anos, Evandro *Beba*, 22 anos, Evanildo *Cabeludo*, 19 anos, Charles *Tuta*, 13 anos, Evandro *Nêgo*, 12 anos. Além da nora Fátima, de 17 anos, esposa de Beba. Entre 1996 e 1997= 4 moradores. Duca, Everaldo, Tuta e Nego.

O *velho Duca* morava no Seringal Revisão, no Rio Jordão. Ele não tem parentes na Foz do Breu. Em 1996, há uma divisão no domicílio resultando em duas novas casas. Uma na Foz do Breu; onde Beba passa a residir com Fátima e o filho, recém-nascido, Tiago. E, outra no Tipixca, já que Evanildo *se ajunta* com uma enfermeira peruana e passa a criar seus dois filhos. Em 1997, os filhos de Duca procuram convencer o pai, a se casar com a viúva Carmina. Ela é moradora da colocação Seringueira; Juruá acima, duas voltas. Filhos e vizinhos, todos argumentam favoravelmente. Pois que os dois viúvos podem fazer companhia um ao outro. E viver melhor. Até março de 1998, a última vez que estive na Foz do Breu, os dois ainda não haviam se decidido. Duca estava viajando para Rio Branco. Visitando sua mãe e uma filha que lá residem.

CASA 7

Chefe: Antônio Firmino, agricultor e carpinteiro. Moradores em 1994: quatro pessoas. A esposa Laidimar, *Leidi* Viana e os filhos Paulo, 13 anos e Nataniel, 3 anos. Em 1996 = 6 moradores. Pois, chega-se a casa *Tei*, irmão de Leidi e Ivanilde de 15 anos, sua esposa. Em 1997 = 4 moradores; volta ao grupo doméstico inicial.

Os pais de Antônio Firmino residem na colocação Helena; vizinhos à Foz do Breu, baixando o Juruá. Sua irmã Marta Firmino mora na CASA 10. Marta é casada com Raimundo Correia. Que por sua vez

é irmão de Chico Correia, pai de Ivanilde. Já Tei é filho de Dejanira Rodrigues. Neto de Ernestina. Edílio “Grilo” Viana que mora na CASA 13 é também irmão de Tei e Leidi. Outro irmão do trio é Jesus Viana que mora na colocação Ofê; a última colocação do Rio Breu, em área da Reaj. Já o patriarca da família, Edgar Viana, reside na colocação Pau do Diabo, no Rio Breu, abaixo do filho Jesus. Em 1997, Tei constrói sua própria casa. No casamento entre Tei e Ivanilde, nota-se a ausência de esposas numa mesma geração. E então, os pares possíveis são os primos, provindos de gerações diferentes.

CASA 8

Chefe: *Dão*, João Rodrigues da Silva, agricultor. Moradores em 1994: Cinco pessoas. A esposa Darly e os filhos: Daiane, Daniel e Daniela.

A casa oito pertence ao irmão de João Dão, Antônio “Tatu”. João e Antônio são filhos de seu Roseno Rodrigues; sobrinhos legítimos de Ernestina. Dão, enquanto construía sua própria casa, passou dois anos residindo na casa do irmão. O irmão, por sua vez, peregrinava atrás de tratamento para uma filha doente. Em 1996, Tatu casa novamente, agora com sua prima por apelido *Vêa*. Dão passa a residir com sua família, na casa do pai dele, Roseno, até terminar sua nova Casa (19).

CASA 9

Chefe: Rosenildo Matias da Silva. *Papéu*, Agente de Saúde, rezador e agricultor. Moradores entre 1994 e 1997 = sete pessoas. A esposa Maria da Conceição Firmino *Ceiça* e os cinco filhos do casal: Júnior, Maria, Egnaldo, Fábio e *Bombom*; o filho caçula. Cujo nome, por enquanto, é esse mesmo. Porque ainda não foi batizado.

Papéu é filho de seu Roseno. Irmão de Dão (Casa 19), Tatu (8), Chiquinho (10). Primo legítimo de Zé Ida (2) e Amélia (3). Já Ceiça é irmã de Antônio (7) e Marta (12); três filhos do casal Firmino. Ela, a cabocla Elisa, dita de etnia Santa Rosina, agricultora e parteira. Ele, Miguel Firmino, cearense. Curador e seringueiro aposentado como Soldado da Borracha.



Figura 25 – Campo na Foz do Breu

CASA 10

Chefe: *Chiquinho*, Francisco Costa da Silva, agricultor.

Moradores entre 1994 e 1997: onze pessoas. Sua esposa Cristina ou *Boneca* e os nove filhos do casal: José, Marinete, Cristiano, Rosa, Amarildo, Amazildo, Flaviano, Flávia e Adelson.

Chiquinho é filho de Roseno (Casa 11) e irmão dos chefes-de-família (Casas 8, 9, 19). Boneca é prima legítima de Chiquinho. Seu pai Raimundo Rodrigues (15) é, pois, tio-sogro de Chiquinho. Padrões indígenas de parentesco por afinidade.

CASA 11

Chefe: Roseno Rodrigues da Silva, 70 anos.

Moradores em 1994: quinze pessoas. Roseno, a esposa Nazaré e oito filhos: José, Mariazinha, Antônio “Tatu”, Luzimar, Adson, Marison, Rosilene, Rocimar. Mariazinha tem também dois filhos, de seu primeiro casamento com Bichão (CASA 4): Lucilene e Eduardo. Os casais recentes Rosilene-Ercílio com um filho e Rocimar-Branco também estavam na casa. Entre 1996 e 1997: Dez pessoas. Saem duas filhas para suas respectivas casas novas. Juntamente com os esposos.

Seu Roseno é aposentado como Soldado da Borracha. Ele e a esposa criam alguns de seus netos. Em 1996, os genros Ercílio (Casa 17) e Branco (Casa 18) constroem suas novas casas atrás da casa do sogro. E dos cunhados Papel, Dão e Chiquinho. Antônio “Tatu”, filho de Roseno também se junta com Claidimar Viana. E vai viver na Casa 8. A casa estava emprestada para seu irmão Dão, tendo em vista que Tatu não casava. Em 1996, portanto, saem da casa de Roseno, oito pessoas ao todo: dois genros, uma nora, três filhos e dois netos. E entra uma nova nora, Zilma; recém-casada com seu filho José.

CASA 12

Chefe: Raimundo Correia da Silva, agricultor. Entre 1994 e 1997: Nove pessoas. A esposa Marta Firmino e os seis filhos Maria, Francisco, Valdo, Ângela, João, Elisângela. Além do neto Marcelo; filho de Maria.

Marta é renomada cesteira. Filha de Elisa e Firmino da colocação Helena. Firmino e Elisa também são pais de Ceixa (Casa 9) e Antônio (Casa 7). Domicílio com muitos adolescentes.

CASA 13

Chefe: *Grilo*, Edílio Rodrigues Viana, agricultor.

Em 1994: quatro pessoas. Entre 1996 e 1997: cinco moradores. A esposa Maria de Jesus e os dois filhos Duílio e Francisca. Em 1996: cinco pessoas, pois, nasce o filho caçula do casal, Francisco.

Grilo é filho de Edgar Viana. *Dijesus* é filha de Carmina Viana. Repete-se o casamento entre primos legítimos. E a fórmula tio-sogro; tia-sogra. Sobrinho-genro; sobrinha-nora.

CASA 14

Chefe: Eurico Rodrigues.

Em 1994: cinco pessoas. A esposa Liana Rodrigues da Silva e os três filhos do casal: Luzia, Marcos e Luziane. Em 1996: três moradores. Eurico, Marcos e Luziane.

Em 1996, Luzia se muda para a casa dos avós, Mariana e Raimundo Rodrigues (Casa 15) que pedem aos seus pais, para criá-la. Ainda em 1996, Liana deixa a casa e segue para Cruzeiro do Sul. Eurico e Liana também são primos, em segundo grau. Maurício, pai de Eurico é primo de Ernestina, (Casa 1), Roseno (Casa 11) e Raimundo Rodrigues (Casa 15). Raimundo é pai de Liana. Marido e mulher são, pois, *primos-segundos*. Ou, primos em segundo grau.

CASA 15

Chefe: Raimundo Rodrigues da Silva, seringueiro aposentado como Soldado da Borracha, 78 anos. Em 1994: quatro pessoas. Entre 1996 – 1997: seis pessoas. A esposa Mariana, o filho Pedro e o neto de criação *Cló*. Já em 1996 se junta ao grupo doméstico, Luzia, a neta de criação que passa a residir com o casal, filha de Liana-Eurico. Além da jovem esposa de Pedro, Maria de Lourdes.

Seu Raimundo é renomado contador de histórias. Dona Mariana, sua esposa é parteira “fina”; uma especialista. Ambos são rezadores. Seu Raimundo fazia correria junto com Felizardo Serqueira e Thaumaturgo Ferreira. Maria de Lourdes é filha de seu Nilo Faustino, residente na Foz do Caipora; duas horas Rio Juruá abaixo.

CASA 16

Chefe: Evandro Tavares, *Beba*, agricultor.

Entre 1996 – 1997: três pessoas. Beba, Fátima e Tiago.

Casa construída em 1996. Gerada pelo casamento do filho de Duca (Casa 6).

CASA 17

Chefe: Ercílio Viana, agricultor.

Entre 1996 – 1997: três pessoas. A esposa Rocilene e o filho.

Casa construída em 1996. A mãe de Ercílio, Dejanira é prima-primeira ou em primeiro grau de Rocilene; sua nora.

CASA 18

Chefe: *Branco*, agricultor. Entre 1996 – 1997: três pessoas. A esposa Rocimar *Neneca* e a filha do casal Cleidiane.

Casa construída em 1996 pelo chefe. Branco é filho de Maurício Rodrigues; primo legítimo de Ernestina. Branco é, pois, primo-segundo de Ernestina. Que vem a ser tia-avó de Rocimar.

CASA 19

Chefe: *Dão*, João Rodrigues da Silva. A esposa Darly e os três filhos.

Entre 1996-1997: Casa em construção.

CASA 20

Chefe: Tavares, seringueiro e agricultor.

Entre 1996 – 1997: onze pessoas. A esposa Rocilda e os nove filhos do casal: Ricardo, *Peta*, Aquede, Kátia, Katiane, Rocinei. E ainda, um menino e duas meninas.

Tavares é genro de Roseno (Casa 11). A família vivia no Alto Jordão. Tavares diz ter vindo tentar a sorte na agricultura. Segundo ele, cansado dos baixos preços obtidos pela borracha.

Podemos notar que, os três irmãos veteranos, procuram manter no seu entorno, as casas de seus próprios filhos, sobrinhos e netos. Há um agrupamento de casas de filhos, ao redor das casas dos pais.

É certo que cada casa constitui um grupo doméstico com um ou uma chefe de família. E, o chefe tem poder de decisão em seu grupo doméstico. No que recebe total contribuição de sua esposa. Que é, mais das vezes, a verdadeira responsável pela distribuição e organização das tarefas do grupo doméstico como um todo. E das casas aliadas, possivelmente, também. No caso, de uma mulher ser chefe de família é comum que o seja por viuvez ou separação.



CAPÍTULO IV



PESSOAS E SEUS CASAMENTOS

As atribuições que iremos aqui tratar, não são fixas e nem determinadas pelo pertencimento a tal ou qual gênero. Liminarmente, masculino ou feminino. Também não podem ser definidas como categorias apriorísticas. Fixas, normativas. Antes, são categorias baseadas em relações sociais. São, portanto, relacionais.

É comum ver a mulher executando variados trabalhos *de homem*. Ou mesmo, trabalhando bem mais do que eles. Mesmo tendo um marido em casa. No entanto, é difícil presenciar um homem fazendo *trabalho de mulher*.

No entanto, os acontecidos da vida alteram as regras. A morte do pai para um rapazote primogênito, morador da floresta, significa que agora ele é um chefe de família. Ele se vê obrigado a tentar produzir, trabalhar como um adulto. O mesmo pode acontecer com uma moça. No caso de perda da mãe ou pai.

Filhos primogênitos trabalham muito. E, geralmente, são mais exigidos pelos grupos domésticos. Até casarem. E por isso, me parece, o fazem tão cedo. Meninos bem pequenos, caso não tenham pai ou irmão em idade apropriada, podem ser responsáveis pelo abastecimento de suas casas. Com atividades regulares e pesadas como caçar, pescar, tirar lenha e cortar seringa.

Mulheres em geral, as filhas primogênicas de famílias grandes e as chamadas *mulheres solteiras* são sobrecarregadas de serviço. É o que veremos à frente.

Filhos de casamentos anteriores que residem com um dos progenitores, em novos casamentos, também podem receber atribuições excessivas ou serem objeto de maus-tratos. E também as crianças *dadas* e *pegas* para *criação* ou adoção informal. Ou que, porventura, vão residir com parentes e conhecidos para estudar.

Como dito anteriormente, não é comum ver homem fazer *trabalho de mulher*. Apenas quando ele é ou está solteiro e reside longe dos parentes. Ou ainda, em casos de viuvez precoce. Uma irmã e até

mesmo, uma cunhada, além de mães e primas, podem responsabilizar-se por tais atividades.

Grupos domésticos constituídos, apenas por homens, são raros. Mas, foram comuns na abertura e estabelecimento dos seringais, desde meados do século XX. É raro também um homem que crie seus filhos, sozinho, sem apoio de uma mulher. Tive oportunidade de presenciar tal arranjo doméstico, apenas duas vezes.

Na Foz do Breu, pelo abandono do lar, por parte da conjugue. Ela tinha 35 anos e o marido, 65 anos. Saiu de casa e deixou os cinco filhos homens com o ex-marido. Entre 10 e 23 anos. Uma jovem nora casada com o primogênito foi então, providencial para o reestabelecimento do grupo doméstico.

Em outra oportunidade, seu João que ficou viúvo jovem e com cinco filhos, realizava todas as atribuições de homem e mulher. Morava numa colocação de centro, distante da margem do Rio Juruá. Em dado momento, rumou para Cruzeiro do Sul para procurar trabalho remunerado.

Toda essa organização social é também um tipo de treinamento. A pessoa o exercita, ao longo da vida. O processo inicia-se ainda em criança, através da repetição cotidiana de pequenos serviços. Procuo descrever a seguir, parte desse processo de aprendizagem. Que envolve observação, experiência, percepção e repetição.

Menina e menino

Desde bem pequenas, as crianças executam variadas tarefas. São tarefas como carregar água, juntar lenha, dar de comer a criação. E descascar macaxeira durante a farinhada. Tornam-se ajudantes dos pais entre cinco e sete anos. Com quatro anos já se leva uma criança ao roçado. Para ir se acostumando ao serviço pesado; é o que dizem.

Em suas brincadeiras, meninos e meninas imitam as atividades dos adultos, principalmente, dos pais e os ambientes da casa e do roçado.

As meninas fazem casinhas cobertas de folha de palmeira paxiuba (*Socratea exorrhiza*). São como as originais; só que em pequena escala.

Os meninos brincam em atividades que futuramente, deverão realizar. *Cortam* ou *sangram* árvores de seringueira numa estradinha própria. Fazem borracha em forma de bola defumada e prancha prensada. Andam de canoa, pescam. Colhem frutas, cuidam dos animais domésticos e de criação. Abrem roçados com um amiguinho, caçam e montam armadilhas para pequenos animais. Flecham *bichos de pena* ou pássaros, na mata.

As meninas constroem casas e *tapiris* elaborados. Fazem cozinha de verdade, em suas panelas de lata em fogueira de graveto. Montam o fogãozinho no terreiro. Assenta-se num canto, a trouxa de roupa para lavar. Cuidam dos irmãos menores, na ausência de bonecas. E eles são como filhos.

Pequeno-grande foi uma categoria utilizada pela velha Ernestina para designar esta categoria de menino. Disse-me ela, certa vez: - *Eu era desses, pequeno-grande que lutava com menino... Cozinhava. Batia roupa. Cuidava da casa. Fazia de tudo [...].*



Figura 26 – Menino *pequeno-grande*

Para exemplificar melhor, usa seu próprio *neto de criação*. Franzino e trabalhador, Roxo com 14 anos é o faz-tudo na casa da avó. Serviços gerais de um rapazote. Mas, também, serviços de uma moça na mesma idade.

Lava louça, varre casa e terreiro, carrega água. Passa pano na casa e cuida dos dois filhos de Chica; a sobrinha-agregada de Ernestina. Marisca e ajuda a tratar da criação.

Todas as crianças trabalham. Mas, ainda assim se diz: “Menino não sabe de nada”. Ou “Menino não pensa”. Entretanto, o cotidiano de uma criança na floresta contraria essa frase.

A menina é a categoria inicial do ciclo de vida de uma pessoa do gênero feminino. E se estende até a primeira menstruação. Quando a menina se torna *moça*. O trabalho de uma menina no grupo doméstico varia. Dá-se conforme a constituição do grupo doméstico, ao longo do tempo.

Ela trabalhará mais ou menos, em seu domicílio, de acordo com a quantidade de irmãos que venha a ter. E de sua posição entre os filhos do casal. Primogênitos podem trabalhar muito mais do que caçulas. Mas, nem sempre.

Uma menina deve ajudar sua mãe. Mas, não é tarefa fácil, condicioná-la desde pequena ao trabalho. Silvânia é uma menina de sete anos. Ela não gosta de carregar água. Chora baixinho quando a mãe pede. Ela carrega até *cinco caminhos d'água* por dia, em baldes de dez litros. Subindo e descendo o caminho que leva ao porto de sua casa (os nomes dessa família são fictícios).

Seu irmão Silvânio chora para descascar macaxeira, durante a farinhada. Mas é compreensível porque ele tem só cinco anos. No entanto, as pessoas mangam, caçoam dele, chamando-o de preguiçoso. E, é aí é que ele chora mesmo.

Quando busco água com Silvânia e Silvânio, sua mãe Maria, também me entrega um balde que numa comparação é a metade do balde da menina. Maria argumenta que eu não estou acostumada a carregar peso. E, além do mais, sou visita. Segundo ela, Silvânia já está acostumada e *não sente*.

Maria também leva Silvânia, Silvânio e Sílvio, caçula de três anos, junto com ela e o marido para o roçado de banana. Silvânia e Silvânio já ajudam na limpeza das touceiras. É raro ouvirem-se reclamações. E, mais das vezes, apenas quando apertam fome ou sono.

Todos reconhecem a importância do trabalho nos roçados. Para que possam comer e viver com relativa e ou sazonal fartura. Nesse sentido, filhos significam bocas para comer, mas, também, mãos para ajudar.

Menino também carrega água. Colhe feijão e carrega lenha. Já com quatro ou cinco anos. Constrói tapiris ou casas temporárias feitas de canarana. Muitas vezes, o facão que utilizam é maior do que sua própria altura.

Praticam bodoque, estilingue, azagaia, arpão e zarabatana. Corrida e nado. Aprendem, ao brincar, de trabalhar. São educados também a permanecerem próximos aos pais. Amparando-os na velhice. Pois, naquele tempo era difícil ver um velho abandonado. Ou demandado por sua aposentadoria.

Mães e avós, principalmente, são preocupadas em construir um vínculo familiar afetivo sólido. E (inter)geracional. Isso se dá, através de trabalhos realizados conjuntamente. Integram-se filhos casados, netos e filhos solteiros. Fazendo com que se relacionem cotidianamente e que se alimentem juntos. Que dependam uns dos outros, em atividades que exijam esforço físico, precisão ou destreza. Como subir nas altas *palheiras* ou palmeiras. A estratégia de veteranas, especialmente, e dos veteranos é mantê-los, sempre em volta de si. Ou, nas proximidades da casa de origem.

Filhos significam ajuda, proteção, força de trabalho, afeto. E também, companhia e amparo na velhice.

A moça

Moça que vai ao mato, sozinha, quer pitxa!

Moça é a jovem que já menstruou. Mas ainda não manteve relações sexuais.

Elas dormem no quarto central, sem janelas, típico das casas locais, juntamente com as crianças menores. Ou, no quarto com os pais.

Ir à cozinha para beber água, *obrar* ou fazer suas necessidades fisiológicas no mato. Todos os movimentos da moça são cuidadosamente *pastorados* ou observados de dia. E, principalmente, à noite.

Elas podem ser vítimas de rapto. Mais das vezes, consentido e planejado. O pessoal acorda e alguém diz: – Fulano *carregou* a moça! O termo *carregar* pode ter origem nas correrias de caboclo, quando as mulheres e meninas indígenas eram carregadas à força. Hoje as moças “fogem” de suas casas, mas, fogem para serem carregadas.

A moça então, possivelmente com cumplicidade de alguém, sairá de casa furtivamente. Encontrar-se-á com o rapaz no *aceiro* da mata; local onde a mata é desbastada indicando um caminho. Ou, um roçado.

Como dito, trata-se de um rapto consentido; ajustado. Uma combinação entre casais enamorados, baseada numa decisão conjunta. Estabelecer, socialmente, uma nova família. Uma nova casa e seu próprio grupo doméstico

Acompanhemos o relato de Dona Lucíola Barbosa da Silva. Para ela, o rapto equivale a uma “noite de núpcias”. Diz que o motivo de sua escolha foi o afeto. Por isso, foi contra a vontade de seu pai que não consentiu no casamento. Ela correu até o Peru para se casar, em 1964. E só regressou ao Brasil em 1968.

Lucíola: Uma vez, eu fui morar no Peru, por dois anos. Quando eu fui, eu fui com meu marido. Eu fui fugida, não sabe? Fugi com dezesseis anos.

Andréa: E por que a senhora fugiu?

Lucíola: Porque às vezes... A senhora se engraça de um cara. E o cara não quer pedir para o pai, né? Porque tem vergonha. Ou porque tem medo. Outras vezes porque o pai ou a mãe não querem o casamento. Aí não se pede a mão da moça em casamento.

Andréa: E no caso da senhora, como foi?

Lucíola: O meu caso foi assim. Eu vim passear na casa de uma tia, na colocação Palheira. Nesse tempo eu morava na Foz do Tejo. Nós nos encontramos aqui. Começamos a nos gostar. E ele quis me carregar, não sabe? Aí eu disse que não. Que eu só iria se ele fosse na casa do meu pai; e pedisse a ele. Agora, se eu fosse na casa do meu pai, ele também não deixava. E eu gostava dele, do meu futuro marido. E eu então disse que sim, que eu ia mais ele. E nós fomos de canoa; uma estação [trecho]. E a outra estação, fomos de pés. Fomos pelo Amônia. Até bem acima da boca e de lá pegamos uma varação. E andamos seis horas; andando rápido. Eu levei somente minha roupa. E a dormida: rede, coberta, mosquitoireiro. Passamos dois anos no Peru. Lá meu marido trabalhava em madeira, tirava madeira, não sabe?

O rapto é uma decisão privada. Que, posteriormente, deve ser formalizada publicamente.

Há evidências de que as velhas matriarcas conspiram, favoravelmente, a certos casamentos. Elas apoiam raptos considerados favoráveis ao seu grupo familiar-doméstico. Por outro lado, as decisões são conjunturais e refletem opções e estratégias de um jovem casal. Além do interesse de seus grupos de origem.

Indivíduos e grupos também ampliam, através do rapto, suas redes de sociabilidade. Como dito, há incentivo a determinados namoros, visitas e pretendentes preferenciais. Como filhos de comadres, jovens que sejam bons trabalhadores, primos considerados adequados. E também, com pessoas *sabidas*.

Há raptos que refletem decisões positivas para toda a coletividade. Assim como, solução para conflitos de terra, inimizades ou desavenças entre grupos familiares. Outros são expressamente proibidos, pela moral local. Como roubar alguém já casado. Ou, filhos caçulas de pais já idosos.

Há ainda raptos realizados porque a família da moça não aprecia o pretendente. Mesmo assim, o casal toma uma atitude. Fato consumado, o casal pode ser agregado ao grupo doméstico do sogro. Ou, a qualquer outra casa relacionada à sua família extensa.

Até que construa sua própria casa. Vimos isso acontecer tanto na colocação Depósito, como na Foz do Breu. Isso garante condições

mínimas de sobrevivência ao casal. Deve-se ter ao menos, uma casa e um roçado de mandioca próprio ou *meado*. Existem ainda, raptos em que as famílias repudiam o jovem casal. Mas, não são frequentes.

A *moça da casa* agora é uma *mulher feita*. E, no retorno, ainda pode levar uma surra pública, do pai encolerizado. Geralmente, todos fazem grande esforço para que o casal permaneça junto. O casal fugitivo é acolhido em casa, assim que possível, por algum membro da família. Isso também expressa a necessidade de manterem-se todos unidos.

No entanto, uma jovem mulher pode preferir permanecer sozinha. Ou seja, não se casar, nem se ajuntar com o “raptor”. Assim, ela teria alguma liberdade e, possivelmente, mais experiências pessoais. Escolher seus parceiros eventuais significa autonomia em definir rumos próprios aos seus relacionamentos. Mas, tal situação não é considerada adequada. E nem é comum.

A pessoa do sexo feminino, caso não se case ou se junte, após um rapto ou relação sexual mantida é localmente distinguida como *mulher solteira*. Ou seja, manteve relações sexuais, mas, não se uniu conjugalmente a um homem.

Uma mulher solteira é chefe de família de seu grupo doméstico. Responsável pela manutenção e organização do mesmo. Pode ocorrer que tenha filhos de pais diferentes. Pais que, naquele período, não assumiam o sustento dos mesmos.

Algumas mulheres solteiras residem na casa dos pais. Ou, nas casas de amigos e conhecidos de sua família. Elas têm os mesmos encargos de uma mulher casada. Com a diferença de não ter sua própria casa. Trabalham muito, mas, não recebem qualquer paga. Apenas comida e dormida para ela e seus filhos, caso os tenha consigo.

Conheci apenas dois casos na Reaj, de mulheres solteiras com casas próprias. Uma delas tinha ou demonstrava ter problemas mentais. Fazia todo o serviço pesado disponível. Especialmente, nos roçados e casas alheias. Ela recebia era estiva e roupas usadas.

Andava de uma colocação para outra. A primeira vez que a vi, morava na Foz do Caipora. Depois, na Foz do Breu e na Fazenda Natal. Tudo em apenas sete meses. Era vítima de maldades. Assim como seus filhos.

Outra mulher solteira residia na Foz do Breu. Com 25 anos tinha três filhos. E namorava, praticamente, todos os jovens homens solteiros da localidade. Que ela conhece e convive desde criança.

Ela trabalha de empregada na casa de seu primo legítimo. Em troca, também, recebe apenas roupas e mercadorias. Ganhou um relógio contrabandeado pelo mês trabalhado e ainda ficou feliz da vida. Explica-me que em dia de domingo não se deve trabalhar. Diz ela: – Domingo não é dia de estar passando pano no chão, Andréa. Domingo é dia de estar agarrando os meninos! [...]

Há ainda, outras categorias utilizadas para referenciar pessoas do sexo feminino. A *mulher deixada*. Que equivale a uma pessoa em situação de *separação de corpos*. Sendo que a mesma alcunha jamais é utilizada para denominar homens que enfrentem a mesma situação. Há também a *mulher feita*. Quando se passa da categoria moça para mulher.

A mulher feita

Quando a moça mantém relações sexuais ela se torna uma *mulher feita*.

Consumado o fato, a mulher tem duas opções principais: manter-se independente sem ter marido, e tratada por *mulher solteira*. Ou unir-se, através de casamento ou rapto.

Essa distinção tem valor público. E o que interessa é o reconhecimento público. Assim, pode-se ignorar o fato, conhecido em fofocas, de que uma moça não é mais moça, para efeitos de seu casamento.

No seringal, as mulheres é que detêm a memória de seus grupos domésticos e de suas comunidades. Recordam, em detalhes, as relações de parentesco e afinidade na vizinhança, as resoluções de conflitos, as passagens históricas importantes.

São elas que informam. Sobre a produção agrícola, datas, nascimentos, falecimentos, idades. Sabem das extensas histórias orais, das histórias de vida, das trajetórias e personagens. E dão conselhos. Dona Lucíola nos esclarece:

A mulher não põe o marido no erro. Ela tem as ideias claras. O homem não sabe o nome dos filhos, nem a idade. Nem quando nasceram [...]. Eu trabalho, tanto faz em casa como no roçado. Eu acho importante a pessoa trabalhar no roçado. E, acho melhor, não sabe? Trabalhar em roçado do que lutar em uma casa. Porque o roçado é um trabalho só. Se a pessoa vai encoivarar é só encoivarar. Se vai plantar é só plantar. Brocar é só brocar. E os trabalhos de casa são muitos trabalhos. Porque se zela a casa. Lava prato. Cuida criança. Cuida comida. São muitos trabalhos para uma pessoa lutar. Eu acho muito melhor trabalhar no roçado do que em casa

Andréa: E aqui tem outras mulheres que trabalham no roçado?

Lucíola: Aqui, no Depósito, são poucas. Muitas trabalham, mas, é em casa. Algumas ajudam o marido, não sabe?

Andréa: E como é o trabalho da mulher?

Lucíola: O trabalho da mulher é... Trabalhando mesmo. Negócio de roçado, tabaco e feijão é mais com as mulheres. O difícil é o sol. Tem mulher que planta e limpa. Mas, eu faço é brocar roçado. Uma pessoa só não dá para adjuntar [realizar] tudo aquilo. Eu já estou com cinquenta e oito anos. Não aguento mais nada.

Andréa: A senhora gosta de morar aqui. Na mata?

Lucíola: Aqui na mata, a senhora planta... Tem as terras para plantar. Tem os animais para se comer. É muito mais fácil que na cidade. Eu acho que seja mais fácil. Então aqui para nós... Plantamos banana, cana, mamão, milho, macaxeira. E muitas qualidades de fruta e alimento. Então, eu acho bom na mata por isso [...]. Aqui tudo que se planta dá bom. A dificuldade da mercadoria é que o problema. O preço do produto [agrícola] é que não dá nada. No tempo que o seringal dava dinheiro, aqui era cheio de gente. Depois que o preço da borracha baixou, muita gente foi-se embora. Porque não tem mais mercadoria. Já o preço do produto não dá nada. Muitas famílias aqui dentro estão em tempo de andar nu. Tem gente nesse seringal que está dormindo no chão. O produto que se tem para vender, só dá para fazer uma despesa: a viagem até Cruzeiro do Sul [...]

Pela descrição de Lucíola vislumbram-se as inúmeras atividades de uma mulher na floresta. Tarefas repetidas e repetidas, cotidianamente. Como fazer e manter o fogo aceso, preparar as comidas sem chance de geladeira, trabalhar no roçado, pescar e participar da *farinhada*; o processo de fabricação de farinha de mandioca, dentre outros produtos como goma, beiju e tapioca.

Lavar a louça e o *jirau*; tipo de bancada onde se prepara a comida e se seca a louça. Varrer, passar esponja e pano na casa inteira. Lavar roupa no igarapé, rio ou cacimba. E carregar vários *caminhos* de água por dia. Cuidar das crianças e educá-las. Costurar.

Se estiver na época do plantio de roçados, as mulheres podem brocar ou capinar com terçado ou facão. *Encoivarar*, ou seja, retirar paus e tocos do roçado após sua queima. Plantar, limpar, colher feijão, tabaco, arroz, macaxeira. Ajeitar as folhas de tabaco compondo pilhas que, posteriormente serão prensadas, assentadas e amarradas com cordas para formar um *mole* de tabaco. Sendo que um conjunto de três moles perfaz uma arroba com até 32 libras de peso. Pilar e debulhar arroz para comer ou para revender.

Além do processamento de diversos subprodutos agrícolas. Como milho em canjica, pamonha, mingau, bebidas fermentadas. Vinhos de palheira como açaí, buriti, bacaba, patoá. Macaxeira em goma, farinha puba, tapioca, beiju. Cana-de-açúcar para a produção de açúcar *gramixó* ou mascavo, rapadura, melaço ou *mel-de-cana*.



Figura 27 – Tirando goma da macaxeira

As mulheres também são responsáveis pela divisão e preparação das carnes de caça ou peixe, obtidas pelos homens. Depois de um longo dia, as mulheres podem receber animais para serem tratados, salgados e preparados ainda para o jantar daquele dia.

As atividades relacionadas ao trato da carne são inúmeras. Elas são responsáveis pelas técnicas de carnear, destripar, desossar, salgar e secar. Saber tratar carne é de suma importância, em localidades sem energia elétrica. Deve-se saber aproveitar, da melhor maneira, carne, miúdos, carcaça, couro, mocotó, vísceras quando possível; todas as partes do animal. Que também podem ser utilizadas como remédio (pelo, couro, osso, unha, dente, olho, entranhas, secreções, fel).

A carne deve ser repartida com parcimônia entre as casas. Durante as refeições a mulher que serve a comida, calcula mentalmente quanto cada um pode e deve comer. Para que não falte comida. E para que o alimento seja dividido equitativamente. Elas são especialistas nisso. E são elas que a distribuem com exatidão. As crianças e as mulheres comem sempre menos do que rapazes, homens e visitantes.

Evilane de Albuquerque, moradora da Colocação Volta Grande, é *moça* de 14 anos (1994). Filha primogênita de seis irmãos, ela ressalta as inúmeras tarefas cotidianas de pessoas do sexo feminino: velhas, mulheres, moças e meninas. Em sua opinião, há uma sobrecarga cotidiana:

A mulher trabalha mais do que o homem. A mulher tem que fazer todo o serviço da casa. Todo dia. Se parar um dia, vira bagunça. O homem só vai ao roçado se quiser. O trabalho de mulher é todo o trabalho da casa, mais o trabalho do roçado e do marisco. O trabalho do homem é caçar, mariscar e trabalhar em roçado. Eles, às vezes, ajudam a mulher. Mas, o casal tem obrigação de ajudar um ao outro, né? Eu trabalho todo o dia. Mesmo em dia santo

Os domínios espaciais da mulher são, geralmente, a casa, o terreiro e seu entorno próximo. Local onde se criam os animais domésticos e se têm canteiros suspensos, plantas *de remédio* e *de boniteza*. Há também a cozinha; onde uma mulher adulta pode passar grande parte do dia.

Elas transitam num eterno ir-e-vir entre casa, igarapé e cacimba. As águas são um local de pequenos prazeres. Onde se marisca, se descansa brevemente e se banha. Onde se está sozinha ou fica-se com as amigas. Cacimbas e sombras de igarapés são um ambiente feminino, pode-se até dizer. Enquanto, as águas correntes dos rios grandes e os poços são preferência entre os homens. Para mergulhar, testar sua resistência e pegar peixes grandes.

As mulheres se reúnem para conversar. Trata-se de um poço raso cavado manualmente, sobre uma nascente ou *olho d'água*. Pode ser uma casinha fechada no cadeado, como vi na Foz do Breu. Em 1994, era o único local considerado adequado para uma mulher tomar banho sem roupa. Acontecimento raro e festejado. Falava-se de tudo e de todos.

As cacimbas podem ainda, ser apenas cobertas com folhas de alumínio ou palha; o que é bem mais agradável e bonito. Há daquelas totalmente abertas, em que não se faz nem uma caixa de madeira para evitar o desmanche do barro. O que compromete a qualidade da água. Trata-se de um local privilegiado para percepção de alianças e conflitos. Entre as mulheres e seus respectivos grupos domésticos.

Na colocação Depósito havia uma única cacimba para as seis casas. A cacimba se localizava entre as casas de Dona Mazília e Dona Lucíola; as veteranas da colocação. E as atividades eram individualizadas. Lá nunca vi uma mulher convidar a outra para compartilharem a cacimba.

Já na Foz do Breu havia uma cacimba por casa. E, nelas, as mulheres agrupavam-se falando de sexualidade, cotidiano, aspirações. Botando em dia o noticiário da *rádio cipó*, no boca-a-boca.

Algumas mulheres, além dos roçados com seu grupo doméstico, filhos e/ou marido, têm também seus roçados próprios. Com ajuda ou não, dos parentes e afins. Elas também caçam, cortam seringa, criam animais de pequeno e grande porte. Além de criarem animais da mata, em terreiro ou cercado: veados, papagaios, jacamins, maritacas, periquitos, macacos.

Velha e velho

A diminuição da capacidade produtiva e reprodutiva, os cabelos brancos, a cara *enrilhada* ou enrugada são sinais de velhice. Assim como, a formação de uma terceira geração com o nascimento dos netos.

Entretanto, no Alto Juruá, a idade cronológica é o que menos se considera, na demarcação local e social da velhice. Para homens e mulheres a alteração da capacidade produtiva é fator demarcador. Já entre as mulheres a perda da capacidade reprodutiva, segundo os padrões locais, é indicador do que se considera localmente velhice.

Segundo Dona Aldenir Pinheiro, da Foz do Caipora, de 54 anos, há pessoas velhas na aparência e jovens na idade. Para ela, são pessoas de *calibre ruim*:

Às vezes, a pessoa é nova na idade; a idade é pouca. Mas, com quarenta anos está com cabelo branco e a cara pregueada. É que trabalhou muito no sol. O pessoal tem costume de dizer: - Fulano tem o calibre ruim, já tá com cabelo branco. Agora tem gente que mesmo velho está com a feição boa, não está velho. Não tem o cabelo branco. Esse tem o calibre bom. Quando se chama uma mulher de “velha fulana” é porque ela já está velha, já tem neto, já tem filho casado. Por isso o pessoal chama de velha. Mesmo com trinta anos, se a mulher já tem neto, pode ser chamada de velha. Para cá é assim. Tendo netos, mesmo com trinta anos de idade, já é velho

Sua filha Erizone, de 14 anos, complementa: - *Com trinta anos, aqui já é velha para casar. Até com vinte anos, o pessoal já diz: - Ih! Aquela bicha velha não casa mais!*

Já a passagem da idade adulta para a velhice entre os homens, é menos evidente. Segundo os entrevistados, dá-se com o aparecimento de cabelos brancos e rugas na face. Mas, principalmente, com a *perda do calibre*. Há meu ver trata-se da perda da capacidade produtiva e da virilidade.

Isso significa que o homem idoso passa a depender de um terceiro para caçar, pescar e botar roçados. Filho, parente, genro, vizinho. E, não poderá mais cortar seringa ou fazer serviços com machado.

Seu Valdomiro Ferreira de Souza de 87 anos, Vêio Dimiro, conta sua própria experiência. Já sua esposa Maria Garcia de Medeiros, 77 anos, Dona Liosa comenta:

Valdomiro: Eu já sofri muito nesses centros, é muito difícil. Já tirei muita borracha e uma vez quase morro debaixo de chuva. Peguei uma resfriadagem medonha, quase morro. Porque eu só cortava de noite, uma estrada grande. Saía de noite pra chegar mais cedo de volta em casa. Trabalhei durante sessenta e seis anos, em todo o seringal daqui pra cima. Do Rio Envira pra cá, cortei em todo o canto. Comecei a cortar seringa com doze anos, aprendi com meu padrasto. Nessa idade, eu já trabalhava no pesado. E ainda, ajudava no roçado. O trabalho no roçado é o mais pesado. Trabalhei até os 75 anos.

Liosa: Até aqueles dias tirou lenha de um mulateiro [madeira dura e boa de brasa]

Valdomiro: Se não fosse esse cansaço [asma] eu ainda fazia muita coisa, na agricultura. Na seringa não que puxa muito. Subindo terra, descendo terra, na carreira

Os velhos, no entanto, acumulam experiência. Conhecem remédios, ciências, explicações. Elas são parteiras. E ambos podem ser rezadores, curadores. Prestam variados serviços em seus locais de moradia. Como cuidar das crianças durante viagens, ou mesmo, cotidianamente. Repartir criteriosamente carne de caça e farinha, além de bens de consumo e de produção. Zelar pela união e aconselhar os conflitos.

Dona Mazília Alves da Costa, matriarca da colocação Depósito, diz que antigamente às seis da tarde, se devia pedir a bênção a todas as pessoas em idade madura que estavam na casa. Ela diz: - “*O pessoal fala: pedir bênção pra quê. Ele não é meu pai, nem é meu parente!*”.

São veteranos na ocupação de suas colocações. Responsáveis pela criação-adoção de netos, sobrinhos e também de pessoas sem qualquer vínculo familiar. Andarilhos, trabalhadores temporários, viajantes, pesquisadoras. Afilhados que perderam os pais.

Os velhos agregam parentes. E procuram garantir redes de partilha, afeto e boa vizinhança entre os seus. Sua experiência de vida garante capacidade de decisão em conflitos ou *questões*. Além de apoio em casos de doença, acidentes e parto.

Como vimos, os veteranos têm legitimidade para decidir sobre o território que ocupam. São eles que permitem ou não, a entrada de novos moradores. Além de roçados nas imediações.

Eles também procuram estabelecer relações consideradas proveitosas, para si e os seus. Como o estabelecimento e manutenção de filhos recém-casados nas proximidades de suas próprias casas ou colocações.

Nomes de família, filiação e relações de ascendência e descendência servem na identificação e localização espacial das pessoas, no emaranhado de rios e igarapés da região. São “os Milton”, “os Cunha”, “Mundinho da Zila” na Sete Voltas do Dourado [igarapé]; José “da Lucíola” na boca do [igarapé] Chaleira; o Potoro “da Nazaré” na boca do Vai-Quem-Quer. Associado, quando necessário, aos topônimos; aos nomes de lugares, colocações, rios e igarapés. Quando se fala de alguém,

se fala também de sua família. Ressaltam-se qualidades do grupo, além de histórias e casos envolvendo seus membros. Para melhor identificarem-se as pessoas.

A casa de velhos também pode oferecer apoio para filhas que são mulheres solteiras. Isso ocorre menos frequentemente entre filhos homens solteiros. Caso a filha mulher não esteja numa relação estável, ela dificilmente consegue apoio e trabalho. Como disse, no item anterior, ela e os filhos podem ser acolhidos pelos pais-avós. Ou, por outro parente de boa alma. A cobrança moral é acentuada, punindo, marginalizando e culpabilizando as mulheres. Há casos em que uma filha (fugida/raptada) e com netos, só visitar novamente sua casa de origem, após a morte do pai ou chefe de família.

Outros velhos se encarregam de criar netos adotando-os como filhos. São os chamados *netos de criação*. Os netos servem de companhia e ajudam nas tarefas domésticas. Possível garantia de apoio e reciprocidade no futuro.

Na colocação Belford, Rio Juruá, Regina e José Luís Pinto Pereira criam cinco netos. No entorno de sua casa residem nove filhos e outros trinta netos em 1994. Na colocação Pedra Alta, abaixo no mesmo rio, Elisa e Raimundo têm dez filhos. Seus respectivos grupos domésticos residem na circunvizinhança de sua própria casa. O casal também cria três netos.

Tal fato se repete em outras colocações. Pilão, Sacada, Estirão da Foz do Tejo, Cantagalo, Volta Grande, Helena, Santo Antônio e Pedra Pintada no Rio Juruá. Prainha, Caponga no Igarapé Manteiga. Saboeiro no Rio Amônia, Seringueirinha no Rio Bagé. Segundo comentários de meus amigos e minha própria experiência.



Figura 28 – Volta Grande, Rio Juruá

Pelo menos um dos filhos deve permanecer ao lado dos pais na velhice. Fornecendo apoio e trabalhos diversos. Vizinhando carne e peixe. No discurso dos filhos ressalta-se o dever moral em servir os pais na velhice.

Prática que nem sempre é seguido à risca:

- Não vou embora porque ele me criou, afirma Evanildo Tavares, Foz do Breu, 23 anos

- Eu trabalhei tanto para cuidar de vocês. Sofri tanto para dar a luz... Agora vocês tem que trabalhar para mim. Maria de Fátima, Foz do Breu, 35 anos

- Muitos filhos largam os pais já velhos e vão embora. Eu só não parto porque sou o filho homem mais velho. Não acho direito largar os velhos que já não aguentam nada. Quando eu era pequeno, tinha dez anos de idade, tive de carregar meu irmão doente até perto do igarapé Manteiga, juntamente com a minha mãe. Dois dias e meio de marcha para levar ao rezador. Minha mãe carregava até cansar, e depois, a gente trocava o menino pras minhas costas. Agora ele foi embora, largou os pais já velhos. E nem se lembra disso. Pedro Maximiniano, Colocação Duas Bocas, São João, 36 anos

- Estou cheia de reumatismo. Dói a espinha. E eu tirava e carregava lenha. Carregava panela de farinha. É que a idade já chegou: a pessoa com 54 anos já não é mais novo. Eu já sou avó, tenho mais

de dezesseis netos. Minha maior tristeza é que todos meus filhos foram embora. As meninas todas fugiram. Só ficou a caçula. Luzia, Colocação Nascer da Lua, Igarapé Caipora, 54 anos

O recurso proveniente das aposentadorias dos idosos, como trabalhadores na agricultura pelo Funrural ou Soldado da Borracha, serve na compra de mercadorias e estiva. Que são repartidas entre os grupos domésticos. É o que vimos acontecer na colocação Depósito.

Os aposentados também *marretam* ou comercializam mercadorias, através de recursos provenientes do seu benefício. Na Foz do Breu, eles mantêm o abastecimento de mercadorias na Vila, mesmo em épocas de difícil navegação, entre maio e agosto.

As mercadorias são bem guardadas, em caixas escondidas; o que denota seu valor. As malas são trancadas no cadeado. O sabão, o sal e o querosene são cuidadosamente medidos, divididos. E, sempre que possível, distribuídos.

Considera-se o gasto médio de cada casa nessa divisão, feita com parcimônia. Caso seja uma casa com crianças diminui-se o café e se aumenta o açúcar. E também o *combustol* ou querosene para as lamparinas. Sendo uma casa com caçadores jovens receberá mais café, açúcar e munição.

Segundo o pessoal, “os velhos dormem pouco”. Por isso sabem das coisas.

De rapaz a homem solteiro

Um menino pode tornar-se rapaz bem cedo. Caso a mãe tenha enviuvado. Ou tenha sido abandonada pelo conjugue. Quando o menino passa a exercer alguma atividade produtiva, está virando rapaz.

Os rapazes são provedores, em seus grupos domésticos. Caçadores e mariscadores. Além de providenciar o *ranch* ou carne, o rapaz pode cortar seringa, ou botar um *roçado pra produto*, gerando renda financeira.

O que distingue o rapaz do homem é geralmente, ter mantido a primeira relação sexual. Ser homem e solteiro é uma situação socialmente valorizada, ao contrário de ser mulher e solteira.

Um exemplo de homem solteiro é Santo Lima; seu nome é fictício. Sua mãe *deixou* seu pai com todos os filhos do casal. E partiu. O pai não pretendia casar-se novamente: - Homem velho com mulher nova não presta, observara o pai.

Santo que é o filho do meio entre cinco irmãos, está consciente de seus deveres e obrigações, para com o pai e os dois irmãos mais novos. Tem as feições marcadas pelo trabalho pesado. Rugas, calos, postura alquebrada. Tinha 19 anos, mas, parecia ter 30 anos. Ele é quem relata:

Nasci em 1975. No seringal Revisão, nas cabeceiras do Rio Jordão. Comecei a trabalhar em roçado com 12 anos. Brocava, derrubava pau fino, encoivarava e queimava. Com doze anos carregava dez caminhos de água por dia, até hoje ainda carrego. Quando vou tomar banho carrego um caminho. Com doze anos entrei na primeira série. Sai formado, na primeira série primária, com 16 anos. Estudava numa escola da colocação Jacobina, no rio Breu. Meu pai cortava seringa nessa época. Ele cortou seringa dos dez aos sessenta anos. E nunca faltou nada em casa. Ele acordava a meia-noite pra cortar. E até ficou ruim da vista por causa da poronga [lâmparina de querosene presa à cabeça]. É um trabalho chato. O cara se acordar de madrugada pra ir cortar uma estrada é trabalho meio duro. Eu não vou. Se tivesse que viver da seringa, eu não vivia. Procurava outro meio. Mas, não ia cortar seringa. O preço é baixo e o trabalho é muito. Eu também não ia acordar no meio da noite pra cortar [...].

Andréa: - E se a seringa melhorasse de preço?

Santo: Tampouco. Eu tenho vontade de sair daqui. Eu já estou abusado da vida daqui. Mas, eu não posso sair. Não posso deixar meu pai, meus irmãos. Dos mais velhos já tem um casado. E o outro vive empregado por aí

O homem feito

Papel queimado é homem casado. Papel bordado é criança. Papel limpo é homem que não teve relação [sexual]

O início da vida adulta coincide com a primeira relação sexual. É a primeira relação sexual que torna um *homem feito*. O que vale também para as mulheres.

Um homem vai constantemente à mata, a menos que seja preguiçoso. *Botar* roçado, cortar e colher seringa, caçar, pescar, obter madeira para fins diversos são atividades que se desenrolam no interior da floresta.

O trabalho pesado é tido como um *trabalho de homem*, pois, exige redobrado esforço físico. Como derrubar paus grandes com machado, atear fogo nos roçados e controlá-lo. Posteriormente, encoivarar o roçado; retirar tocos e raízes. Carregar pesos variados, transportar carga pela água ou pela terra, pilotar canoa por dias e dias. E por longas distâncias.

Há também as extenuantes caçadas. Com suas técnicas de *espera*, *tocaia* e *armadilha*. Os mariscos de tarrafa, malhadeira e com venenos para os peixes como o *tingui* manso (*Phyllanthus sp*). O *embicheiro*; técnica de marisco de peixes grandes. Que exige mergulho livre em profundidade, com um grande anzol atado à mão.

E também subir em árvores, palheiras altas, como o açáí e o buriti. O que exige treinamento cotidiano, além de intenso esforço físico. Os homens têm pouca participação na educação dos filhos. E no trato cotidiano com a casa.

As traições conjugais masculinas são toleradas. E até mesmo, valorizadas. Já as traições femininas são severamente punidas. Pelos maridos, a quem é permitido bater na mulher que traiu, mesmo que não se tenha certeza do ocorrido. Ou, ter apenas uma parte do cabelo cortado. Uma “marca” que a suposta traidora carrega durante algum tempo.

A moral do claro-escuro

A vida sexual dos jovens habitantes da região é intensa, apesar de imperceptível de início. Em um primeiro momento, cheguei a pensar na ausência de afeto e de erotismo nas relações pessoais. Foi difícil perceber que estava redondamente enganada.

No claro, durante o dia, existe uma formalidade rígida que regula os contatos e a manifestação de afeto. Ao se posicionarem para fotos, por exemplo, os moradores juntam pernas e braços. E, muito sérios, adquirem uma postura militar.

Mostrar-se é um ato privado. As mulheres e homens raramente tomam banhos completamente nus. E não são acostumados aos abraços. Portanto, é meio “sem jeito” que dão beijos, em seus amigos da cidade.

Durante a noite ou no escuro, na rede com a lamparina apagada é que as pessoas se amam. Nos quartos sem janelas das casas de seringal. Ou na mata, em silêncio discreto.

Essa formalidade nas relações públicas. E certa liberalidade nas relações íntimas é perceptível durante as festas de seringal. Também fica clara a distinção entre a postura, considerada socialmente adequada, para homens e mulheres.

As *damas* ficam sentadas em cadeiras. Encostadas junto à parede em pequenos grupos. Contam as novidades. Comentam as paqueras. Ficam sempre próximas de mães e avós. Ou daqueles que receberam a ingrata tarefa de *pastorar* a moça. Ou seja, acompanhar jovens do sexo feminino em eventos sociais.

Já os homens andam de um lado para o outro. Sozinhos ou também em pequenos grupos. Eles guardam garrafas de bebida alcoólica em esconderijos, nas imediações. Fora da casa onde se realiza a festa.

Um companheiro chama o outro para beber. E lá se vão os dois. Para o lugar onde um deles escondeu a bebida. Ou qualquer outro canto de iluminação tênue. Fatos antigos podem ser lembrados. Choro, lembrança, votos de amizade eterna. O álcool parece ser o início e o fim dos conflitos.

Os bebedores fazem armações e brincadeiras entre si. E chamam-se uns aos outros para beber. Isso ocorre entre os amigos chegados e as autoridades da festa, como o dono da casa e os visitantes. Quando um homem é considerado popular é convidado para beber, com sucessivos grupos, ao longo da festa.

Os cavaleiros, saindo de vez em quando para beber álcool “Zulu” *temperado* com água, dizem ganhar coragem para tirar as damas.

As mulheres, por outro lado, sempre rindo catitas e observando os casais durante as *partes*. Que se trata de uma música completa dançada em único par.

A formalidade é manifesta no comportamento durante a dança. Quando a música se inicia, a dama é chamada por um gesto imperceptível com o dedo. Ela vai ao encontro do cavaleiro de cabeça baixa. E quando a parte finda, o casal se separa sem qualquer comentário. Ou agradecimento.

Isso é o que acontece com as luzes acesas. Entretanto, um piscar de olhos ou um aperto de mão, podem sinalizar o início de um namoro.

Essa troca de sinais orienta a saída dos enamorados da festa. Buscando lugares escuros. Fugindo das “regras do claro”. Tais sinais e os encontros furtivos podem ser o prelúdio de *carregar a moça*. O espaço do “escuro” pode abrigar também relações extraconjugais.

A sociedade é bem consciente da tensão entre o claro e o escuro. Assim, o trabalho das mães e irmãs que acompanham as moças em festas é nunca deixá-las sozinhas. E também nas visitas ao roçado. Evita-se que elas andem sozinhas. Na mata. Ou mesmo, nos *varadouros* que são caminhos entre as colocações.

As moças são, pois, controladas. É necessário na festa, *pastorar*. Vigiar para que não sumam. Esse trabalho é permanente; embora, inglório. Afinal, é durante as festas que surgem as oportunidades para *carregar a moça*.

Casamento

No Alto Juruá inicia-se uma união conjugal, através do rapto consentido da futura conjugue. Trata-se do ato popularmente conhecido como *carregar a moça*; uma modalidade de união consensual.

Chamo aqui de casamento, o processo pelo qual se constitui um grupo ou unidade doméstica. Um casal em união estável. No entanto, tal casamento é localmente considerado informal.

É considerado importante, por sua vez, receber os sacramentos de um padre católico. Importante, mas, não imprescindível. Essa se-

gunda modalidade de casamento é o chamado *casamento no padre*. O *casamento no civil* ou *no juiz* existe, mas, é pouco comum. A maior parte dos casamentos é mesmo *no padre*.

Em censo, realizado em 1991, num total de 857 domicílios, 66% dos chefes-de-família declararam casamentos apenas no religioso (“no padre”), 23% declararam uniões consensuais não religiosas (“junto”, ou “na igreja verde” segundo alguns). E apenas três por cento declararam casamentos civis (“no juiz”).

Entre os casados no civil, metade eram também casados no religioso. Os dados restantes correspondem aos viúvos e separados (7%), chefe de família solteiro/a (2%) e casas sem informação sobre estado conjugal (9%). Embora se considere correto o casamento “no padre”, os dados indicam uma proporção alta de casais “juntos” (ASAREAJ/IBAMA, 1992).

O casal importa-se em receber as bênçãos da Igreja. E, se possível, dos pais do casal. Mas, se escusa de casar formalmente. Na região, a distinção importante é aquela entre ser *junto*, *amancebado* ou ser casado (“no padre” ou “no juiz”).

O casal pode “juntar-se” através do rapto. Entretanto, tais casamentos não são considerados casamentos formais. Como os casamentos no padre ou no juiz. Perceba-se que os casamentos religiosos são “no padre”, e não “na igreja”. Pois, não há igrejas na área. Embora, os seringueiros façam viagens à cidade, nunca há casamentos “na igreja”.

A maneira ortodoxa de realizar o casamento requer o pedido da futura esposa, feito pelo pretendente. No caso do casamento no padre, pode haver pedido prévio ao pai da noiva. Iniciando-se um período de noivado. Os jovens, antes de se juntarem, residem com os pais. E, os rapazes e homens solteiros trabalham “para o pai”. Até se casarem. E construirão sua própria casa.

Durante o noivado é o noivo quem toma as providências. Ele deve trabalhar duro para estruturar sua futura casa. Abrir o terreno, tirar a madeira, construir a casa, cobri-la de palha e provê-la de utensílios domésticos e ferramentas. Cobertas, redes e panelas. O básico para instalação do casal.

Mas, por que se juntar informalmente?

Uma primeira razão é de ordem econômica. Casar no padre envolve muitas despesas. É preciso pagar pelo sacramento. Ter um bom terno: calça e camisa de manga para homens. Saia e blusa para mulheres.

Há os custos de uma possível festa ou almoço. Além disso, os casamentos no padre se dão durante as chamadas *desobrigas* e *novenários*. As *desobrigas* são as visitas anuais do padre para realizar casamentos e batismos, em localidades de difícil acesso.

Os *novenários* são festas religiosas – em que se reza uma novena com a presença do padre. São ocasiões de comércio e vida social. Para as quais afluem em grande número marreteiros (comerciantes), regatões (barcos de comércio), e seringueiros visando se abastecerem de mercadoria com a venda da borracha.

Durante as *desobrigas* é preciso se deslocar por dias. De canoa e/ou a pé. Para encontrar o padre de visita, numa colocação mais próxima. Os *novenários* têm datas fixas. Mas as *desobrigas*, embora geralmente anunciadas pelo rádio, são feitas rapidamente. E há sempre o risco de perder a viagem.

Talvez por essas razões, muitas pessoas declaram ser casadas na igreja verde. Além das razões já apontadas para o índice relativamente alto de *juntos*, ou amancebados, há ainda outros fatores. Dificilmente uniões de viúvos ou entre viúvos, ou segundos casamentos são realizados pelo padre.

E há também razões de ordem religiosa. É difundida pela região a veneração ao Irmão José; José Francisco da Cruz. Um beato que percorreu a região e depois veio a estabelecer-se em Letícia na Colômbia. Onde fundou a “Irmandade da Santa Cruz” entre os índios Ticuna.

Afirma-se localmente que segundo o Irmão José, os sacramentos como o casamento e o batismo não deviam ser pagos. E quando pagos não têm valor. Por outro lado, o Irmão José criticava em suas pregações os “casais amancebados” que viviam fora do sacramento. Sendo que ele próprio realizava tais “casamentos”, sem receber pagamento.

Outra explicação reside na relativa autonomia, enfim, obtida pelo jovem casal. O jovem homem agora é quem decide, juntamente

com a esposa, sobre sua unidade doméstica. E, publicamente quem decide é o chefe de família.

São decisões relativas às estratégias de seu grupo doméstico, do planejamento familiar doméstico. A escolha das atividades produtivas, a organização da jornada e da força de trabalho.

Casando-se, o jovem chefe deve abrir seus roçados. E ter estradas-de-seringa para cortar. Caso ele seja trabalhador, será sempre apoiado pela vizinhança, em suas atividades. Pela sua própria família, ou pela família do sogro.

Haverá uma série de obrigações entre o novo casal e os sogros-pais que os acolheram. Consentir no casamento ou acolher o casal após uma fuga assegura futuros aliados. E grupos solidários. De fato, muitos pais depois da fuga perdoam o casal. Tratando de mantê-los por perto.

CONSIDERAÇÕES

Comparando a Foz do Breu com a colocação Depósito de seringueiros e agricultores no igarapé São João, procuro demonstrar como cada recorte desnuda o objeto e reflete suas particularidades. Mesmo dentro do que poderíamos chamar uma totalidade: a Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Os recortes espaciais, territoriais, históricos, categorias de matas e rios, acidentes geográficos aliam-se aos recortes da morfologia social, categorias de pessoa, idade e estrutura social, possibilitando uma observação ampliada dessas localidades “invisíveis”. Existem, pois, múltiplas possibilidades para o recorte de uma situação social.

Cada narrador constrói limites para seu objeto, atento a finalidades particulares. Os historiadores oficiais encarregam-se de legitimar a ocupação forçosa e violenta do espaço tratado. As versões narrativas orais locais estão intimamente ligadas a desejos e pretensões de grupos familiares e indivíduos. A versão da antropóloga, inicialmente etnocêntrica, afina-se com o passar do tempo. Há uma multiplicidade de visões-versões que se interpenetram e dialogam através do discurso etnográfico.

No entanto, nessa etnografia nenhuma versão é absoluta e definitiva. Cada ‘forma de olhar’ abre espaço para sensibilidades diversas que contribuem para o enriquecimento da história.

Vários são os atributos da Foz do Breu para que ali se estabelecessem os limites entre Terras Indígenas e áreas de trânsito indígena, além de outras Unidades de Conservação como Reservas Extrativistas e também uma fronteira internacional.

O fato de ser a foz de um rio; lugar de barracão, comércio, patrão e assistência. O atributo geopolítico; a vila como lugar de uma administração pública federal e municipal; Subprefeitura, Subdelegacia, marco de fronteira; o fato ser uma região de concentração de famílias que vão se aparentando e de parentes que vão se casando entre si.

Já no Depósito, centro de seringueiros no interior da mata, os moradores têm deixado de lado a seringa, em favor da agricultura. E mantêm-se em estreita cooperação quando o assunto é entre parentes e vizinhos.

Observou-se, em ambos os locais estudados, uma determinada conformação que chamaremos de *família ampla*. Trata-se de um grupo de casas cujos chefes-de-família estão reunidos por laços de sangue ou afinidade. No entorno de uma matriarca ou patriarca que reside nessa mesma colocação. Existe aí uma série de trocas em diversas instâncias.

Tem-se, um grupo de casas que se relacionam de maneira íntima. Isso pode decorrer das obrigações e deveres que os filhos têm com seus pais. Pois, dificilmente no seringal, os pais são deixados na velhice.

No caso da colocação Depósito, a aposentadoria dos idosos também é importante para obtenção de mercadorias que são distribuídas entre os filhos. Chefes-de-família em casas circunvizinhas aos sogros-sogras ou no entorno das casas de seus pais e mães.

Tais redes de relações sociais parecem necessárias, para uma vida regular e com qualidade na floresta. No que se refere a trocas de dias de trabalho, farinha, vizinhança de caça, decisões políticas locais e distribuição equitativa de recursos naturais, ambientais e sociais.

Os grupos domésticos nucleares são constantemente recompostos por estratégias. Articulam-se os grupos domésticos através de redes compostas por laços familiares extensos. Os grupos domésticos são mínimos. Já a rede de grupos domésticos atados por laços de filiação e casamento é máxima em um espaço dado. As mulheres veteranas são responsáveis, em parte, pelo estabelecimento dessas redes.

Há redes sociais baseadas em relações simétricas. Como no caso do Depósito do São João. Propiciam uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis. De status e poder. E, aquelas baseadas em teias-redes sociais de relações assimétricas. Que parecem ter garantido o posto de fronteira internacional à vila Foz do Breu.

Os limites físico-geográficos entre colocações são redefinidos e ampliados pelo uso comum dos ambientes. São limites territoriais de base social, traçados a partir da convivência entre grupos, suas redes sociais, de parentesco, amizade e afinidade.

Os territórios também se baseiam em limites ecológicos. Limites dados pelos tipos e qualidades de mata. Pelo seu uso e distribuição. Pelas paisagens disponíveis em cada localidade. Por outro lado, os

tipos de mata são discriminados localmente. Segundo aspectos de seu uso humano.

Finalmente, vimos como os seringueiros classificam pessoas em categorias que refinam, com nuances e matizes diferentes dos nossos, as gradações de idade e de status dos indivíduos. Revelando formas singulares de perceber e agir no mundo.

Outro ponto seria o caráter processual da vida das pessoas, como a complexidade do “claro-escuro”, das políticas sexuais e maritais, combinada à complexa transição dos indivíduos por categorias sociais.

Os casamentos são baseados em acordos entre grupos. Para iniciar um casamento basta o pretendente pedir a mão da noiva para se casar no padre ou no juiz.

Ou ainda, carregar a esposa e se *juntar* constituindo um novo grupo doméstico através do rapto. A qualidade de vida na floresta baseia-se numa reciprocidade intencional. Portanto é importante que a fuga venha a ser aceita para que as relações se mantenham. E se fortaleçam.



REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 25, p.3-29, jan./dez. 1989.

_____. Extractive Reserves: an alternative for reconciling development and environmental conservation in Amazonia. In: ANDERSON, A. (Ed.). **Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of of the Amazon rain forest**. New York: Columbia University Press, 1990. p. 252-264.

ALMEIDA, M. W. B. de. O Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 1, p.153-168, jan./abr.1995.

_____. **Rubber tapers of the upper Juruá river, Brazil**. The making of a forest peasant economy. 1992. PhD Thesis (Social Anthropology) – University of Cambridge, London, 1992.

_____. As Colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. **Terra Indígena**, Araraquara, v. 7, n. 54, p. 29-39, 1990.

AQUINO, T. V. de.; IGLESIAS, M. P. **Kaxinawa do Rio Jordão – História, território e desenvolvimento sustentado**. 1. ed. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1995.

ASSOCIAÇÃO DE SERINGUEIROS E AGRICULTORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório de cadastramento e pesquisa socioeconômica da REAJ**. Brasília: Asareaj/Ibama, 1992.

AUGÉ, M. **El sentido de los otros – Actualidad de la Antropología**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996.

BENCHIMOL, S. **O cearense na Amazônia**. Rio de Janeiro: Epigraf, 1965.

BRASIL. Decreto-presidencial n. 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 1990. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110490/decreto-98863-90>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL. Decreto-presidencial n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 1990. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110490/decreto-98897-90>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BROWN, K. S. et. al. **Can traditional forest-dwellers self-manage conservation areas? A probing experiment in the Juruá Extrative Reserve, Acre, Brazil**. Campinas: Unicamp, 1992. (mimeo.).

CASTELLO BRANCO, J. M. B. O gentio acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 207, p. 3-78, abr./jun. 1950.

CUNHA, M. C. da.; ALMEIDA, M. W. B. de. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

COSTA, C. J. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre (1940). *Brasíliana Eletrônica*, s.d. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-con>

quista-do-deserto-ocidental-subsídios-para-a-historia-do-territorio-do-acre/pagina/5/texto>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **O Fim da Epopéia**. Maceió: Tipografia Fernandes, 1925.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. IBAMA. **Subprograma de manejo de recursos naturais e unidades de conservação**. Brasília: Ibama, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS. **Plano de utilização da reserva extrativista do Alto Juruá - Acre**. Brasília: Ibama, 1995.

MARTINI, A. **Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil**. 1998. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281392>>; <https://www.academia.edu/36713934/Tecendo_Limites_na_Foz_do_Breu_Alto_Juru%C3%A1_Acre_Brasil_Martini_A_1998.pdf>. Disponível em: 23 dez. 2018.

LEACH, E. R. **Un mundo en explosion**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1954.

_____. **Sistemas políticos de la Alta Birmânia**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

MAUSS, M. Marcel Mauss. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

MENDES, M. K. Etnografia Preliminar dos Ashaninca da Amazônia Brasileira. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.

MENDONÇA, B. **Reconhecimento do Rio Juruá**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

OVERING, J. O xamã como construtor de mundos: Nelson Goodman na Amazônia. **Revista Ideias**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 81-118, jul./dez. 1994.

PANTOJA, M. C. Reserva Extrativista do Alto Juruá (Acre). In: Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). **Documentos do ISA**, n. 1, 1996.

PESSOA, F. **O guardador de rebanhos seguido de O pastor amoroso**. São Paulo: Princípio, 1993.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROIG, H. e MARTINI, A. “Geologia e Geomorfologia”. In: CUNHA, M. C. da. e ALMEIDA, M. W. B. de. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 43-50.

TOCANTINS, L. **Amazônia – natureza, e tempo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Formação histórica do Acre**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2001.

ZALUAR, A (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A

alianças 17, 39, 57, 58, 144
arigós 51, 52, 53, 55
assistência 55, 104, 117, 118, 157
Assistência 87

C

caboclo 44, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 104, 110, 136
cariú 49, 54, 55, 110, 115
carregar a esposa 159
casamentos 17, 23, 112, 117, 131, 137, 154, 155, 159
colocação 14, 16, 19, 23, 25, 29, 30, 31, 32, 49, 50, 53, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,
70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 97, 98,
102, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 117, 122, 123, 125, 132, 137, 138, 144, 146,
147, 149, 150, 155, 157, 158
colocação Depósito 14, 29, 30, 32, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 97, 98, 117,
137, 144, 146, 149, 157, 158
correria de caboclo 44, 48
crianças e mulheres indígenas 48

E

Ernestina Rodrigues da Silva 110
etnias indígenas 43, 57
expedições 44, 45, 46, 48

F

família ampla 94, 116, 158
Fazenda 25, 42, 75, 101, 138
forma de olhar 157

G

grupos domésticos 68, 69, 71, 76, 80, 81, 85, 86, 92, 97, 112, 116, 117, 119, 131, 139,
144, 147, 149, 158

H

homem 30, 44, 73, 92, 104, 131, 132, 138, 140, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 155,
162

K

Kampa 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 115

L

limites 4, 33, 42, 57, 58, 67, 69, 79, 97, 105, 117, 157, 158

localidades 29, 30, 79, 105, 121, 142, 155, 157

M

Menina e menino 132

método 14, 15, 18, 23

moça 51, 120, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 152, 153

moral 18, 23, 34, 55, 137, 147, 148, 151

MORAL 28

mulher 48, 52, 53, 70, 83, 86, 90, 106, 108, 110, 114, 115, 116, 119, 126, 127, 131, 132, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151

N

nota introdutória 32

P

parentes consanguíneos, afins ou simbólicos 117

parteira 56, 82, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 123, 126

pessoa 23, 32, 64, 71, 108, 119, 121, 132, 134, 138, 139, 140, 145, 148, 157

PREFÁCIO 13

R

Rapaz 91

rapto 18, 136, 137, 138, 139, 153, 154, 159

Reaj 40, 42, 43, 66, 68, 76, 80, 83, 90, 106, 121, 123, 138

recorte de um objeto etnográfico 32

recortes espaciais 157

Reservas Extrativistas 39, 65, 157, 161

roçados 43, 66, 67, 70, 72, 78, 79, 81, 85, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 117, 119, 133, 135, 138, 141, 144, 145, 146, 151, 156

T

Tipixca 102, 106, 107, 121, 122

V

Velha e velho 144

vila Foz do Breu 15, 18, 29, 62, 78, 103, 105, 113, 158

VIZINHANÇA E CARNE DE CAÇA 27, 80

SOBRE O AUTOR



Ando, escrevo, fotografo. Trabalho no Alto Rio Juruá acreano e outras regiões amazônicas desde 1994. Sou professora associada do curso de Licenciatura Indígena do Centro de Educação e Letras da Universidade Federal do Acre-Campus Floresta (CEL/UFAC-Floresta). Fiz graduação e mestrado em Antropologia Social. E, doutorado em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa “Família e Gênero”, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Entre 2017 e 2018, realizo pós-doutoramento na Linha de Pesquisa “Etnologia e (Etno) História”, pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). Lidero o Grupo de Pesquisa YURA – Poéticas Indígenas (CNPq). Fundadora do Bloco Carnavalesco BerraVaca!

Formato: 16x23
Tipologia: Adobe Caslon Pro
Papel: Pólen 80g /m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g / m2

2019
Curitiba/Paraná

Não encontrando nossos títulos na rede
de livrarias conveniadas e informadas em nosso site
contactar a Editora Brazil Publishing:

Tel: (41) 3022-6005
www.aeditora.com.br
aeditora@aeditora.com.br